

ANA PAULA MENEZES

**ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL
DE DOURADOS (CAND): A AGRICULTURA E A EXPLORAÇÃO DA
MADEIRA (1950-1970)**

DOURADOS - 2012

ANA PAULA MENEZES

**ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL
DE DOURADOS (CAND): A AGRICULTURA E A EXPLORAÇÃO DA
MADEIRA (1950-1970)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do grau
de Mestre em História

Área de Concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**

DOURADOS – 2012

ANA PAULA MENEZES

**ATIVIDADES ECONÔMICAS NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL
DE DOURADOS (CAND): A AGRICULTURA E A EXPLORAÇÃO DA
MADEIRA (1950-1970)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, REGIÃO E IDENTIDADES.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimo Queiroz (Dr. UFGD) _____

2º examinador:

Ângelo Aparecido Priori (Dr. UEM) _____

3º examinador:

Cláudio Alves Vasconcelos (Dr. UFGD) _____

À minha mãe – Maria de Lourdes
Aos colonos, personagens desta história

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, não poderia deixar de registrar os meus sinceros agradecimentos às pessoas que tiveram participação importante em minha vida, antes e durante a sua realização. Sendo assim, direciono as minhas palavras de apreço:

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, especialmente os professores Cláudio Vasconcelos, João Carlos, Nauk, Eliazar e Eudes, que desde a graduação tanto me surpreenderam com seu brilhantismo intelectual, ética e profissionalismo, ajudando-me, direta ou indiretamente a amadurecer ideias, ampliar análises, enxergar múltiplas possibilidades.

Em especial ao Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó, a quem tive a grande honra e sorte de ter como orientador. Os adjetivos disponíveis são insuficientes para qualificá-lo, mas agradeço-o, principalmente por toda a disponibilidade (e com pontualidade, - sua marca registrada), pelas minuciosas leituras de meus escritos, pelos balõezinhos de comentários, pela paciência, confiança, incentivo, elogios e críticas que ajudaram a construir este trabalho e a aprofundar a minha visão sobre os acontecimentos.

Ao meu noivo Wagner por todo incentivo e colaboração às visitas e registros dos monumentos relacionados à CAND; por sua paciência em me ouvir falar sobre a pesquisa a cada aspecto novo que descobria; pelo companheirismo em todos os momentos.

À minha mãe, que mesmo sem compreender o processo exaustivo que envolvia análise de papéis antigos, horas ao computador, viagens e inúmeras leituras, bastava saber que “fazia parte dos estudos” para oferecer sua compreensão diante de meu quase “isolamento” da vida familiar e social.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior - pela bolsa concedida durante o mestrado, a qual também foi muito importante para a qualidade do trabalho, ao proporcionar os recursos financeiros necessários durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos colegas de turma, pelos produtivos diálogos teóricos, pelas trocas de informações, pelas novas amizades, pelo compartilhamento de angústias. Aos amigos, especialmente Carlos Barros e Jonemir, que ofereceram sua hospitalidade durante as minhas viagens.

Aos funcionários de arquivos, colegas pesquisadores e a todos que de um modo geral, contribuíram a cada etapa, para o desenvolvimento desta pesquisa.

“Na medida em que o passado humano é mal conhecido,
mal interpretado, os homens e os grupos de homens tem
uma visão incorreta de seu presente e de seu passado”
(Pierre Villar).

RESUMO

O antigo sul de Mato Grosso possuía características históricas bastante peculiares, o que fez com que a região fosse alvo do projeto de colonização empreendido pelo Estado Novo e também sofresse o avanço das frentes pioneiras na década de 1940. A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e o grande afluxo demográfico foram reflexos diretos desse processo. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar a subsistência dos colonos, por meio de duas atividades principais: a própria agricultura e a exploração da madeira. As principais fontes utilizadas no trabalho foram a documentação escrita da própria CAND e depoimentos de colonos, tendo sido utilizadas também várias obras memorialistas. O trabalho mostra que, diante da falta de subsídios governamentais para o início do desenvolvimento agrícola, a exploração madeireira assegurou uma renda imediata a muitas famílias de colonos, vindo a expandir-se e a consolidar-se dentro da CAND. No tocante à agricultura, podemos dizer que a falta de auxílios iniciais foi gradativamente superada mediante o esforço coletivo dos colonos. Devido às dificuldades de escoamento, em um momento inicial a produção dos colonos se caracterizou, em sua maioria, por gêneros alimentícios, os quais eram destinados a um consumidor local e regional. Todavia, com a melhora das condições de escoamento, uma agricultura bastante sólida tomou corpo na CAND, ultrapassando dessa forma a simples subsistência e incluindo também gêneros essencialmente comerciais, como foi o caso do algodão e do amendoim.

PALAVRAS-CHAVE: Marcha para Oeste. Colonos. Economia.

ABSTRACT

The former southern Mato Grosso had historic characteristics so singular resulting in a colonization project done by Estado Novo and affected by advanced pioneer fronts in the 1940s. The implementation of National Agricultural Dourados Colony (CAND) and demographic growth were results of this process. In this context, the main objective of this research was to analyse the subsistence of the settlers, through two main activities: the agriculture and wood exploitation. The main sources are CAND documentation, statements of settlers and memoirists works. The research shows that the wood exploitation guaranteed an immediate income to the majority of settlers, been expanding and consolidating within of CAND. In agriculture, we can say that the lack of initial aid was gradually overcome by the collective effort of the settlers. Owing to difficulty of outflow in an initial stage of production the products of settlers were characterized to mostly part for foodstuffs, headed for local and regional consumers. However, with the improvement of outflow conditions, a strong agriculture had started in CAND, thus surpassing the mere subsistence and including genres essentially commercial, like cotton and peanuts.

KEYWORDS: March to the West.

Settlers.

Economy.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Douradosp. 26

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1- Colonos derrubando a mata na segunda zona da CAND.....p. 51

Foto 2 - abertura de lotes na segunda zona da CAND.....p. 52

Foto 3 – modelo de casa doada ao colono da CAND.....p. 64

Foto 4 – casa de pau a pique construída pelo próprio colono.....p. 66

Foto 5 – colheita de amendoim, interior da CAND, década de 1960.....p. 124

Foto 6 – colonos colhendo amendoim, interior da CAND, década de 1960.....p. 125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- preço oficial da madeira na CAND.....p. 74

Tabela 2- informações referentes aos colonos autorizados a vender madeiras na
CAND.....p. 84

LISTA DE ABREVIATURAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

DTC – Divisão de Terras e Colonização

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

NCD – Núcleo Colonial de Dourados

SMT – antigo sul de Mato Grosso

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SOMECA – Companhia de Melhoramentos e Colonização

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Lista de fotografias..... | 08 |
| Lista de mapas..... | 08 |
| Lista de tabelas..... | 08 |
| Lista de abreviaturas..... | 08 |
| Introdução..... | 10 |
| Capítulo 1 | |
| A MARCHA PARA OESTE, A CAND E SEUS COLONOS | |
| 1.1. A Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso..... | 17 |
| 1.2. A CAND como desdobramento da Marcha para Oeste..... | 22 |
| 1.3. A CAND no movimento da frente pioneira..... | 28 |
| 1.4. O migrante, seu espaço e sua sociabilidade..... | 35 |
| 1.5. As divisões internas da Colônia: a 2ª zona..... | 48 |
| 1.6. A subsistência dos colonos: atividades alternativas na CAND..... | 54 |
| Capítulo 2 | |
| A EXPLORAÇÃO DA MADEIRA NAS TERRAS DA CAND | |
| 2.1. O cenário encontrado pelos colonos..... | 61 |
| 2.2. A interrelação dos colonos e demais sujeitos no desmatamento deste espaço. | 67 |
| 2.3. Queimadas e prejuízos ecológicos..... | 69 |
| 2.4. A exploração da madeira na 1ª zona da CAND..... | 73 |
| 2.4.1. A ação oficial..... | 75 |
| 2.4.2. A ação dos colonos e de empresas externas à CAND..... | 78 |
| 2.4.3. Análise da política do administrador Ubatuba..... | 88 |
| 2.5. A exploração da madeira na 2ª zona da CAND..... | 93 |
| Capítulo 3 | |
| O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA CAND: o sonho tornou-se realidade | |
| 3.1. O desenvolvimento da “agricultura de toco” na CAND..... | 97 |
| 3.2. Produção e comercialização: destaque para os gêneros comerciais do café e do algodão..... | 106 |
| 3.2.1. Consumo e comercialização: destaque para a “lavoura branca”..... | 113 |
| 3.3. A agricultura na 2ª zona da CAND..... | 117 |
| 3.4. Agricultura de subsistência, agricultura familiar, agricultura do excedente: algumas considerações teóricas..... | 125 |
| Considerações finais..... | 129 |
| Bibliografia e fontes..... | 132 |

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é analisar as principais atividades econômicas, às quais se dedicaram os colonos da CAND. Sendo assim, os principais aspectos trabalhados se direcionam à organização socioeconômica dos colonos, identificando, caracterizando e analisando suas formas de trabalho, com ênfase para a agricultura e a exploração da madeira.

O espaço estudado abrange toda a extensão da Colônia. O recorte temporal abarca o período de 1950 a 1970, justificando-se pelo próprio contexto histórico, visto que abordamos a efetiva implantação da Colônia, bem como sua emancipação no final da década de 1960. Vale ressaltar, porém, que a ruptura com o poder federal não significou na prática o fim das características principais da Colônia, uma vez que sua estrutura, calcada na pequena propriedade policultora, bem como as relações sociais construídas neste espaço, foram sendo transformadas de forma gradativa, sendo de fato mais visíveis apenas na década de 1980.

A abordagem dessa temática se iniciou durante a graduação em História, por meio de uma pesquisa de Iniciação Científica. Além do interesse histórico, a “Colônia Federal” chama atenção e desperta interesse mesmo àqueles que dela não fizeram parte diretamente, mas que de qualquer forma se inserem nas relações sociais de uma região que há poucos anos atrás foi palco dos resultados de um dos grandes projetos do Estado Novo – a Marcha para Oeste. Como afirma Michael Pollak: “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação” (cf. POLLAK, 1992, p. 201). Dessa forma, muitos acabam por se “identificar” com a CAND e seus colonos, pelo fato de estarem convivendo com uma história tão próxima e tão viva.

Durante a graduação os conhecimentos sobre a Colônia foram sendo razoavelmente aperfeiçoados e o vislumbre pela história regional foi crescendo mediante aulas tão produtivas e prazerosas de que tivemos a oportunidade de participar. O interesse pelo tema veio a se consolidar com o projeto de Iniciação Científica, o qual tinha por objetivos analisar o desenvolvimento de uma agricultura comercial na Colônia. Durante esta fase foram consolidados objetivos futuros, sendo um deles a análise da agricultura em todos os seus aspectos.

Além das esferas econômicas e sociais, o projeto inicial deste trabalho previa também uma abordagem ambiental, cogitação esta gerada em torno da efervescência da emergência de

uma História ambiental, decorrente da crise enfrentada pelo meio ambiente, a qual, segundo Martinez: “é o capítulo mais recente de uma longa história de uso e exploração dos recursos naturais pelos agrupamentos humanos em distintas partes do planeta” (MARTINEZ, 2006, p. 53). Neste aspecto a CAND também é um espaço bastante rico, visto que uma de suas consequências imediatas foi a transformação do cenário natural por meio da derrubada da vegetação. Todavia, devido à exiguidade do tempo disponível, estas questões foram trabalhadas de forma bastante ligeira/superficial, não entrando necessariamente nos conceitos da História Ambiental.

O processo de desenvolvimento da CAND tem permeado diversos trabalhos entre a historiografia regional, pois profundas foram as transformações decorrentes de sua implantação no antigo sul de Mato Grosso (há, por exemplo, a pesquisa de Benícia Couto Oliveira: *A política de colonização em Mato Grosso, 1937-1945* (1999); de Claudete Soares de Andrade: *Aspectos da colonização contemporânea no antigo Sul de Mato Grosso: Vila Brasil e o sonho do migrante* (2004) e *Os colonos e a Igreja católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - 1940-1970* (2007); de Vicência Deusdete Gomes dos Santos: *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso Meridional* (2000); e a dissertação de Suzana Batista Gonçalves Naglis: “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, 1943-1960 (2007)). Entretanto, ao lidar com fontes diversas pude perceber que sobre a Colônia ainda há muito que ser abordado. Dessa forma, vale ressaltar a originalidade desta pesquisa, no intuito de contribuir para o enriquecimento da História, aprofundando aspectos ainda pouco trabalhados, como é o caso da exploração madeireira na Colônia.

A pesquisa se pautou na análise de diversas fontes. Dentre elas, cite-se: as fontes orais, formadas por várias entrevistas, as jornalísticas, memorialísticas, imagéticas e documentais. Na História, fala-se em fonte e documento, na verdade, a noção de *fonte* é mais abrangente no sentido de que engloba tudo que possui valor documental. Por outro lado, a noção de documento também extrapola a noção do documento oficial como o único e legítimo. Assim, diferentemente do pressuposto positivista, em outras perspectivas teóricas "os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais" (LE GOFF, 1996, p. 10).

Nesse sentido, as fontes encontradas e utilizadas nesta pesquisa se dividem em documentos *oficiais* e *não oficiais*. Entende-se por fontes oficiais aqueles documentos emanados pelo governo, ou oficiais de alguma instituição e preservados em arquivos. São

aquelas fontes que durante muito tempo foram consideradas pelo paradigma tradicional da História como os verdadeiros documentos dignos de análise para a pesquisa histórica (cf. BURKE, 1992). Neste trabalho fazem parte destas fontes, além dos decretos emanados do governo federal também as fontes de natureza administrativa – da própria CAND. Estas são bastante diversas, incluindo: notas fiscais, ofícios, relatórios, fichas cadastrais, declarações, listas de funcionários, fichas de catalogação (relativas, por exemplo, ao movimento de madeiras), telegramas, documentos relativos à identificação e exigência dos candidatos a colonos, como carteiras de vacinação e diversos atestados de pobreza, dentre outros.

As fontes não oficiais, por sua vez, são aquelas que não foram produzidas por nenhuma instituição, mas que englobam todo e qualquer documento que tenha valor documental. Nesta pesquisa são elas: cartas manuscritas de colonos, abaixo-assinados, textos jornalísticos, relatos memorialísticos, imagens e entrevistas. Todas estas fontes, independente de serem oficiais ou não, precisam ser trabalhadas com cautela, uma vez que nem uma, nem outra, possui maior legitimidade diante da História. As fontes podem falar muito, mas isso vai depender da forma como o pesquisador as trabalha Etienne François assinala que “elas só começam a falar a partir do momento em que as interrogamos, e que a qualidade das respostas que elas podem dar coincide com a qualidade das questões que se formulam” (FRANÇOIS, 1998, p. 158). Nesse sentido estes documentos constituem o conjunto de fontes que deram vida a este trabalho.

Sobre as fontes orais, vale aqui uma elucidação. Nesta pesquisa não houve elaboração de entrevistas mediante as técnicas da História Oral. As entrevistas utilizadas foram coletadas no Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD e foram realizadas por outros pesquisadores que as colocaram a disposição do público. A maioria das entrevistas utilizadas foi produzida pelo pesquisador Nilton Ponciano. Por serem entrevistas abertas, nelas, os ex-colonos, entre homens e mulheres, narram a sua trajetória em direção à colônia, citam aspectos relacionados aos primeiros anos de vivência, bem como suas dificuldades, falam dos conflitos relacionados à sua fixação na terra e à obtenção de lotes. Citam aspectos relacionados ao seu trabalho, privilegiando a prática agrícola, como era de se esperar, pois como colonos todos estavam condicionados a serem agricultores, porém apresentam versões importantes, na compreensão do universo socioeconômico desenvolvido na CAND. Além destes fatores, narram aspectos ligados à religiosidade e demais assuntos, sendo válidas, portanto, para qualquer pesquisa cuja temática envolva a CAND.

È importante ressaltar que, mesmo não havendo a realização de entrevistas, não deixamos de lidar com a História Oral, e que, portanto, foi preservado o mesmo rigor ao lidar com estas fontes. Janaína Amado chama atenção para a necessidade de se ater às questões éticas, sobre “a necessidade de o historiador ser fiel não só às palavras dos informantes, mas ao sentido da entrevista, evitando, por exemplo, citar trechos onde apenas uma parte das opiniões é revelada” (cf. AMADO, p. 149). Sabemos que muitas vezes é necessário citar apenas um trecho, o que, aliás, é feito várias vezes neste trabalho, nesse caso deve-se ter o cuidado para não ocultar o sentido total da fala. Nesse sentido, Alberti também alerta:

a análise de um depoimento de História Oral – realizada seja pelo próprio pesquisador ou por terceiros – deve considerar a fonte como um todo. È preciso saber ouvir o que a entrevista tem a dizer tanto no que diz respeito às condições de sua produção quanto à narrativa do entrevistado: o que nos revela sua visão dos acontecimentos e de sua própria história de vida acerca do tema, de sua geração, de seu grupo, das formas possíveis de conceber o mundo etc. Tomar a entrevista como um todo significa ouvi-la ou lê-la do início ao fim, observando como as partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o passado e o presente e sobre a própria entrevista (cf. ALBERTI, p. 185)

Vale lembrar a importância, por parte dos pesquisadores que trabalham com a produção de fontes orais, da doação, a instituições públicas de suas entrevistas após a realização de seus trabalhos. Desta forma estarão colaborando duplamente com o enriquecimento da História, uma vez que estas entrevistas são fontes importantes para pesquisas futuras.

Sobre os arquivos visitados, nos quais foram coletadas as fontes utilizadas nesta pesquisa, destaca-se o Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, localizado em Campo Grande – APE/MS, o qual possui um riquíssimo acervo sobre a CAND com milhares de documentos. As visitas a este arquivo se iniciaram ainda na fase de desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica. No Centro de Documentação Regional – CDR/FCH/UFGD, foram coletadas, sobretudo as entrevistas, além de algumas obras memorialistas, dissertações e teses. No arquivo do jornal *O Progresso* e no Museu Histórico Municipal, ambos localizados na cidade de Dourados, foram encontrados vários exemplares do jornal *O Progresso* da década de 1950.

Dentre os referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa, alguns são de suma importância para o entendimento de questões teóricas mais densas. Dentre estes, cite-se José de Souza Martins (a degradação do outro nos confins do humano, 2009 - e, Tradicionalismo e Capitalismo, 1975), principal autor que versa sobre o tema da fronteira e sua realidade

contraditória. Ao falar de um contexto diretamente relacionado à expansão da fronteira agrícola e de uma realidade fronteiriça, Martins se torna a base para a discussão do tema, visto que sua concepção de fronteira vai além da ideia de limite territorial, considerando diversos aspectos para a partir daí caracterizar e conceituar a fronteira. Vendo a fronteira como um processo conflitivo e em constante transformação, o autor considera a historicidade complexa, as alteridades, os desencontros étnicos e de mentalidades que se tem nos espaços fronteiriços, abrindo assim, o campo das possibilidades para o estudo da fronteira e ajudando a compreender a complexidade dos sistemas socioeconômicos. A este autor, somam-se Foweraker (1982) e Queiroz (2004) trazendo contribuições consubstanciais na discussão dos aspectos da economia fronteiriça. Queiroz contribuiu, sobretudo, no que toca à realidade própria da CAND.

Maria Yedda Linhares (1979) ajudou a compreender aspectos relacionados ao processo produtivo agrícola, relacionando: o meio, ou seja, a terra; a força de trabalho, ou seja, as pessoas; e as técnicas, articulando com a compreensão da organização social resultante da transformação do meio físico. Pebayle, Koechlin (1981) e Warren Dean (1996) ajudaram a pensar aspectos relacionados mais aos prejuízos ecológicos decorrentes dos processos de colonização. Alcir Lenharo (1985) e Oliveira (1999) contribuíram na compreensão de aspectos referentes aos objetivos da política federal de colonização, a qual buscou fortalecer o desenvolvimento capitalista por meio da pequena propriedade. Ponciano (2006) ao fazer várias reflexões acerca do modo de vida camponês, também foi um importante apoio para a pesquisa. Naglis (2007) ao tratar do mesmo espaço de estudo deste trabalho, pôde contribuir no sentido de apresentar diversas informações e discussões sobre a realidade específica da CAND. Os autores citados são os de maior peso na pesquisa, porém vários outros, por meio de seus respectivos trabalhos – dissertações e monografias – foram utilizados, contribuindo com informações e discussões de suma importância para o enriquecimento do trabalho.

A dissertação está estruturada em três capítulos, curtos, mas objetivos. O primeiro deles, intitulado - *A Marcha para Oeste, a CAND e seus colonos* – é um pouco mais extenso que os demais, fato que se justifica pela quantidade de informações necessárias ao restante do texto. Traz uma abordagem geral, abarcando o contexto histórico de implantação da CAND no antigo sul de Mato Grosso - SMT¹. Além dos aspectos políticos da colonização,

¹ Como se sabe, em 1977 o estado de Mato Grosso foi dividido, sendo que sua porção meridional passou a denominar-se *Mato Grosso do Sul*. Para simplificar a redação e evitar o anacronismo, neste trabalho, o território

abordamos também as relações sociais transformadas e construídas neste espaço, perpassando rapidamente os diversos sujeitos nele presentes, principalmente os indígenas e paraguaios.

Neste capítulo se levantam também algumas questões teóricas, que necessitam de pesquisas mais aprofundadas, como é o caso da discussão do “descongestionamento das grandes cidades”, como um dos supostos objetivos da Marcha para Oeste. A esse respeito as referências ainda são contraditórias. Além destas questões mais gerais, foram trabalhadas questões relacionadas à infraestrutura mínima para a instalação das famílias de colonos, sua fixação, moradia, seus conflitos, anseios, expectativas, frustrações, subsídios, dificuldades e outros problemas enfrentados, como a falta de assistência médica e educacional. Identificamos ainda algumas das primeiras formas de trabalhos provisórios aos quais se dedicaram as famílias de colonos, no sentido de garantirem uma renda.

A exploração da madeira nas terras da CAND é o título do segundo capítulo, o qual investigará as vicissitudes pelas quais passou a exploração da madeira na CAND, abordando a maior quantidade possível de aspectos relativos a esta atividade, apontando sua importância para a renda imediata destes colonos, em um momento em que a lavoura ainda não os podia subsidiar, bem como para a complementação desta à medida que a agricultura ia se desenvolvendo.

Para tanto, foram identificadas as formas de aproveitamento das madeiras abundantes do processo de colonização, as teias de relações, envolvendo os diversos sujeitos presentes nesta; a rede de comércio constituída por estes sujeitos, as espécies de madeiras comercializadas, dentre outros. A exploração da madeira, ao lado da agricultura, foi uma atividade econômica de grande peso na subsistência dos colonos da CAND. Percebemos que as madeiras decorrentes do desmatamento eram aproveitadas pelos colonos de diversas formas, desde a construção de suas moradias simples até a garantia de uma renda inicial. Dessa forma, no tocante à exploração madeireira as análises se concentram na destinação das madeiras derrubadas, nas formas de apropriação, bem como nas vicissitudes ligadas ao comércio deste produto. Neste ponto, os colonos passaram a estabelecer relações bem mais complexas, que envolveram diversos sujeitos ligados ou não à Colônia, extrapolando o sentido simples de aproveitamento das madeiras derrubadas passando a explorá-las economicamente, inclusive intensificando as derrubadas. Nesse sentido, a exploração da madeira assegurou a subsistência imediata de muitos colonos enquanto esperavam o fruto das

que daria origem a esse novo estado é designado como “sul do antigo Mato Grosso”, “antigo sul de Mato Grosso” ou simplesmente “SMT”.

colheitas. Devido às limitações bibliográficas, as fontes primárias foram o principal norte delinear este capítulo.

O terceiro e último capítulo, intitulado *O desenvolvimento da agricultura na CAND: o sonho tornou-se realidade*, analisa a economia agrícola na CAND, abordando a prática agrícola em seus mais variados aspectos, desde o plantio até a colheita. Nesse processo são apresentados ainda a dinâmica dos colonos, bem como sua relação com os escassos recursos dos quais dispunham; a posição da administração com relação à sua atividade; os principais produtos cultivados os auxílios oferecidos, estímulos existentes e condições de desenvolvimento, técnicas de produção. Além das questões que envolvem as dificuldades iniciais dos colonos, abordamos também a destinação desta produção, analisando tanto o consumo como a comercialização. Nesse aspecto são focados os baixos preços, a falta de armazéns, as dificuldades de venda devido às más condições de escoamento, a circulação dos produtos, bem como seus principais mercados. Assim buscamos abordar as questões específicas relacionadas à venda dos produtos dos colonos, mostrando que sua economia, apesar de todas as limitações de ordem estrutural, ao contrário do que é constantemente mostrado, foi mais que uma simples economia de subsistência.

A agricultura para os colonos da CAND era o grande sonho a ser realizado era a atividade que lhes garantiria a fixação no seu tão sonhado pedaço de terra e a melhora no seu modo de vida. Se para o governo federal o desenvolvimento agrícola da pequena propriedade refletiria, dentre outras coisas, o abastecimento do mercado interno, correspondendo assim à política de substituição de importações; para os colonos a agricultura significava, de fato, uma vida mais digna, dignidade esta garantida pelo trabalho. Seu desenvolvimento garantiria a estes colonos a condição de trabalhadores-proprietários, cultivando a sua própria terra, garantindo a sua subsistência e vendendo o excedente de sua produção. Os colonos da CAND eram pessoas pobres, que almejavam apenas uma oportunidade de trabalho; não conheciam o conforto, por isso se adaptavam rapidamente às técnicas rústicas, para eles, a melhora nos modos de vida significava a fartura garantida pelo trabalho agrícola na pequena propriedade.

CAPÍTULO 1

A MARCHA PARA OESTE, A CAND E SEUS COLONOS

1.1- A Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso

O SMT entrou como um dos principais alvos da política de colonização empreendida durante o Estado Novo brasileiro. Sua condição fronteiriça, somada a diversas particularidades que em nada conjugavam com os objetivos do governo federal, o colocou como uma zona de grande preocupação diante do estado nacionalista. A fronteira sendo um lugar de múltiplas realidades, onde elementos distintos se relacionam formando uma colcha de retalhos, de culturas, etnias, visões de mundo e interesses específicos, acaba se tornando também um lugar de conflito. Assim as fronteiras aparecem nesse momento para o governo como alvo de preocupação, pois os limites geográficos servem apenas para demarcação jurídica, havendo então uma mistura de vivências e experiências que surgem e se desenvolvem em um mesmo espaço. Em um estado nacionalista, as fronteiras aparecem como territórios preocupantes, na medida em que se desenvolvem como espaços da alteridade, da fusão étnica, linguística e cultural, em contraste com sua condição geográfica de limite entre duas realidades diferentes.

Nesse sentido, para o Estado Novo a preocupação de nacionalizar as fronteiras era uma constante, uma vez que o entrosamento étnico e linguístico desenvolvido nestes espaços era visto como perigoso para a segurança do território nacional. Segundo Oliveira: “o escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo preocupação para os brasileiros. [...] A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico” (OLIVEIRA, 1999 p. 60).

A integração das regiões com pouca densidade populacional ao desenvolvimento econômico do país significava uma mudança nas suas relações de produção. De fato foi o que se verificou no SMT onde houve uma intensa mudança em suas estruturas produtivas com a

consolidação de sua inserção ao mercado nacional. Inserção esta que se deu, sobretudo, por meio da agricultura.

Foi neste contexto que a região em estudo emergiu como alvo dos projetos estadonovistas. Pois inserido na visão dos “espaços vazios”, o SMT aparece sob o estereótipo do sertão, lugar de mato, muito boi e de pouca gente. Devido a sua condição fronteiriça, apresentava várias preocupações. Conflitos históricos ocorridos no passado, como foi o caso da Guerra com o Paraguai, neste momento reforçavam as preocupações do Estado nacionalista.

Algumas situações específicas colaboravam para agravar a situação do SMT perante a nação, pois, além do povoamento rarefeito (por brancos nacionais), havia uma significativa presença de estrangeiros, sobretudo paraguaios “de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani” (QUEIROZ, 2008 p. 58). Havia também empreendimentos econômicos que em nada conjugavam com os objetivos do Estado, como era o caso da empresa Cia Mate Laranjeira (empresa que desde a segunda metade do século XIX detinha a preponderância na extração dos ervais nativos, com exportação de erva cancheada, principalmente para a Argentina) (cf. JESUS, 2004 QUEIROZ, 2008 p. 41), situação que agravava a posição do SMT frente aos projetos estadonovistas. A realidade complexa dessa região lhe garantiu a alcunha de “lei do 44”, denotando a ausência do fazer valer as leis do país. Segundo Arruda, esta foi “uma denominação regional sobre o poder adquirido pelo uso da violência, caracterizado pelo revólver ‘Smith and Wesson’, calibre 44.

Neste contexto a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) reflete as consequências diretas desta política no SMT. Sendo assim, somando-se a estas situações conflituosas, têm-se a partir da quarta década do século XX o advento de novos sujeitos que contribuíram para a inovação das disputas e conflitos já existentes. Tratava-se dos migrantes que chegavam dos mais diversos lugares do país. Com estes tem-se a fusão de vários tempos históricos diferentes, surgindo novos problemas, pois conforme Martins “longe de ser o território do novo e da inovação, a fronteira se revela, [...] o território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores, cujas consequências não se limitam a seus protagonistas mais imediatos” (2009, p. 13). Embora esta consideração do autor se dê com base em seus estudos sobre a fronteira amazônica, que possui uma historicidade particular com problemas, talvez bem mais complexos do que os que estamos analisando, algumas de suas considerações sobre o conceito de fronteira são cabíveis neste

estudo, pois neste caso, os conflitos e disputas de outrora permaneceram nesse contexto com os novos sujeitos que se uniram a eles. Um exemplo claro dessa situação pode ser visto na disputa pela terra, apesar de no SMT esta só possuir valor num sentido capitalista, a partir do século XX - com a grande especulação dada a partir das colonizações particulares -, desde há muito ela já era alvo de disputas e conflitos territoriais. Situação que ocorria desde a primeira metade do século XIX, quando a região passa a abrigar novos povoadores, que se inserem num movimento de conquista e expropriação de comunidades indígenas (cf. QUEIROZ, 2008 p. 21).

Além destes problemas típicos das fronteiras, na esfera econômica esta região se encontrava numa condição não muito vantajosa em relação ao mercado nacional, isto é, o extremo sul possuía uma economia com fracos vínculos com o mercado nacional e em contraposição fortemente ligada ao mercado platino, por meio da economia ervateira. É sabido que durante o século XVIII a região possuía uma fraca integração com o resto da América Portuguesa. Queiroz assinala que com a descoberta do ouro em Cuiabá – a partir de 1719 - essa região ficou na condição de “área de passagem” entre São Paulo e as regiões auríferas (QUEIROZ, 2008, p. 17). Somente no século XIX a região passa a ter algum vínculo com o Sudeste por meio da pecuária bovina, uma vez que esse era o mercado consumidor do gado sul-mato-grossense. Segundo Queiroz, “o processo de ocupação [...], centrado na pecuária bovina, pôde representar para o SMT o início de uma efetiva inserção nos circuitos econômicos nacionais” (id., p. 22). Tal vinculação propiciada pela pecuária era ainda muito débil, a ligação com o Sudeste se dava através das estradas boiadeiras e dos caminhos fluviais, “estes permitiriam que se mantivesse a economia mercantil em plena atividade” (BERTRAN, 1998, p. 63).

Por outro lado o SMT estava fortemente ligado ao mercado platino, a economia ervateira citada acima foi um grande empreendimento que perpassou a história política, econômica e cultural da CAND e de todo o SMT. O que justifica, portanto, a sua menção, não só devido ao destaque e controvérsias que tem na historiografia regional, mas, sobretudo, por sua relação com o tema em estudo, uma vez que o mundo das frentes pioneiras no qual se inseriu a CAND e suas famílias de migrantes conviveram por algum tempo neste mesmo espaço, tendo em vista que a colônia foi implantada em região ervateira.

A economia ervateira, por meio da Cia. Mate formou um complexo universo socioeconômico que manteve ligado o SMT predominantemente ao mercado platino, o que por sua vez não compatibilizava com os projetos nacionalistas do governo federal. Porém,

embora a Cia Mate Laranjeira detivesse a preponderância na extração dos ervais, “a realidade socioeconômica dessa região foi extremamente complexa, e não pode, de modo algum, ser reduzida à presença, ainda que predominante, da referida empresa” (QUEIROZ, 2008 p. 43). Queiroz assinala ainda a significativa presença de outros exploradores do produto, tratava-se dos produtores independentes, qualificados pela Cia Mate como os “ladrões de erva” (idem).

A Cia Mate foi uma das maiores arrendatárias de terras do Brasil, no período da República Velha. O ciclo da erva-mate teve início oficialmente em Mato Grosso com o decreto nº 8.799 de 9 de Dezembro de 1882, por meio do qual, o governo imperial legalizava a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas da província de Mato Grosso à Thomaz Laranjeira. Depois de algumas associações dos donos originais a outros ricos e influentes políticos, surgiu a Cia Mate Laranjeira (cf.: PONCIANO, 2006 p. 30).

Além de não contribuir com a inserção da região no mercado nacional, outro fator preocupante ao governo federal era o fato de esta empresa atuante no SMT ter sua mão de obra em sua maioria composta por paraguaios, o que acarretava um grande número de estrangeiros fixados na região, como já falado anteriormente. Soma-se aos fatores supracitados a extensa área de terra que a Cia. Mate possuía em seu poder, o que não contribuía para a unidade política do país, fazendo com que a empresa se tornasse uma preocupação e até mesmo um empecilho para a implantação dos projetos estadonovistas no SMT. Sendo assim, antes mesmo da concretização da CAND já havia tido a tentativa de incluir trabalhadores nacionais na economia ervateira, o que se deu por meio da lei de nacionalização:

A Lei de Nacionalização da mão de obra, no início dos anos 30, obrigou a Matte a contratar trabalhadores nacionais para tentar substituir os paraguaios que representavam a quase totalidade dos seus empregados. Com a colaboração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a empresa recrutou trabalhadores desempregados nas periferias das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (ARRUDA, 1997, p. 18).

No entanto, segundo o mesmo autor, esta estratégia de nacionalizar a fronteira não prosperou, pois o trabalho nos ervais era pesado por demais e os migrantes do sudeste não se adaptaram às suas condições (idem). Dessa forma, a existência da economia ervateira, sobretudo o empreendimento da Cia Mate Laranjeira despertava opiniões divergentes; para alguns, a ação desta empresa constituía-se em um grande empreendimento civilizatório para o país, como se verifica na fala a seguir: “como se criou, em plena floresta, uma obra pujante de

civilização. O que representam, para o estado de Mato Grosso e para o Brasil, as bem-fazejas iniciativas da Companhia Mate Laranjeira” (o *Diário Carioca* apud OLIVEIRA, 1999 p. 95).

Já sob a ótica do Estado Novo, se apresentava como um grande empecilho para seu projeto, como afirma Lenharo: “além de impedir a entrada de posseiros em seus domínios, a Cia. Mate-Laranjeira atuava como tampão para a subida de migrantes oriundos do sul do país” (1986, p. 64).

Este tema ainda é pouco estudado na historiografia regional e isso leva a muitos equívocos e ao mesmo tempo muitas incógnitas; o fato de limitar a economia ervateira à citada Cia é consequência desta falta de maiores estudos. O sistema de trabalho empregado pela empresa, sistema análogo à escravidão, os trabalhadores que nela eram empregados, as relações sociais e de submissão, as quais estavam inseridos, são enfoques que ainda esperam pesquisas mais aprofundadas. È um universo muito próprio, específico e complexo e que considerando o espaço de fronteira em que se desenvolveu, se encaixa nas características de violência e conflito que fala Martins.

A almejada nacionalização se deu efetivamente com a implantação da CAND mediante a migração em massa de agricultores pobres para o SMT. Todavia é bom lembrar que a criação dessa colônia inserida na colonização dirigida é resultado de um lento processo que já vinha ocorrendo no país. A preocupação em se resolver questões referentes à terra em um país de imensa extensão territorial como é o caso do Brasil, já vinha desde os tempos do Império, quando foi criada a Lei de Terras em 1850, para solucionar alguns problemas pertinentes neste sentido. Os anos iniciais da republica também refletem a confusão instaurada em matéria de terras, com o título de “República dos fazendeiros”, pois o Brasil era um imenso latifúndio, o que prejudicava seu desenvolvimento industrial.

A pesquisadora Naglis, questionou a localização da CAND, pois segundo a autora: “a própria criação de uma Colônia Agrícola Nacional em terras sul-mato-grossenses é instigante, visto que o território brasileiro é grande e outras regiões poderiam ter sido escolhidas” (cf.: 2007 p. 34). Considerando a extensão do território nacional de fato, a questão é instigante, mas se considerarmos a trajetória histórica do SMT, como já exposto acima, encontramos vários fatores que justificam a instalação da colônia nessa região. Assim, deduzimos que as já citadas preocupações decorrentes da realidade da fronteira com o Paraguai e a tentativa de nacionalizá-la, somadas a fatores de ordem ecológica, favoráveis ao desenvolvimento

agrícola, tais como a fertilidade dos solos, o clima, o relevo, podem ter sido relevantes na decisão de escolha da instalação da CAND na região do SMT.

De acordo com Amaral, de fato houve uma divergência de opiniões no tocante ao local de instalação. Segundo a autora o interventor federal do estado de Mato Grosso Júlio Muller desejava que a futura colônia agrícola fosse implantada no norte do estado, por fim a região foi escolhida por técnicos do Ministério da Agricultura, que dentre outros consideraram os seguintes aspectos:

A qualidade do solo, pela maior facilidade de escoamento da produção colonial para os centros de consumo, pela proximidade de maior número de centros de absorção própria como, redistribuição, entre os quais está Campo Grande e pelo povoamento de uma região fronteiriça em vias de se desnacionalizar devido a ausência de hábitos da língua nacional, que aos poucos, deixava de ser absorvida pela maioria da população local (AMARAL, 2005 p. 37).

A história mostrou que dentre os itens considerados pelos técnicos do Ministério, o fator escoamento, precedido do caráter de “fácil” parece ter sido mal calculado, uma vez que a dificuldade de escoamento parece ter sido um dos principais prejuízos dos colonos no tocante ao comércio de sua produção agrícola, questão que será analisada no capítulo 3.

1.2-A CAND como desdobramento da Marcha para Oeste

“Sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de Canaã [...] E nesse torrão abençoado, se instalaram milhares de brasileiros” (LIMA, 1982 p. 11). No trecho acima Lima - memorialista da atual região de Glória de Dourados - se refere aos milhares de migrantes e muitos imigrantes que em meados do século passado aportaram no SMT. Estes migrantes por sua vez vinham concretizar o Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, assinado pelo presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, o qual trazia em seu artigo 1º:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no Território Federal de Ponta Porã, (C.A.N.D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura. Parágrafo único: A área a ser demarcada não será inferior a 300.000(trezentos mil) hectares²

² Decreto-Lei nº 5.941 de 28 de outubro de 1943, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=5888&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PU>
B

A criação da CAND no SMT mudou os rumos da história desta região, como vimos na transcrição acima, a sua implantação se deu em um território federal, trata-se do Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943, com objetivos estratégicos de consolidar a política estadonovista no SMT (OLIVEIRA, 1999 p. 217). Com a sua extinção a área que seria destinada à CAND voltou a pertencer ao Estado de Mato Grosso. Sendo assim, por meio da Lei estadual nº 87 de 20 de julho de 1948 ficou especificado a localização da CAND no interior do município de Dourados, bem como seus limites. Entretanto a área de 300.000 ha citada no decreto sofreu alterações sendo reduzida para 267.000 ha, o que se deve, ao menos em parte, a direitos adquiridos por terceiros, mediante títulos de domínio expedidos pelo governo do Estado, uma vez que a mesma lei acima citada garantia o respeito a estes na área a ser demarcada para a CAND (cf. PONCIANO, 2006 p. 82 – 83, NAGLIS, 2007). Assim se fixou a demarcação em 267.000 ha.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, ou colônia federal, no dizer dos ex-colonos, foi um grande empreendimento estatal para a fronteira do SMT. Foi criada no âmbito da política estadonovista fazendo parte, portanto, da Campanha da Marcha para Oeste - um conjunto de ações lançadas pelo Estado Novo, no sentido de alcançar objetivos gerais como o impulso ao desenvolvimento do capital interno. Para compreender o processo de implantação e desenvolvimento desta colônia, é necessário, pois recorrermos ao contexto político e socioeconômico do Brasil na primeira metade do século XX.

Com o lançamento da Marcha para Oeste, o governo visava inverter o processo econômico brasileiro que até 1930 estava voltado predominantemente para o mercado externo. As metas do governo nesse momento contemplavam a chamada política de substituição de importações (cf.: PONCIANO, 2006 p. 71; ESTERCI, 1972, p. 21) que visava, por meio do desenvolvimento das colônias agrícolas, acelerar o processo do capitalismo e produzir internamente o que antes se importava. Porém a lógica desse processo não é tão simples como parece. O processo histórico não é mecânico, portanto, uma série de fatores influenciou nesse contexto. As ações desta política refletem processos de longa data, cite-se a crise político-sócio-econômica pela qual o Brasil passava na década de 1920, já apontada por Oliveira (cf.: 1999 p. 37). Em um contexto mais amplo, sabe-se que o Estado Novo brasileiro espelhava-se no nazi fascismo europeu, o que explica o caráter nacionalista e ditatorial desse momento.

Dentre os objetivos da política estadonovista, estava o atendimento da demanda interna por gêneros alimentícios e matérias primas industriais, a expansão da fronteira

agrícola e a criação de colônias produtoras daqueles gêneros. Em contrapartida para o alcance destes, na visão do governo da época alguns fatores-problema precisavam ser vencidos, priorizou-se então a nacionalização das fronteiras e o povoamento dos espaços considerados “vazios”. Essa política por sua vez se dava em virtude de ser o Brasil um país com uma grande extensão territorial com condensações populacionais em algumas áreas contrastando com regiões pouco povoadas, o que por sua vez acarretava alguns problemas de ordem interna, que causavam grandes preocupações ao governo federal. Foweraker falando sobre o processo de ocupação de novas terras, afirma que “o período desse processo corresponde à fase das mais altas taxas de industrialização e urbanização no Brasil, e começa no momento em que a economia brasileira, pela primeira vez em sua história, experimenta um grande excedente de mão de obra” (FOWERAKER, 1986 p. 31).

Nesse contexto, a Marcha para Oeste buscava atender, sobretudo o setor rural, o desenvolvimento do campo para que em conjunto com as medidas urbanas alcançasse o desenvolvimento industrial tão almejado para o Brasil. Nesse momento segundo Ponciano, “a intelectualidade que se aproxima do poder realiza uma produção nacionalista, *intendendo* tornar-se legítima representante da cultura do país” (2006, p. 27). Sendo assim, também a Marcha possui muitas variantes resultantes desse nacionalismo. Os autores que abordam o tema são unânimes em enfatizar o caráter autoritário e a necessidade do controle da sociedade imposta pelo governo. Esta também foi estendida ao migrante que contracenava na Marcha para Oeste.

Para a adesão dos brasileiros, o governo estadonovista revestiu-se de um discurso de cunho ideológico que foi usado como estratégia para trabalhar o imaginário nacional a favor deste projeto. Para tanto buscou respaldo no lema bandeirante, fazendo analogias ao bandeirantismo que até aquele momento era visto por um único ângulo, com uma visão heroica daqueles que trabalharam em favor da conquista e desenvolvimento do território nacional. Para induzir a adesão dos trabalhadores ao interior a ocupar os espaços com pouca densidade demográfica, foi lhes dado também esse caráter de desbravadores heróis, aqueles que coletivamente trabalhariam pela construção da nova nação, e ao mesmo tempo receberiam seu pedaço de terra própria tornando-se pequenos proprietários.

Para compreender esse caráter simbólico e ideológico adotado pelo governo, é preciso considerar alguns contextos particulares. Na época, um dos meios de divulgação mais acessíveis a todas as camadas sociais era o rádio, seria necessário então uma intensa campanha de divulgação da colonização, não só pelos meios de comunicação oficiais, mas de

uma forma que de boca em boca em todos os lugares do país nela se falassem. Em segundo lugar, além da divulgação da colonização oficial, seria preciso apelar para mecanismos que incentivassem a adesão ao projeto, pois sobre estas regiões - alvos dos projetos estadonovistas - foram construídas imagens estereotipadas pelo estigma do sertão e terra do banditismo. Reconhece-se que eram regiões com população rarefeita, em sua maioria coberta por matas e que, portanto, tentar a vida nestes locais, para quem vinha de muito longe com sua família trazendo só sua força de trabalho, de fato não seria um trabalho fácil. O que, portanto, justifica do ponto de vista estadonovista, a ampla campanha agregada aos apelos ideológicos aos cidadãos pobres de todo o país.

Conforme Lenharo, deslocando parte da população pobre para o interior do país, se alcançaria alguns dos objetivos do projeto, como era o caso do desenvolvimento de uma economia agrícola diversificada, ao mesmo tempo em se teria a “quebra” da ordem latifundiária vigente até então na região, incompatível com a pequena propriedade conforme, assinala:

Delineia-se assim, estratégia de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria. Ao invés de esperar o lento avanço das transformações, **era forçoso estimular a mudança** através de dispositivos especialmente orientados para tal finalidade (LENHARO 1986, p. 21 destaque do autor).

Portanto, o governo visualizava os efeitos de sua política, mas para isto era preciso antes a mobilização dos brasileiros pobres rumo ao interior, é nesse sentido, que a colonização aparece como a principal em todas as políticas implantadas pelo Estado Novo. Na concepção estadonovista toda a transformação almejada para o país teria sua gênese na colonização, pois só por meio desta se poderia de fato melhor distribuir demograficamente a população no território nacional. Este uma vez ocupado possibilitaria a exploração de seu potencial no sentido de contribuir para a produção e desenvolvimento interno. Dessa forma o discurso oficial teve duas etapas: por um lado fazia-se apologia à construção de uma nova nação - isto ocorreria por meio do despertar do sentimento patriótico. Esta nova nação se efetivaria através da conquista do Oeste pela força do trabalhador brasileiro na condição de colono. Por outro lado, o discurso faria menção às fartas e férteis terras que seriam doadas gratuitamente aos desafortunados cidadãos que quisessem se tornar pequenos proprietários.

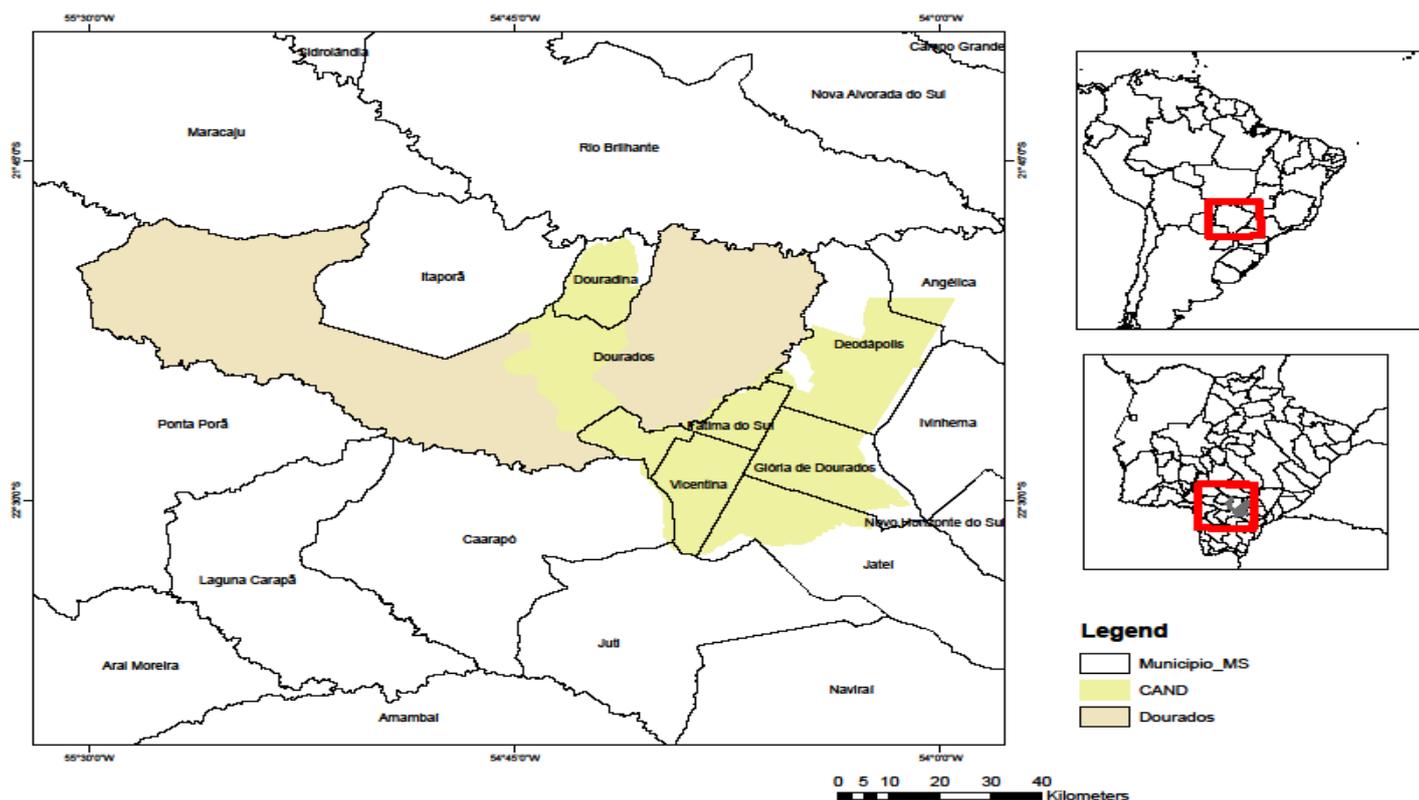
A CAND pertencia à Divisão de Terras e Colonização - órgão do Ministério da agricultura criado em 1938, passando posteriormente ao INIC - Instituto Nacional de

Imigração e Colonização, órgão criado em 1954 e cuja função era traçar e executar direta e indiretamente o programa nacional de Colonização (cf. NAGLIS, 2007, p. 30; VASCONCELOS, 1986, p. 10). Nesse contexto, o Estado Novo esteve bastante empenhado em mudar a estrutura fundiária do país com a criação desta espécie de reforma agrária, “cercando” o latifúndio.

A implantação desta colônia proporcionou uma efervescência, trazendo de várias regiões do país milhares de migrantes, impulsionando assim o desenvolvimento demográfico, econômico e cultural desta região. Na época o jornal *O Progresso* era um dos principais divulgadores dos acontecimentos de Dourados e em 1951 trazia como manchete de sua primeira edição: “Vertiginosa! A marcha de Dourados para o Progresso” (*O Progresso* 21 abril 1951), seguida de texto no qual se observa como o rápido desenvolvimento demográfico da região surpreendia e gerava expectativas de um promissor desenvolvimento econômico.

Os 267.000 ha que constituíam a colônia federal ficaram divididos em duas zonas, separadas pelo rio Dourados, a primeira localizada à esquerda do rio com 68.000 ha e a segunda à direita daquele com uma área de 199.000 ha. A referida colônia englobava o território dos atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis e Douradina (PONCIANO, 2006 NAGLIS, 2008).

MAPA 1: Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



FONTE: elaboração de Bruno moreno

Dentre estas cidades Fátima do Sul foi a primeira a surgir a partir do núcleo colonizador. A CAND foi uma dentre as seis colônias implantadas no território nacional neste período. Embora sua criação esteja inserida no âmbito da política de colonização estadonovista a história desta colônia perpassa um trajeto que extrapola esse governo, sendo implantada efetivamente durante o governo Dutra, observação já assinalada por Naglis (cf.: 2007, p. 31), mas que frequentemente tem passado despercebida aos olhares de vários pesquisadores. Fato que por sua vez, se explica pelas propriedades da memória coletiva e individual. Esta por sua vez, na condição de matéria prima do historiador, é seletiva e falha, sendo preciso, muita cautela ao trabalhá-la, cabendo ao pesquisador, como afirma Lê Goff “corrigir as falhas da memória” (cf. LE GOFF, 2003). Na verdade o que é preciso frisar é que não se deve vincular a existência da colônia ao Estado Novo (que terminou logo em 1945) e nem ao governo Dutra, que apenas respondeu à pressão dos migrantes acampados às portas da Colônia.

Com relação à figura de Getúlio Vargas, na memória popular a Colônia é visualizada como sua grande obra, sendo este presidente aclamado pelos atores deste projeto. As características populistas deste governo e o contexto de nacionalismo possibilitaram para que Vargas se tornasse um ídolo na memória popular, afinal, a implantação da CAND, embora inserida também no governo Dutra, por coincidência acaba se consolidando no início da década de 1950, durante o segundo governo de Vargas, quando este retorna ao cenário político nacional eleito por meios democráticos, dando novos impulsos aos trabalhos da Colônia; há então novamente o empenho estatal para concretizar os projetos iniciados outrora.

Cabe frisar que a morosidade no incentivo aos trabalhos durante o governo Dutra se deve a vários fatores, dentre eles a própria mudança no cenário político brasileiro, o fim da Segunda Guerra o fim do Estado Novo etc. Quando Vargas é eleito em 1950, a situação política já se encontra mais estabilizada. Este acaso da história, ou seja, a volta de Vargas e o prosseguimento nos trabalhos com a CAND reforçou na memória popular a relação entre esse governo e o desenvolvimento da colônia. O culto personalista à imagem de Getúlio pode ser verificado, principalmente nas entrevistas e nos registros memorialistas:

O Getúlio Vargas foi uma pessoa muito boa Getúlio Vargas, pra mim naqueles tempos o Getúlio Vargas foi o pai da nação, quando Getúlio Vargas morreu, de lá pra cá, aí foi só assim levando abaixo [...] porque, como eu falei pra você, aqui foi

doado por Getúlio Vargas, porque foi o sangue do brasileiro que foi derramado não é certo? (depoimento de Belmiro de Oliveira, coletado por Ponciano em 1999).

Para D. Diva “o Getúlio Vargas era bom, do meu tempo para cá não existiu um governo melhor do que o Getúlio Vargas, e o meu pai também, que era velho, disse que era o melhor governo do Brasil, igual o Getúlio Vargas não entra não” (depoimento de Diva Soares, coletado por Ponciano em 1999). Mesmo entre a sociedade em geral, encontramos aqueles que enaltecem a figura de Vargas como o “criador” da CAND, como ilustra a fala de Harrison de Figueiredo, advogado em Dourados na década de 1950, o qual segundo Oliveira teria afirmado: “Dourados é o que é graças ao Getúlio que criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados proporcionando o progresso para a região” (apud OLIVEIRA, 1999, p. 205). Pode-se considerar que, especialmente entre os colonos da CAND a pessoa de Vargas se tornou um verdadeiro mito. Estas falas denotam a forte ligação, na memória individual não só dos colonos, mas da sociedade douradense como um todo, do empreendimento no qual se inseriu a criação da CAND, não só com o governo getulista, mas com o próprio Vargas individualmente.

Sendo assim, a CAND foi criada em 1943 e começou a receber migrantes de forma mais intensa a partir de 1948 (cf. SANTOS, 2007 p. 21), consolidando-se a migração na década de 1950. As terras onde foi implantada a CAND possuíam imensa capacidade produtiva, a qual era divulgada em todo o Brasil atraindo cada vez mais migrantes, os quais cultivaram muitos gêneros agrícolas, que por sua vez foram destinados tanto à subsistência (como também muitos puderam ser comercializados) e outros podiam ser classificados como de agricultura comercial.

1.3 - A CAND no movimento da frente pioneira

Embora a criação da CAND tenha sua história particular com toda sua diversidade histórica e historicidade próprias, criadas a partir das experiências sociais construídas neste espaço, é preciso abordar a gênese desta colônia sobre um contexto maior. Esterci defende que na história do Brasil o tema migração-colonização sempre foi discutido mais ou menos intensamente, aparecendo como o aspecto mais relevante, ora o econômico, ora político ou o social, dependendo do momento histórico. Mas ressalva que a questão sempre foi e é resultante de fatores múltiplos e o fator econômico sempre foi o determinante da orientação espacial das correntes migratórias internas (cf.: ESTERCI, 1972, p. 34).

Assim embora a CAND estivesse inserida nos projetos do Estado Novo, que tinham um caráter essencialmente político, sua criação também é resultado de fenômenos econômicos – os quais somaram fatores extremamente importantes que possibilitaram este contexto. Como se sabe o início do século 20 no Brasil foi marcado por uma grande intensificação da urbanização e das atividades industriais, o que desencadeou processos ligados à expansão da fronteira pioneira.

Dessa forma, além de estar inserida nos projetos do Estado Novo, a CAND ao lado de outras colônias agrícolas criadas nesta época, fazia parte de um contexto maior, tratavam-se das chamadas “frentes pioneiras” - fenômeno diretamente relacionado ao rápido desenvolvimento industrial que então se verificava na região sudeste do Brasil, especialmente na cidade de São Paulo. Queiroz nos oferece um panorama deste quadro:

O desenvolvimento industrial desatou um círculo virtuoso, do ponto de vista da acumulação capitalista: a industrialização ao induzir a urbanização, provocou um aumento da demanda por alimentos e a conseqüente expansão da agricultura comercial – a qual, por sua vez, ao ampliar a renda no meio rural, ‘ampliou o mercado não só de artigos manufaturados em si, mas de artigos produzidos com técnicas industriais em massa, em empresas capitalistas’, com o que se realimentava todo o processo. (QUEIROZ 2008 p. 57).

Para Foweraker “o ciclo da fronteira é primariamente determinado pelas relações sociais capitalistas que dominam a formação social, e realizado por meio de uma grande variedade de intervenções políticas, legais ou ideológicas levadas a efeito por uma forma particular de Estado capitalista” (1982, p. 33).

Dessa forma, a criação das colônias agrícolas nacionais não se insere somente nos projetos políticos do Estado Novo, mas é conseqüência de um processo que possibilitou a ação dessa política. Aliás, os objetivos políticos do Estado Novo se desenvolveram sobre um pano de fundo econômico, calcando-se em medidas que resultassem no desenvolvimento da economia nacional. Nesse contexto, as colônias agrícolas funcionariam como pequenas unidades de produção, sendo resultado da expansão da fronteira agrícola, cuja finalidade era o atendimento da demanda do mercado interno.

A implantação da CAND numa região de extensas terras férteis, aparentemente “sem donos”, se dava com a expectativa de tornar esta região uma produtora de gêneros alimentícios que atendessem o mercado interno, mais especificamente, o Sudeste. Isso implicava em grandes transformações não só de ordem agrária, mas demográfica, fundiária e também cultural, visto que a região passa a receber migrantes de diversas partes do país, os quais aqui chegando, às vezes, se despojam ou acabam mesclando costumes e culturas, se

tornando todos “colonos”, criam laços de amizade, vivendo, muitas vezes relações quase de reciprocidade, em busca de um objetivo comum.

Nesse processo, no SMT a política da Marcha para Oeste, com sua ideologia de estímulo à expansão econômica mediante a ocupação dos espaços vazios do interior do país, se conjuga com os fatores de expansão das frentes pioneiras, sendo o revestimento desse processo, pois “por mais que o ‘econômico’ e o ‘político’ sejam separados para fins de análise e apresentação, devem ser entendidos como constituindo um único e indivisível processo social” (FOWERAKER, 1982, p. 39). Segundo Paul Singer, na prática este processo implicava em “abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e, portanto a base para sua acumulação” (1984, p. 218). Sobre esse processo afirma ainda Queiroz:

Desse modo, como observa o geógrafo Leo Waibel, a grande demanda por gêneros alimentícios e matérias-primas, estimulada pelo pólo industrial do sudeste, se fez sentir sobre uma vasta área, correspondente a ‘um semicírculo de 500 até 1.000 quilômetros de raio’, em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2008 p. 57)

Nesse contexto, foi a partir da CAND que a região também passou a ser alvo de desenfreada especulação de terras. Segundo Lenharo as terras da própria colônia, que funcionava como um ímã econômico foram bastante cobiçadas e se tornaram objeto de especulação (cf.:1986 p. 53). O projeto colonizador do Estado Novo foi acompanhado de diversos empreendimentos de colonização particulares, onde as companhias atuavam comprando grandes glebas de terras para vendê-la em pequenos lotes aos migrantes que dispunham de algum recurso financeiro e que não estavam dispostos a enfrentar o processo, às vezes moroso, da demarcação oficial. Ainda nesse processo de especulação, outro agravante que interferiu na política oficial foi a colonização estadual, que se tornou um jogo, de acordo com o momento e com os governadores que estavam no poder, os quais por sua vez, apoiavam e beneficiavam tais companhias, como nos confirma Naglis: “A iniciativa estadual de colonizar baseada em políticas e legislação específicas foram uma constante na década de 50, mesmo regida por governadores diferentes”(2007, p. 32).

Sobre o assunto Vasconcelos destaca o governo de Fernando Corrêa da Costa (1951-1955), “quando o Estado colocou grande parte de seu território à disposição de empresas colonizadoras, a fim de que estas, mediante um Contrato de Colonização, organizassem núcleos coloniais e efetuassem a venda de lotes aos interessados” (1986, p. 18). Nesse jogo de

interesses que caracterizou a colonização das terras do SMT, Costa considerou que “o objetivo do governo federal estava mais voltado para a manutenção da segurança nacional, da redução de tensões sociais e em garantir produção para o mercado consumidor. Enquanto que o governo estadual, entre outros objetivos, desejava a ampliação de suas receitas” (cf.: 1998, p. 40).

Mas o que nos interessa nesse contexto, é deixar claro que foi por meio da política do Estado Novo que a região do SMT “sofre uma nova e poderosa corrente povoadora”, passando a comportar-se como uma frente pioneira (GRESSLER, SWENSSON, 1988 p. 31). Além do impulso demográfico, a região saltou como um atrativo aos olhos de magnatas capitalistas. Sobre o progresso do SMT na década de 1950, registra-se no jornal *O Progresso*:

De uma terra inexpressiva e esquecida, passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria. Gente de toda parte se instala no município para explorar suas magnificas matas, mais de 2.400 pessoas chegaram depois do recenseamento. Grandes vendas de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa, mais e mais casas de comércio, valorização de grandes serrarias; um instantâneo poliformico de uma esplendida realidade (*O Progresso*, 21, abr. 1951).

Dessa forma, com a implantação e o desenvolvimento da colônia, a região em estudo (isto é, o antigo sul de Mato Grosso), passa, ainda que com todas suas limitações de ordem estrutural, a ter um vínculo econômico maior com o mercado nacional, contribuindo assim para a expansão capitalista, finalidade da política econômica do Estado Novo: “Mas o fato é que, na colheita de algodão de 1962, isto é, já no mês de março, iniciamos o transporte de algodão para São Paulo” (AZEVEDO, 1994, p. 61). Esse vínculo maior se deu pelo fato de antes da implantação da CAND a região viver economicamente quase que isolada do resto país, em economia de subsistência ou ligada somente à pecuária bovina e à exploração da erva-mate.

Nesse processo, pode-se dizer que a CAND veio, usando a expressão de um jornal regional da época, *despertar a riqueza adormecida de Dourados*, pois foi com esta colônia que a região se mostrou apta a se tornar uma grande produtora de gêneros agrícolas ou, como diziam os memorialistas, o *celeiro deste e de outros estados*. Todo esse processo de desenvolvimento denota o caráter da frente pioneira, expressa por Martins:

A característica imediata desta última (frente pioneira) é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de

reprodução desta. O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Esta não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza (cf. 1975, p. 47).

Foweraker em seus estudos já havia assinalado que a fronteira pioneira “tem se expandido em resposta às demandas do mercado nacional e em função da acumulação econômica dentro da economia nacional desde 1930” (FOWERAKER, 1982 p. 31).

Embora o SMT tenha sofrido o avanço das frentes pioneiras, algumas controvérsias se apresentam quando passamos a analisar especificamente nosso espaço de estudo, isto é, a CAND. Isto porque a colônia possuía características típicas também de uma frente de expansão. Considerando a diversidade de tempos históricos vivenciados na fronteira e, portanto, vendo-a como um espaço contraditório, é possível entender a questão. Dessa forma, é preciso considerar a fronteira como uma unidade entre essas duas frentes, pois nela podem conviver características e mentalidades diversas, algumas próprias da frente pioneira, outras da frente de expansão. Analisando as formas de vida dos colonos da CAND e suas relações com o mercado, percebemos que a Colônia apresenta pontos de convergência também com a frente de expansão, desta forma não é possível reduzir esta realidade a meras tipologias classificatórias, pois conforme Martins:

A distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira. É um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos da sua participação na história (MARTINS, 2009, p. 139).

Uma vez fixados na CAND os agricultores estavam mais preocupados com seu trabalho do que no desenvolvimento industrial do país, ou seja, objetivavam desenvolver a agricultura comercial, mas estavam mais preocupados com sua subsistência. Sobre estas questões será falado no terceiro capítulo. A forma de viver dos colonos se aproximava do que Martins chama de “economia do excedente”, ou seja, onde “os participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência, e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades” (MARTINS, 1975 p. 45), estas características por sua vez denotam o modo de vida da chamada frente de expansão. No

entanto, diversos fatores devem ser considerados para justificar o fato de a economia da CAND frequentemente ser caracterizada como de subsistência, o que não quer dizer que os colonos não almejassem também o mercado.

Portanto a mentalidade do colono, não condizia com aquela construída pelos idealizadores do Estado Novo, o de criar uma nova nação; eles esperavam muito mais, tinham a esperança de se tornarem trabalhador-proprietário, buscavam uma oportunidade de uma vida tranqüila, ou seja, onde pudessem assegurar o fruto de seu trabalho. A posse do lote de terras representava o início, a base de uma nova vida. Sobre o imaginário dos colonos, relata um memorialista da região:

Sonhavam com uma terra dadivosa, uma espécie de Canaã, 'onde correria leite e mel' [...], naquele tempo circulava por todo o país a notícia de que aqui se receberia terras gratuitas, com casas já feitas, estradas, assistência médica, educacional, técnica e até financeira, como alguns animais para poderem iniciar a vida em seus lares (LIMA, 1982, p. 11).

A espécie de Canaã citada por Lima denotava a fartura simples do homem do campo, com a qual sonhavam. A fala da ex-colona Dulce, reforça esta hipótese:

Viemos atrás de melhora, viemos do norte [Nordeste] para São Paulo, de São Paulo viemos para cá, aqui meu pai adquiriu um lote no Barrerinho, aquele tempo, tudo era mata virgem aqui, para lá tinha uma quarta de terra derrubada [...] Lá meu pai trabalhava com lavoura, ele plantava arroz, feijão, plantava um bananal e vendia uma carrada de banana, tinha cana, tinha porco, tinha galinha, muito porco, tinha fartura que só vendo (Depoimento de Dulce Fernandes de Oliveira, coletado por Nilton Ponciano, em 1999)

Em consonância às citações de Lima e de D. Dulce considera-se, portanto que os futuros colonos, embora inseridos, em um contexto de frentes pioneiras, tinham em mente um pensamento típico dos membros de uma frente de expansão, esta segundo Martins, era o oposto da frente pioneira e:

Caracteriza-se pelo uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza (1975, p. 46).

Dessa forma, ao lado de um grande movimento de empreendedores particulares que negociavam glebas de terras e promoviam a colonização particular, trazendo o desenvolvimento para o SMT, ao lado da desenfreada especulação ocorrida no entorno destes movimentos, os migrantes que se tornaram colonos da CAND possuíam um perfil diferente

daqueles outros - eram pessoas pobres - que em sua maioria chegavam sem recurso algum, tendo na terra o seu maior bem. Sendo assim, tudo o que queriam era valorizar este seu pedaço de chão, trabalhar e criar seus filhos ensinando-os a trabalhar na terra garantindo a fartura dos vários produtos agrícolas que cultivavam somados aos animais e produtos que estes ofereciam, como a banha e o leite. O que importava mais era a posse e o domínio da terra e os frutos que nela cultivariam. Não tinham em mente vender ou comprar estas terras (embora tenha havido casos de especulação e venda por parte de colonos).

Assim, analisando o modo de vida na CAND percebemos a proximidade, pelo menos no tocante ao imaginário do colono, também com a frente de expansão. No entanto, a fronteira é marcada por realidades diversas, estando os sujeitos participantes desse espaço - empreendedores particulares, migrantes da colonização estatal, o indígena presente no espaço onde avança a frente pioneira, o latifundiário e demais sujeitos - inseridos em tempos históricos distintos. Dessa forma, a realidade da CAND se explica pelas muitas faces do tempo histórico, que ao contrário do tempo cronológico, é heterogêneo e qualitativo.

O certo é que este movimento da frente pioneira no SMT, garantindo o intenso fluxo demográfico garantiu a efetiva ligação dessa região com as regiões centrais do país. Se no século XVIII o SMT, permaneceu como “área de passagem, entre São Paulo e as regiões auríferas” (QUEIROZ, 2008, p. 17) neste momento - primeira metade do século XX, pode-se dizer que se formou entre o SMT e o Sudeste – um corredor demográfico, porém de migrantes que não só passavam, mas se fixavam em virtude da Colônia Agrícola.

Como citado acima, a implantação da CAND movimentou todo o SMT. Como expressão do movimento de ampliação das frentes pioneiras a colonização oficial acelerou os ânimos de muitos empreendedores que vieram investir capital nas terras fertilíssimas do SMT. Várias foram as companhias de colonização que compravam imensas glebas de terras e passaram a vendê-las em pequenos lotes a pessoas com algum recurso.

A região, de fato vivia relativamente isolada do restante do país se olharmos do ponto de vista econômico, pois não havia nenhuma atividade que a inserisse efetivamente na economia de mercado, em expansão nos grandes centros. Demograficamente como já falado o povoamento era rarefeito, foi a partir das propagandas da CAND, fossem elas oficiais ou não oficiais que se divulgou o potencial da região, o que concomitante à implantação e desenvolvimento da CAND, atraiu magnatas empreendedores que efetivaram outros projetos de colonização, como foi o caso da Companhia Moura Andrade, colonização da qual se originou a cidade de Nova Andradina; e da Companhia de Melhoramentos e Colonização

(SOMECO), empreendida em terras onde se situam os atuais municípios de Ivinhema e Glória de Dourados (SANTOS, 2007 p. 21)

Dessa forma, realizou-se a primeira etapa do projeto - a ocupação - para a concretização dos objetivos do Estado Novo na região - a nacionalização e segurança das fronteiras. A inserção na economia de mercado ocorreria como consequência dessa ocupação, que possibilitaria o desenvolvimento da Colônia agrícola, a qual por meio de sua produção corresponderia à política de substituição de importações.

Estes futuros colonos também se tornaram pioneiros de grande parte da região da CAND, pois na segunda zona, fundaram povoados e mais tarde pequenas cidades. Estes pioneiros de modo geral, são vistos pelos memorialistas da região, como os grandes heróis da colonização, como expressa a fala de Lima acima.

1.4- O migrante, seu espaço e sua sociabilidade

De acordo com a pesquisadora Kmitta, “a combinação de fatores naturais e humanos pode originar e moldar novas paisagens, onde a ação humana, interagindo com as forças da natureza, provoca impactos sobre os ambientes” (2010, p. 60). No caso da região aqui considerada as modificações da paisagem natural se acentuaram com a consolidação das migrações para a CAND a partir de 1950. A existência de grandes matas era divulgada como um indicador da fertilidade das terras da região, no entanto, muitos colonos não imaginavam que por conta própria teriam que concretizar a colonização, muitos sem a ajuda mínima no tocante a instrumentos necessários. Com a intenção de se estabelecerem o mais rápido possível e iniciarem suas roças, os colonos contando com instrumentos simples, como o machado e a foice, iniciaram os trabalhos de abertura de lotes, por meio da derrubada da mata. Não havia na época entre estes colonos e entre os idealizadores do projeto uma consciência ambiental de preservação; sendo assim para estes a derrubada da mata era sinônimo do progresso econômico da região, o que tornava urgente essa derrubada, pois dela dependia o início da agricultura.

Esses migrantes que se deslocaram para o SMT possuíam um imaginário voltado para o trabalho, buscavam extrair da terra o seu fruto; o ambiente do SMT, com sua paisagem natural, por sua vez aparecia como um ambiente para se “amansar”. O pensamento destes migrantes diferia do dos sujeitos estabelecidos nesta região, no caso os indígenas e os exploradores da erva-mate, os quais viviam em relativa harmonia com o ambiente natural; o

migrante ao contrário, veio de longe trazendo consigo o desejo de encontrar uma forma de garantir sua subsistência, não podia apenas contemplar este cenário, era preciso rapidamente transformá-lo em prol de sua subsistência. Segundo Gonçalves, “o homem é a natureza que toma consciência de si própria e esta é uma descoberta verdadeiramente revolucionária numa sociedade que disso se esqueceu ao se colocar o projeto de dominação da natureza” (cf.: 2010, p. 9). Sobre os pioneiros das novas áreas colonizadas, Pebayle e Koechlin, considera: “homens por demais apressados, ao qual a economia do mundo pioneiro impôs uma técnica agrícola devastadora” (1981, p. 10). Nesse contexto a transformação da vegetação foi uma das mais visíveis características da CAND.

Embora os migrantes não estivessem sozinhos neste espaço, as transformações mais intensas, como a derrubada da vegetação se deu com a presença deste na condição de colono ou pequeno produtor. No processo de implantação da CAND outros sujeitos sociais emergiram inseridos nas atividades dos colonos. Como já falado acima, sobre a heterogeneidade da fronteira, cabe aqui mencionar que além dos paraguaios e dos latifundiários residentes no SMT, havia a presença dos indígenas, sobre cujo território avançou a frente pioneira. Dessa forma, sendo implantada em terras indígenas, a colonização empreendida pela política da Marcha não considerou a cultura local e nem os povos existentes nestes espaços. Em meio à documentação administrativa aparecem constantemente os indígenas, o que reforça sua participação neste processo, embora não fosse permitida a concessão de lotes a indígenas, a presença destes era inevitável, conforme registrado em documento da CAND endereçado ao inspetor do SPI em 1950:

1- Procedi a verificação dos lotes, que estão sendo ocupados por índios caiuíás, na região do Panambi, chegando à conclusão de que não há qualquer concessão de lote feita à índios nesta colônia, o que aliás se compreende, em virtude de não ser permitido pelo regulamento. 2 – Quando do loteamento na região entre o Panambi e o Laranja Doce, alguns índios dispersos da tribo ficaram situados em lotes demarcados.³

No momento da implantação da colônia os índios deste espaço estavam sendo transferidos para uma reserva o PI Francisco Horta. Inúmeros indígenas, principalmente os da região do Panamby, mostraram grandes resistências em deixar suas terras, o que ocasionou uma situação complexa, polêmica e delicada, de tal forma que em 1950 o administrador Tácito Pace, o segundo administrador da colônia, “sonda a possibilidade de localizar os índios

³ Ofício nº 265 de 03/08/1950 de Tácito Pace ao diretor do SPI – I.R.5. Arquivo Público Estadual - MS Acervo: CAND

no ‘baixo Panamby’, mas estes não aceitam por ser uma área de campo, pobre em caça. Acrescenta que a área é alagadiça e há muitos anos está concedida pelo estado a título definitivo” (cf. VIETTA, 2007 p. 176 e 177).

Tal situação gerou diversas negociações entre o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e a CAND para tentar resolver o problema dos indígenas e dos colonos. Todavia, se por um lado os índios tiveram suas terras invadidas, o que, aliás, é inquestionável, por outro, este jogo de poder teve consequências históricas também para estes últimos (colonos) que ganharam seus lotes no Panamby. Os colonos desta região, posteriormente foram transferidos da mesma em benefício dos indígenas. Seu Zé Baiano foi um dos vários colonos que viveram este drama, ao ser transferido na década de 1990 do Panamby para a Terra do Boi, no município de Juti. Em entrevista publicada em um livro memorialista da região de Dourados, comenta:

Retirar os colonos da terra não resolveu o problema dos índios com a colônia do Panambizinho, como eles a chamam, continuam morando em casa de pau a pique como foi no início, a diferença hoje do Panamby é muito grande onde se produziu muitos alimentos, hoje só cresce mato, muito mato. Até entendo que precisem de terra, mas esta não foi a forma mais acertada pelo FHC nem os índios estão contente com a posse da terra, pois vivem muito mal. Fomos colocados na Terra do Boi no município de Juti, a terra é até boa, mas não produz como a que tínhamos [...] Todo o trabalho que tive para desenvolver essa região escolhida para viver foi em vão. Foi a maior decepção da minha vida e hoje convivo com a dor de ver abandonado o meu pedaço do paraíso aqui na terra que foi um dia o Panambi (depoimento de seu Zé Baiano apud ARAUJO, DANTAS 2009 p. 21).

Dessa forma, nesse processo complexo percebe-se que todos, índios e colonos, foram vítimas de um processo de expropriação, criados pelos governos, uma vez que os migrantes que vieram atraídos pela oferta da terra gratuita, não imaginavam que estariam ocupando terras indígenas. Embora não nos caiba, no momento, analisar tais problemas jurídicos, eles nos permitiram visualizar a constante presença de indígenas, entremeando no espaço outrora seu, juntamente com os novos moradores - os colonos. Permite-nos compreender que estes sujeitos sociais também estiveram envolvidos diretamente nas atividades da colônia, trabalhando nas derrubadas da mata, na limpeza dos lotes e no início do plantio, sendo seu pagamento, muitas vezes, representado pelos mais diversos produtos, como ocorre nas relações não capitalistas das regiões fronteiriças, como relata ainda Zé Baiano: “meus vizinhos eram índios e trabalhavam comigo; nessa época eu pagava eles com comida e fumo” (idem).

Mais uma vez percebemos que a chegada do migrante a este espaço fronteiriço, poderia amenizar as preocupações do governo no tocante à situação da fronteira e ao

desenvolvimento interno, mas por outro lado, criava situações conflituosas e complexas envolvendo os colonos de um lado e moradores locais de outro.

Os milhares de migrantes que fizeram parte da CAND possuíam um perfil e uma trajetória histórica que merece ser registrada para que possamos compreender sua fixação e trabalho em terra sul-mato-grossense. Como se sabe, a Marcha para Oeste atraiu migrantes de todas as partes do país, mas na CAND predominaram os nordestinos: “os ‘sem terra’ vindos do Nordeste foram os mais numerosos a procurar refúgio nesta região isolada do Sul de Mato Grosso” (PEBAYLE, KOECHLIN, 1981, p. 11), o que se explica por uma série de fatores. É importante frisar que os autores citados falam em isolamento a partir de uma visão muito particular, pois a região era relativamente, mas não totalmente isolada.

Voltando aos migrantes, os nordestinos que na CAND chegaram possuíam uma história de migração anterior. Muitos deles antes de chegarem a esta colônia já estavam fixados em outros estados, como São Paulo, trabalhando em fazendas do interior ou atraídos pela industrialização das cidades, como diz Andrade: “expulsos de sua terra de origem pela seca ou pela cerca” (2004, p. 29). Todavia esse processo que envolve a saída de nordestinos de sua região é um pouco mais complexo do que aparenta a primeira vista, não podemos generalizá-lo e limitar o fato apenas à seca ou outros problemas sociais, como costumeiramente se faz. Marina Santos, em sua pesquisa sobre a vivência dos nordestinos em Dourados, diz que são diversos os fatores que motivaram os nordestinos a saírem do Nordeste. Muitos deles destacam de fato a seca e as privações materiais pelas quais passavam, mas não se pode generalizar, pois há nordestinos que não habitavam em lugares secos e áridos e, contudo deixaram o Nordeste (cf.: SANTOS, 2003, p. 52). Dessa forma Santos concluiu que “os motivos variavam, desde as necessidades básicas, como a falta de alimentação em seus Estados de origem até o sonho de ter a sua própria propriedade, pode-se inferir que, no final o que todos buscavam eram melhores condições de vida” (idem, p. 152). O depoimento da ex-colona Dulce, reforça a ideia da busca por melhora de vida:

Viemos atrás de melhora, viemos do norte [Nordeste] para São Paulo, de São Paulo viemos para cá, aqui meu pai adquiriu um lote no Barrerinho, aquele tempo, tudo era mata virgem aqui, para lá tinha uma quarta de terra derrubada, aqui mesmo era mata, aqui [cidade de Fátima do Sul hoje] não tinha terra derrubada, era mata. Então, tinha outras pessoas mais primeiro que a gente, que já morava lá na cooperativa. (depoimento de Dulce de Oliveira, coletado por Nilton Ponciano em 1999).

O fato é que houve na época grande migração, principalmente de nordestinos para o Sudeste e depois para o SMT. Este contexto remete à ideia do superpovoamento dos grandes centros, levantando uma discussão interessante na historiografia regional relativa à Marcha

para Oeste. Alguns pesquisadores parecem defender a ideia de que um dos objetivos dessa política era o “esvaziamento das cidades” por meio do retorno ao campo, ou seja, o governo intentava retirar os desempregados das cidades de modo a resolver ou amenizar uma série de problemas sociais, incluindo o desemprego e a marginalidade, ao mesmo tempo em que proporcionava um maior equilíbrio na divisão do trabalho. Esterci cita um dos relatórios de Filinto Muller de 1935 onde o mesmo defende o “descongestionamento das cidades”, com a retirada da “massa de desocupados” (cf.: ESTERCI, 1972, p. 28-29).

De forma mais acentuada, Oliveira, após analisar um dos discursos de Vargas (discurso de 1933), onde o mesmo defende o “retorno ao campo”, afirma:

Por esse discurso, podemos deduzir que a política de colonização do governo Vargas trazia em seu bojo o projeto de esvaziamento das cidades, na medida que pretendia retirar do meio urbano trabalhadores desempregados, que superlotavam os grandes centros, como por exemplo, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 1999 p. 32)

A autora se baseia também em Lenharo, que por sua vez analisou um dos discursos de Vargas, onde o mesmo fala da assistência ao trabalhador brasileiro da cidade e do campo. Em um de seus discursos, Vargas fala sobre o assistencialismo de seu governo ao trabalhador brasileiro, estendendo-o também ao “operário rural”, como ilustra a transcrição abaixo:

Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Mesmo porque se não o fizermos, corremos o risco de assistir ao êxodo dos campos e superpovoamento das cidades – desequilíbrio de consequências imprevisíveis, capaz de enfraquecer ou anular os efeitos da campanha de valorização integral do homem brasileiro, para dotá-lo de vigor econômico, saúde física e energia produtiva (discurso de Vargas. O trabalhador brasileiro no Estado novo (1 de maio de 1941, IN: A nova Política do Brasil, volume VIII, Rio e Janeiro, L. J. Olympio Ed. , 1941, p. 261, apud LENHARO, p. 19)

Analisando este discurso, Lenharo comenta que a meta era ampliar ao campo as conquistas urbanas; e explica que a argumentação de Vargas se arma entorno da “ameaça de êxodo rural e superpovoamento urbano”. Para Lenharo a ideia de “desequilíbrio” colocada por Vargas é muito bem posta, uma vez que em conformidade com o discurso, explica que de fato “o êxodo rural em massa deterioraria o valor do trabalho urbano e ameaçaria os níveis de consumo da população trabalhadora, fundamentais à produção industrial”. (cf.: LENHARO, 1986, p. 20). Não podemos negar que entre as preocupações do Estado Novo inseria-se de fato a questão do êxodo rural e do superpovoamento dos grandes centros, a exemplo do que ocorria em São Paulo, quando levas de migrantes nordestinos e outros iam em busca de

melhores oportunidades de vida, muitas vezes ficando sem trabalho e sem condições de retorno. No entanto, ao que tudo indica esvaziar os grandes centros não estava entre os principais objetivos da Marcha para Oeste. A questão estaria mais em evitar, isto é, prevenir um possível futuro superpovoamento das grandes cidades. Até porque alguns dos discursos citados pelos pesquisadores mencionados foram formulados na primeira metade da década de 1930 e não sabemos se ainda eram válidos para a época da criação da CAND, visto que neste momento a indústria brasileira, em acelerado crescimento, absorvia grandes quantidades de mão de obra.

Ainda nesse contexto, sabemos que o assistencialismo é sempre consequência do processo histórico de lutas e necessidades e não prêmio dos governantes ou de quem representa o poder. Sendo assim, sabemos que o sentido da Marcha para Oeste não estava somente em compensar o trabalhador rural diante das ditas conquistas urbanas, e nem de simplesmente deslocar para o campo a massa de desempregados da cidade, pois o projeto propunha a migração, no sentido de incorporar novas regiões à economia de mercado. O fato de nesta terem aderido grande parte de desempregados é apenas consequência do fato, uma vez que neste contexto esta massa representava “um grande excedente de mão de obra na economia brasileira” (FOWERAKER, 1982, p. 31). Por trás destes fatores estava a necessidade, diante do quadro econômico nacional, de ampliar a renda do campo para que o mercado interno pudesse absorver a produção da indústria brasileira e em contrapartida fornecer as matérias primas necessárias a esta.

Enfim, o certo é que neste contexto o SMT sofreu um adensamento populacional de milhares de migrantes atraídos pela CAND. Estes uma vez presentes na colônia tiveram que se arranjar diante do atendimento deficitário da administração que não estava preparada para receber tantas pessoas. Teoricamente, as colônias agrícolas estavam aptas a fornecer aos colonos os incentivos iniciais e também uma infraestrutura mínima de uma colônia agrícola, como indica Bertran:

Havia não somente o sentimento nacionalista implantado pelo Estado Novo como, também, a preocupação dos órgãos competentes em montar um sistema de colonização mais humano e mais planejado, com os aspectos de infraestrutura econômica e social se fazendo notar através da implantação de centros comunitários, estradas para escoamento fácil dos produtos e rápida titulação das terras (BERTRAN, 1980, p. 92)

Todavia, na prática os trabalhos na CAND foram marcados pela morosidade por parte da administração. O número de migrantes era preocupante aos dirigentes da colônia, uma vez

que esta não possuía as condições adequadas para recebê-los. Um telegrama de Lloyd Ubatuba administrador da colônia em 1952, dirigido ao Ministro do Trabalho (na época João Goulart), demonstra a situação preocupante, diante da vinda de migrantes:

Para vosso conhecimento transcrevo telegrama hoje expedido diretor DTC VG Dr. Renato Gonçalves Martins PT levo vosso conhecimento que agricultores procedentes diversas partes do país invadem colônia em busca de terras para serem cultivadas PT tratando-se de lavradores em completo estado de miserabilidade e ainda acompanhados de suas famílias VG esta administração sente-se impossibilitada de determinar medidas drásticas contra esses bons patriotas que lutam desesperadamente sentido trabalharem pelo engrandecimento do Brasil PT solicito vosso pronunciamento a respeito das medidas que deverão ser adotadas em defesa desses homens de trabalho 'PT saudações Lloyd Ubatuba administrador CAND⁴

São vários são os telegramas enviados da administração à Divisão de Terras e Colonização, demonstrando a situação calamitosa de impossibilidade da colônia de atender a todas as levas de migrantes que iam chegando. Além da impossibilidade de acomodação dos migrantes a CAND não contava com um sistema viário, tão necessário em um futuro muito próximo para a garantia do desenvolvimento das atividades agrícolas. Segundo o primeiro administrador da CAND - Jorge Coutinho Aguirre - em seu relatório reproduzido por Gressler e Swensson, já em 1943 foram iniciados os trabalhos na CAND no que dizia respeito ao sistema viário:

De imediato, nos propusemos a fazer o primeiro trecho da estrada que fazia a ligação Dourados-Rio Brilhante, na distância de 60 Km. Assim começamos nossa obra pioneira porque, à medida que íamos desmatando a floresta virgem para a passagem da estrada, fomos loteando as terras em face da grande quantidade de colonos que nos procuravam (cf.: GRESSLER E SWENSSON, 1988, p. 85).

Mesmo assim os caminhos eram ainda muito precários, como também pode ser verificado nos depoimentos: “aí passamos nesta estrada, a estrada de vim para cá era essa de boi de carreta, não existia estrada, era de carreta” (depoimento de Diva Soares, coletado por Ponciano em 1999). Já na década de 1950 ainda não havia estradas que ligassem diretamente o interior da colônia com as regiões centrais do país. A ligação mais próxima da primeira zona da colônia que a ligava diretamente ao estado de São Paulo era a estação ferroviária de Itahum, por meio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Por meio dos trilhos da NOB milhares de migrantes, partindo de São Paulo desembarcaram na estação de Itahum rumo à CAND.

⁴ Telegrama de Lloyd Ubatuba a Dr. João Goulart Palácio do Catete Rio – DF. 12/12/1952

À medida que iam chegando, os migrantes necessitavam de moradia, de alimentos e de assistência médico-educacional, o que na maior parte não foi garantido. Na efervescência demográfica, muitas famílias foram acolhidas por parentes ou mesmo conhecidos até construírem seu rancho. Nem todos os auxílios projetados aos colonos foram concretizados. No tocante a estes, o projeto previa alguns subsídios iniciais, de modo a dar condições ao colono pobre de se fixar e iniciar seu trabalho com a terra. Dentre estes, previa-se uma casa de madeira, conforme consta no Decreto-Lei de criação das colônias agrícolas nacionais: “em cada lote será construída pequena casa para residência do colono e sua família, do tipo mais conveniente à região”⁵, bem como alguns instrumentos necessários à derrubada do mato e até alguns animais que servissem como fonte de alimento, conforme nos diz a fala abaixo transcrita:

Quando começou entrar esse povo lá na serraria, ali o governo criou hospital, tudo de graça, ali ele criou a marcenaria, que era para fazer casa de graça para os pobres morar, ele dava o lote, com dois alqueires de terras pronto, dava semente, dava de tudo e dava dois anos para comer de graça, montou uma máquina de arroz lá, vinha cobertor, vinha roupa, vinha tudo do governo federal, o finado Getúlio Vargas, dava duas vacas de leite, dava o arame para cercar, dava de tudo (depoimento de Diva Soares, coletado em 1999 por Nilton Ponciano).

Esses relatos são antes de tudo produtos da memória individual desses ex-colonos, e dessa forma, exigem muita cautela, pois sendo a memória seletiva, esses relatos muitas vezes privilegiam ações vividas individualmente como se fizessem parte do coletivo, e por outro lado omitem, inconscientemente, fatos que não foram vividos pela pessoa individualmente, mas que fizeram parte do grupo.

Dessa forma, se sabe que na prática estes recursos foram muito limitados, se estendendo apenas às primeiras levas de migrantes. Diante dos milhares de migrantes que chegavam na CAND, a administração se viu incapaz de providenciar as próprias demarcações de lotes, diante disso constata-se a impossibilidade de oferecer auxílios ao colono. Nesse sentido, assim que chegaram os colonos foram se adaptando às condições do meio, construindo seus ranchos de pau a pique⁶, que eram construções mais rápidas e menos custosas do que casas de madeira, pois embora estivessem em meio à abundância diante da derrubada das matas, não possuíam madeira beneficiada. A fala de outro ex-colono da

⁵ Decreto-Lei nº 3.059 de 14/02/1941, art. 10. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=18856&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PU>

⁶ É uma técnica de construção que se constitui de barro aplicado sobre ripas ou varas entrecruzadas.

segunda zona da CAND, contrastando com a de D. Diva, nos oferece um panorama da realidade que enfrentaram a maioria dos colonos:

Nós que chegamos aqui depois dos 50, não encontramos mais nada. Esse negócio de casa, ferramenta para trabalhar, nada disso nós tivemos. Não sei se o governo não tinha mais dinheiro ou se foi porque não quisemos mais esperar, só sei que por aqui o governo só mandou o administrador vir arrumar as terras que nós marcamos, mesmo assim, fez quando ele quis. Por isso é que eu dou valor a cada pedacinho dessa minha terra, porque eu sei o quanto me custou (depoimento do colono Osvaldo Nascimento, apud ANDRADE, 2008, p. 39).

Ainda de acordo com o texto da lei, as colônias agrícolas estavam “destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros”⁷. Entre a realidade da CAND e o texto da lei, encontramos muitos desencontros. Como uma política de caráter nacionalista, de fato privilegiavam-se os nacionais, no entanto, a respeito dos estrangeiros, embora o texto frisasse “excepcionalmente” os agricultores qualificados, o número de imigrantes na CAND foi bastante significativo, tendo destaque especial, os japoneses.

Ainda não sabemos os motivos reais dessa significativa presença, o que sabemos é que os japoneses tiveram uma acolhida especial em terras sul mato-grossense. Em telegrama de 1954, registra-se a vinda de 62 famílias japonesas na CAND:

Ciente termos vosso radio ET tendo em vista falta absoluta de recursos esta CAND estou me articulando representante imigrantes japoneses sentido providenciar passagens, transportes bagagens até Itahum VG conforme procedimento anterior relação 62 famílias aqui chegadas setembro ano passado PT entre outros estive pessoalmente com o sr. Kimura fornecendo-lhe relação constante vosso ofício n 69 combinando mesma ocasião alojamento até serem cortados lotes para aqueles imigrantes PT SDS⁸

As fontes indicam que muitos destes japoneses vieram diretamente do Japão para o SMT, o que é intrigante, uma vez que o decreto autorizava excepcionalmente os agricultores estrangeiros qualificados. A pesquisadora Inagaki, que fez uma excelente pesquisa sobre os caminhos dos japoneses e nikkeis em Dourados, apresenta uma hipótese plausível para esse fato. Segundo a autora, que se fundamenta em entrevistas, a presença destes imigrantes estaria

⁷ Idem

⁸ Telegrama de Clodomiro de Albuquerque, administrador da CAND a Valdik de Moura, AGRITERRAS, Rio D.F. 10/02/1954.

relacionada diretamente com a aproximação política entre Vargas e Matsubara, este último uma figura bastante influente na colônia japonesa no Brasil e sendo administrador de fazenda em São Paulo, havia influenciado a vinda de muitos japoneses para o nosso país. De acordo com Inagaki:

Matsubara estabeleceu relações muito próximas com Getúlio Vargas, tendo-o auxiliado na sua eleição para presidente em 1950. Assim, após sua vitória, Vargas teria permitido que Matsubara trouxesse do Japão para o Brasil, 4.000 famílias. Matsubara foi então ao Japão em 1952 e em sua província, Wakayama, manteve conversações com autoridades provinciais, levando à organização da emigração (cf.: 2002 p. 54).

Muitos dessas famílias vieram para as terras da CAND, onde formaram algumas colônias, dentre elas *Kioey*, localizada na primeira zona da CAND e a *Matsubara* (em homenagem ao incentivador da emigração), localizada na segunda zona (cf. INAGAKI, 2002). Um ano após a entrada das famílias acima relatadas na CAND, outro documento registra o desejo de famílias japonesas de virem para a colônia: “fui informado do Japão de que cerca de 20 famílias desejam ansiosamente imigrar nesta colônia⁹”. De fato, a grande maioria dos japoneses presentes na CAND se dedicou à agricultura, principalmente ao cultivo do café. Além destes houve muitos colonos de outras nacionalidades, como italianos, alemães, portugueses, além de paraguaios, já fixados anteriormente nesta região.

O projeto de colonização dava “preferência aos elementos locais e dentre estes os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família, que tenham no mínimo cinco filhos menores que vivam sob sua dependência”¹⁰. Observamos que no quesito da prole as famílias correspondiam às exigências. A maioria das famílias de colonos possuía mais de cinco filhos. A participação da família como um todo no trabalho na pequena propriedade é essencial para seu desenvolvimento, razão pela qual se explica a preferência por famílias numerosas.

No tocante à condição social, os colonos corresponderam aos critérios legais exigidos, pois praticamente todos eram reconhecidamente pobres, como afirmam Pebayle e Koechlin: “os habitantes rurais mais desprovidos foram particularmente atingidos pela Colonização Agrícola de Dourados”. (1981, p. 11). Pois no SMT paralela à colonização oficial havia outros projetos de colonização particular, como já falado anteriormente. O migrante que

⁹ carta do representante do concessionário autorizado pelo INIC pela entrada de 4.000 japoneses no Brasil, ao administrador da CAND. 21/10/1955

¹⁰ Decreto-Lei nº 3.059 de 14/02/1941, art. 10. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=18856&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PU>
[B](#)

possuía algum recurso geralmente comprava sua terra, mesmo porque os colonos da CAND sofreram a morosidade do processo de expedição de títulos provisórios e definitivos. Embora na CAND tenha havido venda ilegal de terras, como se falará adiante. Os títulos definitivos demoraram anos para serem expedidos, muitos colonos o recebendo somente na década de 1980 (cf.: GRESSLER E SWENSSON, 1988).

Legalmente para o migrante se tornar colono, era necessário dar entrada em um processo, por meio do qual se fazia o requerimento do lote desejado e de acordo com o enquadramento no texto da lei era aceito na colônia. Para isso tinha que apresentar diversos documentos. Dentre eles certificado de vacina contra a febre amarela, certificado de reservista, atestado de sanidade física e mental, atestado de conduta e atestado de pobreza. Dentre as fontes encontramos o processo completo de Antônio Vicente de Souza, o qual nos permite visualizar melhor as exigências legais para o migrante. Antônio, natural de Birigui SP e casado com Anatalina F. de Souza residia no lote 3 da quadra 49 na primeira zona; em seu processo constam todos os documentos acima citados somados aos certificados de vacina da esposa e dos filhos. Sob a tutela do casal de colonos estavam os filhos: Luiz Souza, Nivaldo Souza e Joel Souza e as filhas: Irene Souza e Marlene Souza. Antônio deu entrada em seu processo no ano de 1951 e recebeu o título provisório de seu lote em 1954¹¹.

Como se pode ver, teoricamente o colono deveria aguardar a tramitação de seu processo. Porém na CAND ocorreu o contrário do que ocorre atualmente nos projetos de assentamentos, ou seja, onde se faz um cadastro para somente depois de selecionado ir para a terra. Na CAND, percebemos pelas várias fontes que graças à intensa propaganda muitos migrantes vieram sozinhos ou com a família toda e simplesmente se fixavam na terra, somente depois dando entrada no processo de requerimento. A própria incapacidade da colônia de acomodar os migrantes, bem como subsidiar na marcação de lotes, possibilitou episódios como este. Segundo D. Diva: “o povo chegava lá fazia um ranchinho, acampava para poder receber o lote” (depoimento da ex-colona Diva Soares, coletado por Ponciano em 1999). Mesmo depois de fixados na colônia e de já ter dado entrada em seu processo, muitos migrantes ficaram por vários anos aguardando o título do lote requerido. Uma carta de um colono ao administrador Elpídio, nos mostra a situação de muitos deles:

¹¹ processo – requerimento de lotes – CAND, de Antônio Vicente de Souza, 04/04/1951.

Fazem já três anos que me acho aqui na colônia, e ainda me acho fora do lote, morando no rancho que o sr. Visitou. Este rancho velho, ainda não desabou por que Deus é bom Pai. Muitas das taboinhas desalojaram e as duas paredes laterais estão escoradas por armários, os quais, já se acham tão imprensados que não dá para abrir as portas. Eu, não tenho madeira de construção no lote. Fazem já quase dois anos, arrumei algumas toras, em lote de outro, porem, mesmo para serrar a meia ainda não chegou a minha vez¹²

Além do problema da fixação e habitação destes colonos, os mesmos tiveram também atendimento deficitário no tocante a assistência médica e educacional. A assistência médica era de fundamental importância na colônia, uma vez que os migrantes de diversas regiões do país, muitas vezes eram vulneráveis às várias doenças comuns na época. No início do desenvolvimento da CAND, as gripes, as verminoses, as conjuntivites, a leishmaniose e o paludismo (malária) eram as doenças mais comuns e se davam em decorrência da alimentação deficiente dos colonos e das características físicas da região, tais como as muitas chuvas que aumentavam os casos de malária¹³. A CAND possuía um hospital que funcionava na cidade e em prédio alugado. Como neste só havia um médico, ainda no início das migrações já era visível a necessidade de mais profissionais para o atendimento aos colonos, como se registra em relatório de 1949: “se a colônia não contratar mais médicos será necessário firmar um contrato com o hospital evangélico de Dourados, para o atendimento aos colonos, como já se vem fazendo nos casos mais graves” (idem).

Considerando a extensão das famílias que chegavam à CAND outro ponto que foi bastante deficitário, segundo o que se percebe pela análise das fontes, foi a educação. Na colônia foram construídas várias escolas, mas à medida que a colonização foi se interiorizando ficava mais difícil o acesso à educação. Encontramos abaixo assinados e pedidos manuscritos de colonos exigindo escolas para seus filhos, foi o caso dos colonos da linha do “Barreirão” representados na pessoa de Nivaldo Soares de Almeida, o qual declarou em sua carta manuscrita endereçada à administração da CAND:

Nós os colonos invasores¹⁴ da linha do Barreirão, vimos por meio desta, pedir um auxílio para a construção de uma escola, visto que dentre os colonos há uma pessoa

¹² Carta de um colono a Elpídio Prado, administrador da CAND. Documento manuscrito com assinatura ilegível. 08/11/1954.

¹³ Relatório médico e escolar de Camilo Hermelindo, chefe do serviço médico da CAND, relatando as atividades do ano de 1949. CAND, 11/01/1950.

¹⁴ O “Barreirão” localiza-se na segunda zona da CAND, o que explica a expressão utilizada pelo colono, uma vez que diante da morosidade oficial, a colonização nesta área se deu por iniciativa dos próprios colonos. Este episódio ficou conhecido na historiografia regional como “a invasão da segunda zona”.

capaz de lecionar às crianças existentes neste local, e cuja pessoa é esposa de um dos colonos. O auxílio ora pedido não é somente a construção da escolinha, como também uma pequena mensalidade para a professora¹⁵.

No mesmo documento, constam os nomes das várias crianças que estavam sem estudar por falta de escola, somando um total de 33 e ainda uma observação de que haveria muitas outras não citadas. Não sabemos se estes colonos foram atendidos em sua reivindicação, mas sabemos que ao lado da saúde a educação foi mais uma necessidade básica que não pôde ser oferecida, ao menos nos primeiros anos, de forma adequada aos filhos dos colonos. Os relatórios e resumos gerais de matrículas revelam grande número de crianças matriculadas, o que nos dá ideia da quantidade de crianças que havia entre os colonos. O relatório mensal da escola rural mista da quarta linha, localizada no lote 29 da quadra 50, registra 1.218 comparecimentos, com uma frequência de 93,98%. Estes relatórios mostram apenas as crianças matriculadas, mas havia ainda muitos adolescentes e jovens não matriculados¹⁶. Por meio da observação e análise das fontes orais e dos documentos escritos, foi possível deduzir que a maioria dos filhos dos colonos ficavam na escola somente até a pré-adolescência, aprendiam o básico: ler, escrever e a fazer as 4 operações da matemática, a partir daí os filhos tinham também, em certa medida responsabilidade com a renda e com a subsistência da família, os conhecimentos agora eram empíricos, partindo de sua realidade como agricultor, madeireiro ou comerciante.

As dificuldades aumentavam à medida que a colonização se interiorizava, pois além do quase isolamento, das habitações inapropriadas, os colonos ainda tinham que conviver e se defender dos perigos da mata, representados por diversos animais, dentre insetos, mosquitos, répteis venenosos e as onças pintadas - representantes da fauna sul-mato-grossense - que assustavam (ao mesmo tempo em que eram assustadas) os colonos no meio do mato: “ali fizeram moradias trabalharam com afinco em meio às onças” (MORAIS, 2009, p. 36). Estas eram animais muito comuns nesta região, os quais com a colonização de seu habitat foram cedendo seu lugar aos novos moradores, à medida que se tornavam extintas. Um dos caminhos da colônia, localizado na segunda zona, na atual cidade de Vicentina, recebeu o nome de “*Travessão da Onça*”, em alusão à frequente presença deste felino. O depoimento de

¹⁵ Carta manuscrita do colono Nivaldo Soares de Almeida, reivindicando a construção de uma escola na linha do Barreirão, 03/08/1953.

¹⁶ Relatório mensal de adaptação da Escola Rural Mista da 4 linha, lote 29 da quadra 50. Documento manuscrito, assinado pela professora Escolástica Moreira Silva, não contém data.

Antônio Vicente ilustra bem, como a presença destes animais, especialmente da onça teve influencia na colonização da segunda zona da CAND:

Chama travessão da onça, porque ali tinha onça brava, ali era um lugar de onça barbaridade, como tinha onça ali! Inclusive nesse lote que eu ganhei, eu fui e posei uma noite lá, e já tinha um senhor lá, porque ele morava lá, o lote assim que marcou ele já morava lá, chamava Sebastião, então eu ganhei esse lote e posei uma noite, naquele tempo chovia muito sabe? Então a noite o homem acendeu um fogo para fora e eu falei para ele o senhor para que está acendendo esse fogo de noite aí? A noite ai fora ele disse: é por causa da gata. Porque a gata sempre vem por aqui, anda em volta por aqui e com o fogo aceso ela não vem tão fácil. E eu estava para me deitar e escutei ela miau, miau, e perguntei que bicho é aquele, ele falou aquilo é a gata, toda noite ela está aí, é ela rondava por ali tudo. Então tinha muita onça ali, por isso que chama travessão da onça. (depoimento de Antônio Vicente, coletado por Ponciano em 1999).

À medida que os colonos se expandiam para o sul e para o leste, a colonização ia avançando para o interior da colônia, região ainda por colonizar, na expansão os colonos consolidaram a colonização e ocupação dos 267.000 ha que constituíam a CAND.

1.5- As divisões internas da colônia: a 2ª zona

Como já citado a CAND ficou dividida em duas zonas, cada uma com uma história específica de desenvolvimento e dificuldades. Esta divisão se deu em virtude de um obstáculo natural - o rio Dourados - que a cortava. Esta segunda zona ficava mais ao interior da colônia, que se estendia ao leste e ao sul. Em virtude de alguns fatores esta parte foi colonizada tardiamente em relação à primeira zona. Estas duas áreas tiveram características distintas, o desenvolvimento agrícola, o comércio e demais atividades possuem suas especificidades em relação à primeira zona.

Os rumos tomados pela colonização na CAND se deveram a vários fatores, mas dentre eles, cite-se a já assinalada vinda de muitos migrantes e a falta de preparo da administração para recebê-los. Conforme vinham chegando iam superlotando a primeira zona, que possuía uma área pequena (68.000ha) em relação ao grande número de pessoas que recebia. Em contrapartida o restante da área os outros 199.000 ha à margem direita do rio Dourados permanecia coberto por florestas enquanto muitos colonos se viam sem alternativas esperando providências administrativas.

Em 1954 a primeira zona já estava toda colonizada, contando com sua infraestrutura básica, estradas abertas, escolas construídas, e lotes demarcados, porém muitos colonos

aguardavam ainda, juntamente com os que chegavam uma solução para si, pois estavam na colônia e ainda não possuíam seu lote por falta de espaço. Em relatório de 1954, o qual o administrador da CAND envia ao presidente do INIC, consta um resumo de todas as benfeitorias oficiais feitas na primeira zona da CAND, dentre as quais se encontram:

2.325 lotes de 30 ha ocupados, 170 quilômetros de estradas principais e 55 de estradas secundárias; construiu e fez funcionar 8 escolas primárias em prédios apropriados, manteve duas outras em casas de colonos[...] construiu e manteve um hospital com cozinha com capacidade para 14 leitos e farmácia consultando e medicando atualmente cerca de 100 pessoas diariamente [...] montou e vem fazendo funcionar um grupo gerador de luz e uma serraria para dez toras diárias¹⁷

È importante frisar que esta estrutura ainda era bastante precária para a colônia, as estradas, por exemplo, eram precárias e insuficientes, o que refletiu diretamente em dificuldades no desenvolvimento agrícola, como abordaremos no capítulo 2. O mesmo se pode dizer das escolas diante do número de crianças presentes entre os colonos. No relatório acima citado o administrador frisa a necessidade de emancipar a primeira zona e ao mesmo tempo iniciar a colonização da segunda que até então permanecia inalterada: “sou de parecer que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização promova o quanto antes a emancipação da citada primeira zona, afim de que possamos atacar os serviços que se fazem necessários e urgentes na segunda”¹⁸.

Com a emancipação desta parte da colônia de certa forma os órgãos competentes estariam livres dos gastos podendo então investir na segunda zona, porém a emancipação não veio fragmentada, mas se deu apenas em 1968 (GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 83) saindo então da tutela do governo federal todo o território que compunha a CAND. Todavia embora se frisasse a visível necessidade de iniciar os trabalhos na outra parte da CAND, esta foi colonizada pela iniciativa dos próprios colonos, que “invadindo” a região foram desbravando o território com instrumentos próprios e fazendo as demarcações. Capilé registra que foi na “madrugada do dia 09 de Julho de 1954, uma sexta feira, que 450 homens romperam a barreira que os separava [o rio Dourados] e se alojaram onde hoje é o centro de Fátima do Sul. Demarcavam terrenos e os ofereciam aos que se dispusesse a construir sua casa em 90 dias” (cf.: CAPILÈ, 1999 p. 15 e 16). Os colonos ali não só colonizaram como também, com sua forma improvisada, mediam e cortavam seus próprios lotes:

¹⁷ Ofício nº 734 de Clodomiro de Albuquerque, administrador da CAND ao presidente do I.N.I.C. Ministério do Trabalho. 10 And. Rio. 13/08/1954

¹⁸ Idem

Ali o povo invadiu para o lado de cá, vinha gente para a terceira linha, Vicentina, para a banda de São José, terceira linha, Quarta linha, Glória, e foi avançando, eles iam na frente do agrimensor, não tinha marcação, mediam de cipó mais ou menos e iam embora, e depois que veio o agrimensor, e deu muita briga, porque ele media de cipó ele mudava de linha naturalmente, pensa que na mata é fácil de tirar uma linha reta? (depoimento do Pe. Amadeu Amadori coletado por Ponciano em 1999).

Este episódio é abordado na historiografia regional como a “invasão da segunda zona” e também ficou marcado na memória popular dos moradores da atual cidade de Fátima do Sul - antiga Vila Brasil - primeira cidade surgida a partir da CAND. O episódio da invasão, portanto, corrobora a ideia de que os migrantes foram os grandes responsáveis pela colonização. Diante do atraso e da morosidade na colonização do restante da colônia tudo indica que a administração não estivesse preparada, ou seja, não possuísse recursos para iniciar sua colonização, isto explica o relatório do administrador sugerindo a emancipação da primeira zona, para então depois começar a colonizar a outra parte. Embora a colonização da segunda zona de fato tenha se dado em 1954, registra-se a fixação de colonos nesta área desde 1950:

Concentraremos então nossos recursos na segunda zona, que representa os 73% de toda a área da colônia e tem seu desenvolvimento retardado, até mesmo no que diz respeito ao loteamento, ponto básico dos nossos planos de trabalho. E essa necessidade cresce de vulto se considerarmos que desde 1950 mais de 1500 famílias ali se localizam irregularmente, criando graves problemas para a administração, inclusive de caráter social¹⁹

Não encontramos outros registros de que em 1950 já havia colonos fixados nesta área. No entanto, sabemos que em 1953 muitas famílias se encontravam aglomeradas à beira do rio Dourados na margem esquerda aguardando a demarcação da zona direita ao rio, o que nos induz a pensar que deve ter havido um trânsito de colonos entre as duas localidades, pois se em 1954 um grande grupo de homens se uniram e decidiram entrar e colonizar por iniciativa própria a outra margem é provável que já havia fixação de algumas famílias ali.

Analisando o processo no qual se inseriu a colonização da CAND, pode-se dizer que a própria administração abriu brechas para a iniciativa dos colonos, uma vez que não atendeu a milhares deles que aguardavam demarcações oficiais. Segundo Alexandrino de Lima, memorialista da região, “o administrador ciente do que se passava, e depois de fazer alguns

¹⁹ Ofício nº 734 de Clodomiro de Albuquerque, administrador da CAND ao presidente do I.N.I.C. Ministério do Trabalho. 10 And. Rio. 13/08/1954

cálculos sobre a área da colônia, teria dito ‘se quiserem poderão ocupar a margem direita do rio Dourados, lá também é colônia’” (1982, p. 13), abrindo assim o caminho para a ocupação ou para a invasão como é registrado na historiografia. De acordo com Oliveira:

A iniciativa dos colonos, em entrar na área e iniciar suas roças, colaborou sem onerar a União, pois, ao desbravarem a área através da abertura de picadas, estradas e demarcação dos lotes, independentes das ordens da administração, isentaram o governo dos gastos para tal tarefa. E, ainda, atenderam aos objetivos dos governantes locais e, por sua vez, os do governo federal de desbravamento da área com a introdução de trabalhadores nos espaços “vazios” (OLIVEIRA, 1999, p. 177).

A observação de Oliveira é bastante pertinente, pois de fato, fizeram o que a administração precisava fazer, mas não possuía recursos para tal. Por outro lado, é preciso considerar que a ocupação e demarcações de lotes a critério dos próprios colonos era uma situação preocupante para o Estado, principalmente por estar fugindo de seu controle a colonização desta região, não se podendo afirmar, portanto que houve abandono completo dos colonos por parte do governo, uma vez que este não estava disposto a deixar à própria sorte o plano de colonizar a fronteira agrícola (cf.: PONCIANO, 2006 p. 88)

Fotografia 1: Colonos derrubando a mata na segunda zona da CAND. Década de 1950



FONTE: <http://www.fatimadosul.ms.gov.br/museu.php?Show=museu.php&pagina=43>

Fotografia 2: abertura de lotes na segunda zona da CAND. Década de 1950



FONTE: <http://www.fatimadosul.ms.gov.br/museu.php?Show=museu.php&pagina=43>

O certo é que a forma como se deu a colonização na segunda zona da CAND, ou seja, partindo da iniciativa própria dos colonos, abriu brechas para que uma série de irregularidades fosse constante, dentre elas, a mais comum foi a venda indevida de lotes e datas²⁰. Estas geraram uma série de atritos entre os colonos da segunda zona e a administração - que tentava reverter o quadro de irregularidades alarmante dentro da colônia. A venda de terras foi ampla em Vila Brasil, vilarejo e cidade surgida do lado direito do rio. Nos relatórios constam os nomes de vários colonos que cortavam os lotes e os vendiam em datas, é o caso do colono Enoque Ferreira de Carvalho, que em seu relatório declarou:

Ter vendido um lote com 1/1/2 alqueire de derrubada por Cr. \$ 11.000.00 – ou seja vendeu terras que não lhe pertence, visto ser do domínio da união. Comprou duas datas, e vendeu uma. Declara que quase todos na Vila Brasil compram e vendem datas. Disse que comprou e vendeu porque viu os outros fazerem o mesmo²¹

A venda de datas era tão frequente nesta localidade, que muitas vezes as negociações se davam por meio de trocas, como foi o caso do colono Jair Rodrigues, que trocou uma data

²⁰ Para evitar confusões, frisa-se que “datas” são lotes urbanos, isto é, menores que os rurais.

²¹ Fichas de colonos acusados de venderem datas em Vila Brasil, documento datilografado, 10 folhas, assinado por Maurício Rabelo Gonçalves, chefe da Seção de Colonização. CAND, 10/01/1956.

por uma Mauser (isto é, uma pistola). Este mesmo colono cita os colonos Antônio Pernambucano e Antônio Fagundes como os maiores vendedores de datas em Vila Brasil. Nos mesmos documentos consta ainda a declaração de Manuel Pereira de Moraes, delegado de Vila Brasil no ano de 1956, o qual teria declarado de “livre e espontânea vontade”, que cada um de seus 4 filhos possuía uma data, e que o mesmo as teria comprado de Antônio Pernambucano²². Os depoimentos de ex-colonos também evidenciam as irregularidades em matéria de venda de terras na segunda zona, segundo D. Diva:

O povo jogava fora os lotes que ganhava do Presidente Vargas porque vendiam por qualquer dinheiro, os colonos começaram a vender, a maioria deles começaram a vender, tinha um aqui que era um ajudador de cortar os lotes, e ele pagava aquelas pessoas para tirar no nome deles, e depois pagava mixaria e vendiam, se mandavam, vendia e aí eles iam tirar em outro lugar, aí o administrador descobriu e sumiu com ele daqui, porque ele trabalhava com o Estado Federal e fazia esse cambalacho (depoimento de Diva Soares, coletado por Ponciano em 1999)

Estas vendas de datas e demais ilegalidades devem ser analisadas considerando todo um processo, uma vez que a falta de controle da administração no tocante à colonização da maior parte da CAND abriu brechas para que os colonos fizessem da forma como achavam melhor, uma vez que de imediato não havia fiscalizações. Custódio Bento de Souza, colono da Segunda zona e também comprador e vendedor de datas, em sua declaração acusa a administração pelas “falcatruas” com relação à terra: “a administração é culpada do que está acontecendo por não ter cortado as ‘datas’ e entregue aos moradores”²³.

A administração tentou acabar com as irregularidades ocorridas na segunda zona, como mostrado em “aviso” datado de 1956, o qual registra:

Ficam suspensas, a partir desta data, todas as vendas e marcações de terras (“datas”), nesta zona. O chefe da seção de Colonização do Núcleo Colonial de Dourados, autoriza os fiscais a tornar sem efeito a ocupação de “datas” por colonos que possuem mais de uma, marcada nesta vila, enviando o nome do possuidor ilegal e localização da “data” à Administração para as providências cabíveis. Serão punidos, severamente, todos os que não obedecerem rigorosamente, a proibição acima mencionada²⁴

²² Idem

²³ Fichas de colonos acusados de venderem datas em Vila Brasil, documento datilografado, 10 folhas, assinado por Maurício Rabelo Gonçalves, chefe da Seção de Colonização. CAND, 10/01/1956.

²⁴ “Aviso aos moradores de Vila Brasil” – documento datilografado, assinado por Maurício Rabelo Gonçalves, chefe da Seção de Colonização. 10/01/1956

Vila Brasil desde que foi colonizada estava adquirindo contornos urbanos, vários dos colonos que marcaram lotes, se dedicaram a outras atividades que não a agricultura, como, por exemplo, o pequeno comércio, a suinocultura e a pecuária. Sendo assim, para estes foi um bom negócio a venda de seu lote em datas. Outro fator que talvez tenha contribuído para a amplitude do negócio foi a própria realidade. Cassemiro Chagas alegou que diante da invasão de seu lote e do descaso da administração, foi obrigado a vendê-lo em combinação com Antônio Pernambucano que o “cortou” em datas mediante pagamento²⁵.

1.6- A subsistência dos colonos: atividades alternativas na CAND

Sabemos que na prática, na CAND nem todos os colonos se dedicaram exclusivamente à agricultura, em primeiro lugar, porque enquanto não pudessem contar com os frutos da lavoura, precisavam encontrar formas alternativas de garantir sua subsistência, pois como afirmam Dias e Castro: “ao iniciar o empreendimento, o agricultor de fronteira precisa de alimentos, para si e para sua família, para um período de quase um ano, de equipamentos para a derrubada, de sementes para o plantio e de algum recurso para as despesas com vestuário” (1986, p. 21). Mais adiante os autores consideram a composição da família, como um fator relevante no processo de ocupação de terras virgens, pois quanto maior o número de pessoas em idade ativa maior é a capacidade de derrubada da mata, mas também maior é a necessidade de alimentos (idem). Sabemos que no caso da CAND os colonos não possuíam muitos subsídios por parte da colônia. Em segundo lugar, o próprio desenvolvimento da Colônia possibilitou o surgimento de novas atividades que suprissem algumas necessidades básicas, como foi o caso do pequeno comércio, pois ao mesmo tempo em que seu papel era garantir a subsistência e atender o mercado interno por meio da agricultura, os colonos necessitavam de muitos gêneros industrializados.

Na CAND as atividades econômicas se diversificam, havendo aquelas que possuíam um caráter mais imediato, como foi o caso da exploração da madeira e da exploração da erva-mate - que será analisada adiante - e aquelas que foram se desenvolvendo gradativamente de acordo com as necessidades locais, como foi o caso do comércio. Existiam também as que tiveram caráter temporário, como os serviços braçais na própria colônia e aquelas que

²⁵ Fichas de colonos acusados de venderem datas em Vila Brasil, documento datilografado, 10 folhas, assinado por Maurício Rabelo Gonçalves, chefe da Seção de Colonização. CAND, 10/01/1956.

continuaram sendo exploradas mesmo após o desenvolvimento agrícola, que, aliás, ocorreram concomitante a este, como foi o caso da madeira e do comércio.

Como será mostrado no capítulo 2, a exploração madeireira foi uma das primeiras atividades à qual se dedicaram muitos colonos, alguns deles trabalhando no ramo durante toda a sua vida. Concomitante ao desenvolvimento agrícola e a exploração da madeira, o comércio foi outra atividade importante que foi se desenvolvendo, possuindo múltiplas faces, como será analisado adiante.

Antes mesmo destas atividades mais vultosas e de longo prazo, muitas outras atividades temporárias também foram importantes na subsistência das famílias de colonos. Dentre elas os diversificados trabalhos temporários oferecidos pela própria administração. Como falado acima, os trabalhos de infraestrutura da CAND foram se desenvolvendo paralelamente à recepção dos colonos, sendo assim, havia muitas oportunidades de trabalho, nas quais os migrantes puderam ser empregados, ainda que temporariamente. Foi o caso, por exemplo, do colono Modesto Gonçalves, que aparece nas fontes diversas vezes, inclusive no episódio da fiscalização do comércio da madeira, como se verá no capítulo 2. Modesto, ao lado de outros colonos, no ano de 1950 prestou vários serviços à CAND, como por exemplo, abertura de estradas, cavação de buracos para a colocação de postes e esticamento dos fios da rede elétrica e de telefone²⁶.

Dentre as fontes existem vários recibos relativos à mão de obra, principalmente no serviço de abertura de estradas internas, o que mostra que muitos colonos trabalharam temporariamente como braçais nos serviços de infraestrutura da CAND. Estes trabalhos parecem ter garantido uma renda regular a vários colonos, conforme registrado nas fontes da época. Além dos recibos de Modesto, foram encontrados vários outros, como o de Durvalino Gregório da Silva de 20/06/1950; Joaquim Felix da Rocha, de 20/06/1951; Vicente Gonçalves Sobrinho, Antônio José Daniel e outros, todos datando de 1951²⁷.

Além da abertura havia também os serviços de limpeza de estradas, conforme consta em ofício de 1951 autorizando o colono Manoel Domingos do Nascimento a efetuar a limpeza

²⁶ Recibo de mão de obra, de Tácito Pace, administrador da CAND ao colono Modesto Gonçalves, no valor de R\$ 1.250.00 pela abertura de 40 buracos de 1 m de profundidade para a cavação de postes. 18/06/1950. Recibo de mão de obra, de Tácito Pace, ao mesmo colono no valor de R\$ 26.600.00 (vinte e seis mil e seiscentos cruzeiros) pela abertura de 3.800 metros de estradas abertas entre as quadras 15 e 16 da primeira zona. 20/06/1950.

²⁷ Recibos relativos à mão de obra, expedidos por Tácito Pace, todos datando do ano de 1951. Documentos datilografados.

da estrada do Panambi ao preço de 0,80 centavos por metro de estrada limpa²⁸. Segundo o mesmo documento, a limpeza de estradas, consistia “na roçada e remoção do material para dentro das faixas laterais, fora da plataforma de 5 metros, devendo ser arrancados os tocos – que forem encontrados e aplainados os buracos na plataforma”²⁹. A limpeza de valetas foi outros serviços que contou com a mão de obra de colonos, conforme recibo de Manoel Grinado Silva³⁰.

De acordo com as fontes, a abertura e limpeza de estradas, valetas, abertura de poços, colocação de postes, serviços de fiação e outros parecem ter empregado vários colonos. As instalações da colônia foram outros locais que também houve contratação de colonos, a serraria oficial, por exemplo, foi movimentada com mão de obra dos colonos. Em uma das listas de relação de funcionários, constam 26 nomes de colonos empregados na serraria, mais precisamente nos serviços da carpintaria consta o nome de Antônio Vicente Rodrigues³¹ colono português que se dedicou ao ramo da madeira. Este colono atualmente reside na cidade de Fátima do Sul, sendo o proprietário do “Restaurante e Cantina a Portuguesa”, em seu depoimento o mesmo afirmou que ganhou um lote, porém, trabalhou na serraria oficial durante todo o tempo em que esta funcionou, se tornando o chefe da mesma, sendo este o primeiro trabalho ao qual se dedicou ao chegar na CAND. Muitos destes trabalhadores ao mesmo tempo em que prestavam estes serviços se dedicavam também aos trabalhos agrícolas em seus lotes. Geralmente os colonos que se dedicaram à exploração madeireira e ao comércio, viram nestas uma atividade a longo prazo se dedicando então somente a estas.

No entanto, com relação ao grande número de migrantes que a CAND recebia, era mínimo os que encontravam oportunidade de emprego na própria administração. Assim, foram bastante diversificadas as alternativas de trabalhos aos colonos. Havia até mesmo, no início da exploração das terras da segunda zona da colônia, espécie de barqueiros que atravessavam o povo de um lado para o outro do rio Dourados, conforme nos fala o depoimento de Lauro Andrade:

²⁸ Ofício nº 80, de Tácito Pace. 06/03/1951.

²⁹ Idem

³⁰ Recibo de mão de obra, emitido da CAND a Manoel Grinado Silva, no valor de 1028.000 pela limpeza de 514 metros de valeta de 30 cm de profundidade. 19/06/1950

³¹ Relação do pessoal da serraria oficial da CAND, documento datilografado 22/12/1954.

Quando nós chegamos na beira do rio tinha ali duas taperinha feita de palha cada uma de um lado do rio e dois homens que ficavam cada um numa tapera daquelas. Eles ficavam para atravessar o povo. A gente atravessava num cocho de madeira feito a machado, amarrado por um arame que ia de uma ponta a outra e eles cobravam a base de... se fosse nos dias de hoje uns dois reais. Esses dois era gente que já morava ali na região e encontraram esse meio de ganhar um pouco de dinheiro (depoimento de Lauro Andrade, apud SANTOS, 2007, p. 31)

Essa travessia do rio Dourados se fez necessária quando a colonização alcançou as margens do rio, ou seja, por volta de 1953, e os colonos almejavam então a ocupação da margem direita, conforme já falado anteriormente.

Nesse contexto, outra fonte de renda bastante significativa a muitos colonos foi a exploração de erva-mate, o que se deve ao fato da CAND ter sido implantada em região ervateira, como já citado no início do capítulo. Sendo assim, houve a permanência do produto em vários lotes, conforme mostrou pesquisas anteriores (de Iniciação científica), nas quais foi verificado um percentual de 27,52% de erva-mate em um total de 774 lotes recenseados na primeira zona entre os anos de 1950 e 1957 (cf.: FERNANDES, 2008; MENEZES, 2008). A presença da erva na primeira zona foi tão significativa que foi concebida pela Cooperativa do Mate de Dourados a ideia de instalar um barbaquá³² coletivo dentro da colônia, conforme registrado em fonte da época:

Apresento-vos o portador desta, sr. Maximo Maciel que foi indicado pela administração da Cooperativa de Mate desta cidade para fazer um estudo, no perímetro dessa colônia, para a colocação de uma barbaquá coletivo, para a elaboração de erva-mate, conforme entendimento que já teve o sr. Francisco Puig a semana passada nesta administração³³

Sabemos que a erva-mate era um produto que possuía mercado acessível, pois fazia, bem como ainda faz, parte da cultura da fronteira o consumo da erva-mate em suas mais variadas formas de preparo. A presença e exploração da erva se deu em toda a extensão da colônia, fontes memorialistas registram a presença e importância do produto, no interior da CAND ou na segunda zona:

No entretanto (sic), foram as terras que deram dinheiro nos tempos de sertão. È que ali, havia abundância de Erva-Mate Nativa, a qual para a nascente vila teve grande importância econômica. Haviam dois compradores de Erva-Mate; O Olimpo Delilo [...] e também o meu compadre Messias de Almeida. Eles adquiriam e exportavam

³² O barbaquá é a instalação destinada ao beneficiamento inicial da erva mate colhida.

³³ Comunicação interna de Walmor Borges para o administrador da CAND documento datilografado. 03/03/1954

para Dourados, toda a erva mate aqui produzida, e isto fazia correr algum dinheiro no comércio local (AZEVEDO, 1994, p.15).

Azevedo, autor memorialista registra a abundância da erva na região que compreende o atual município de Glória de Dourados, na época, interior da CAND. Vale ressaltar que muitos dos migrantes que se tornaram colonos não conheciam tal produto: “não sabia nem o que que era mate, não tinha... não sabia o hábito de tereré... num sabia o chimarrão, nada” (depoimento de Astúrio Dauzacker apud FERNANDES, 2008). Muitos “procuravam aprender as técnicas de exploração com os ervateiros remanescentes” (idem, 2008). Aprendendo a elaborar a erva puderam então se beneficiar de sua exploração, já que a erva-mate era um gênero que possuía mercado e havia na região pessoas dispostas a explorá-la: “ai eles começaram vê que se eles explorassem o mate, é.. eles tinha comércio garantido desse mate”(idem, 2008).

A exploração da erva-mate pelos colonos da CAND pode ser explicada pela existência de dois mundos diferentes que conviveram no mesmo espaço por algum tempo. Trata-se das frentes pioneiras com o mundo ervateiro, ou seja, embora a CAND tenha sido implantada em terras exploradas pela economia ervateira, as frentes pioneiras não a substituíram imediatamente, fazendo com que houvesse uma inter-relação entre os dois atores desse processo – o migrante e o ervateiro remanescente. Enfim, o fato é que esses contatos possibilitaram a continuidade, ainda que sob novas formas, da própria exploração ervateira (cf: FERNANDES, 2008). Assim, os colonos podiam até mesmo ceder seus ervais a terceiros em troca de um pagamento ou aprender as técnicas de exploração do mate, dessa forma adaptando-se às condições da fronteira iam desenvolvendo várias formas alternativas de sobrevivência no intervalo entre os trabalhos agrícolas e a colheita e até mesmo concomitante à agricultura.

Além destes trabalhos - serviços administrativos, exploração da erva-mate e da madeira, que poderiam ser desenvolvidos de forma mais imediata, havia aqueles que puderam ser desenvolvidos de acordo com a necessidade de consumo da população, nesse sentido o comércio foi outra atividade relevante aos colonos da CAND, esta atividade, assim como o comércio da madeira não possuiu um caráter provisório, mas sim permanente, uma vez que muitos dos colonos se dedicaram a ela durante toda a sua vida.

Com a colonização da segunda zona, surgem núcleos urbanos no interior, como foi o caso de Vila Brasil e Vila Glória. Com essa interiorização se aumentam as distâncias entre os comerciantes - situados em Dourados - e os consumidores, situados no interior. Esse contexto

propicia uma mudança na forma de abastecimento destas localidades. Assim, o surgimento destes núcleos, à medida que abriu espaço para novos comerciantes, ofereceu aos colonos mais uma oportunidade alternativa de trabalho, uma vez que era mais acessível ao consumidor da segunda zona, comprar em Vila Glória ou Vila Brasil, do que enfrentar caminhos precários para comprar em Dourados. Esse contexto reflete o processo da expansão da fronteira agrícola e inclusão de novas áreas à economia de mercado à medida que estas regiões se tornam abastecedoras do mercado interno elas se tornam consumidoras de artigos industrializados, o que alimenta o processo capitalista fortalecendo a economia de mercado.

O comércio desenvolvido na CAND foi caracterizado como pequeno comércio de artigos industrializados sendo representados por pequenos armazéns ou estabelecimentos conhecidos por “bolichos”, onde se vendiam produtos de diversas naturezas. Estes bolichos se assemelhavam às atuais “conveniências”, porém com algumas diferenças. Nos bolichos não se encontravam somente gêneros alimentícios, mas uma infinidade de produtos empilhados uns sobre outros sem as mínimas condições sanitárias, ofereciam desde os gêneros primários como a banha, a lamparina, até a cachaça, o café e o açúcar. Sobre os bolichos, Azevedo oferece uma descrição bastante detalhada:

Eram instalados em casas de barro, cobertos de tabuinhas ou de sapé, e nestes bolichos vendiam-se além da cachaça Cangebrina, também açúcar; café; rapaduras; farinha de mandioca; carne-seca; macarrão; botinas ringideiras; e uma infinidade de coisas como agulhas, retrós, botões. Ali também se dava um jeito para o ‘fiado’, havendo sempre um velho caderno de folhas enroladas, para as anotações (AZEVEDO, 1994, p. 32)

Com a multiplicação destes bolichos no interior da colônia os problemas de abastecimento iam sendo gradativamente resolvidos. Muitos dos colonos que se dedicaram a este pequeno comércio, não trabalharam com a agricultura se dedicando no ramo do comércio durante toda sua vida. Outros, concomitante às atividades comerciais iam tocando sua lavoura. Depois de Vila Brasil e Vila Glória, surgiram outros centros urbanos como Vicentina, pois vários lotes, como citado acima foram cortados e vendidos em datas, o que gerou oportunidades de diversas atividades urbanas às quais se dedicaram os colonos que outrora se dedicariam apenas à lavoura. Nos lotes que ficaram na área rural foi desenvolvida uma significativa agricultura policultora, como será mostrado no capítulo 3. Valdemar Nascimento, interrogado pela administração a respeito da venda de datas em Vila Brasil, declarou que “comprou duas datas em Vila Brasil e possui um bolicho que é do que vive”. Joaquim Pereira Vasconcelos é outro colono que comprou 4 datas em Vila Brasil para montar

um armazém³⁴. O que mostra que o comércio de pequenos artigos teve grande relevância, principalmente no interior da colônia.

Segundo Azevedo, somente no território pertencente ao atual município de Glória de Dourados, antiga Vila Glória, “havia mais 55 bolichos situados nas esquinas dos travessões” (1994, p. 32). Na primeira zona, com exceção do povoado que se formou à margem esquerda do rio Dourados - atual Nossa Senhora dos Navegantes - não encontramos registros da presença destes bolichos, talvez estes se dessem em menor proporção, uma vez que esta área estava situada mais próxima da cidade de Dourados, onde já havia um comércio bastante desenvolvido. Segundo o mesmo autor memorialista, os bolichos possuíam um papel que ia além do fornecimento de mercadorias, pois acabaram se tornando lugares de encontro social, no dizer do autor, “o bolicho era um ponto de convergência social”, isto porque era comum a concentração de pessoas para os jogos de truco, acompanhados das bebedeiras de caipirinha. O futebol também era outro entretenimento, uma vez que ao lado de vários deles havia campos de futebol. Os jogos de bocha também faziam parte dos bolichos, em vários deles havia canchas de bocha (cf.: AZEVEDO, 1994, p. 32).

Vale ressaltar que embora estes bolichos constituíssem também pontos de lazer, a população feminina ficava excluída destes. Estes estabelecimentos possuíam duas faces - a primeira - eram fornecedores de artigos industrializados, onde os consumidores eram representados tanto por mulheres, como por homens, no entanto, nos momentos de concentração social para os jogos o bolicho constituía um local quase que exclusivo dos homens, com exceção às vezes dos jogos de futebol, que eram assistidos também pelas mulheres jovens e solteiras. Esse processo é explicado se considerarmos a visão tradicional e machista que operava nestas comunidades, restringindo o papel feminino às atividades domésticas e da propriedade, não sendo bem vistas naquele contexto, as mulheres que frequentassem os locais onde havia certa concentração de homens, que se reuniam em torno de jogos e bebidas.

³⁴ Fichas de colonos chamados pela administração da CAND a depor a respeito de venda de datas em Vila Brasil. Documento datilografado 10 folhas, datadas de 10/01/1956

CAPÍTULO 2

A EXPLORAÇÃO DA MADEIRA NAS TERRAS DA CAND

2.1 O cenário encontrado pelos colonos

Concomitante ao recorte político (fronteira, alvo de políticas de nacionalização e segurança) e cultural (presença indígena, influências estrangeiras), onde foi implantada a CAND, não podemos esquecer suas particularidades físicas, as quais foram cruciais para a fixação dos colonos. Durante a campanha da *Marcha* sua identidade natural a caracterizava principalmente pela fertilidade do solo, clima e terreno propícios à lavoura, o que mostra grande interdependência entre as atividades humanas e as condições naturais da região.

Dessa forma, implantada no extremo sul do Mato Grosso - SMT - a CAND localizava-se em uma área de matas, em sua maior parte mata virgem. Segundo Figueiredo: “o extremo sul de Mato Grosso tem em seu território paisagens de mata, cerrado, campo e caatin - forma diversificada de cerrado” (cf. 1972, p. 193). De fato a maior parte da vegetação do sul de Mato Grosso era composta por cerrado, entretanto, no extremo sul sobressaíam-se as matas, “às quais se vê o caráter de transição subtropical para tropical” (idem). Dessa forma, a colonização das extensas matas fechadas exigiu grandes trabalhos por parte dos colonos.

De acordo com as fontes, sobretudo os depoimentos de ex-colonos, grandes foram as dificuldades pelas quais passaram os migrantes. Estas se configuravam em um conjunto que envolvia, além da escassez de recursos técnicos, também obstáculos naturais, diante de um ecossistema que exigia algumas transformações para a fixação e sobrevivência dos colonos. Nesse sentido o principal elemento que precisava ser transformado nesse ecossistema era a vegetação, todavia a mudança no tocante a esta representou a sua destruição.

Embora os migrantes visualizassem as características físicas e ecológicas da região, muitas vezes não tinham noção do trabalho árduo que enfrentariam. A fala do ex-colono Ivo de Araújo ilustra bem esta afirmação:

Eu trabalhando no estado de São Paulo, não tinha costume de derrubar mato, eu tinha costume de arar a terra, trabalhar com o arador, coisa assim, aí eu fui enfrentar o machado, cortar, derrubar o mato no machado, era uma situação tão difícil, era um serviço tão pesado, que abriu o osso dos peitos assim, do machado, de fazer força do machado, aí no dia que nós foi derrubar o mato já tinha roçado tudo. Aí tinha, nós pagava um pião, um tal de Zé Liberato, ele era roçadeiro velho, antigo, sabia muito bem o que era, e o finado meu pai, porque nós era tudo barriga verde naquele

serviço, para ter uma pessoa que desse instrução para nós e fomo derrubar aquele mato. Aí o Zé Liberato, meus cunhados, meus irmãos, tudo barriga verde, ninguém sabia o que era derrubar mato. (depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Ponciano em 1999)

Percebemos que os migrantes vinham atraídos pela oferta da terra gratuita e sempre visualizando o trabalho com a agricultura. Embora a existência de grandes matas, como um indicador de terra fértil, fosse alvo das propagandas sobre a região, utilizadas para conquistar a adesão dos brasileiros ao projeto federal, muitos deles se surpreenderam ao ver os terrenos totalmente cobertos por mata fechada, esse fator foi mais agravante na segunda zona da colônia.

Como os colonos, em sua maioria não estavam habituados com este tipo de trabalho, este fator aumentava os riscos de acidentes - comuns nesta tarefa. O caso do italiano Pasquale Conficone ilustra bem este fato. Segundo ofício de 1948³⁵, Conficone trabalhava no desmatamento da roça na companhia de seu tio Giovani e de seus primos, quando foi atingido fatalmente por uma árvore que lhe partiu o crânio. Embora citamos este caso, deduzimos que Conficone não era colono, talvez intentasse sê-lo, pois era solteiro e havia vindo diretamente da Itália para a CAND, conforme consta no referido ofício, pois como vimos possuía parentes nesta. O lote no qual se encontrava pertencia ao colono Francisco Alpi, primo da vítima. Todavia seu caso exemplifica como os colonos sem maiores equipamentos de segurança, sem nem mesmo um motosserra para facilitar o corte, arriscaram suas vidas para colonizar e assim concretizar o que fora projetado pela política de colonização. Percebemos também a amplitude das propagandas sobre a CAND, a qual atraía também jovens solteiros que aqui buscavam casar-se para ter direito ao requerimento de um lote. Os migrantes que chegaram à CAND eram compostos, em sua maioria, por famílias pobres, as quais muitas vezes chegavam sem recurso algum, a não ser a sua força de trabalho.

Embora a mão de obra contratada não fosse característica dos trabalhos na CAND, é preciso considerar as particularidades. Houve casos de contratação desta principalmente no início da colonização. Não era necessário muito recurso para conseguir trabalhadores da região para colaborar nas derrubadas da mata, uma vez que as relações de trabalho na fronteira são sempre marcadas pela exploração, pois a fronteira não pode ser vista apenas do ponto de vista da expansão da sociedade nacional ou do modo capitalista de produção, mas deve ser vista também como um espaço que concentra situações conflitivas caracterizadas

³⁵ Ofício de 12/01/1949 expedido por Jorge Coutinho Aguirre, sobre morte acidental na CAND. Arquivo Público Estadual - MS, Acervo: CAND.

pela “combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação” (cf. MARTINS, 2009 p. 12).

Como se sabe a colonização se dava como consequência da abertura dos lotes e o preparo da terra para a atividade agrícola, sendo assim este trabalho ficou praticamente a cargo dos próprios colonos. Os subsídios do governo federal oferecido a estes não contemplaram os trabalhos com as derrubadas. No início da colonização, parte dos colonos até receberam alguns incentivos, como demonstra a fala a seguir:

Aqui era colônia, era Colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a cooperativa que hoje é a Vila São Pedro, o governo dava, quando começou, um machado, uma foice, uma enxada, e fazia a casa, você pode olha que ainda tem casa antiga, muito antiga, pregada assim [tábuas na horizontal], pois é, aquela foi dada pelo governo, que o governo dava, então como o pessoal veio demais, o pessoal já não feis mais, o pessoal não deu conta, o governo no início ajudava (depoimento do ex-colono Belmiro, coletado por Nilton Ponciano em 1999).

A legislação previa vários subsídios iniciais aos colonos, desde a entrega de ferramentas até a sua habitação - uma casa de madeira - para cada família. Porém na prática, vários fatores comprometeram esta ajuda, dentre eles a vinda de um grande e inesperado número de migrantes a partir de 1950. Muitos dos colonos que vieram nos primeiros anos de colonização receberam algumas ajudas, dentre elas, a típica casa de madeira, feita com tábuas na horizontal, da qual fala o colono citado acima, porém nem todos foram contemplados. Antônio Vicente relata que “primeiro eles davam a madeira para fabricar a casa, a mão-de-obra eles que construía. O próprio colono fazia o poço e antes disso ele dava até uma vaca, uma vaca para produzir leite” (depoimento de Antonio Vicente, coletado por Ponciano em 1999).

Na fala de Antônio Vicente percebemos que logo já não foi mais possível à administração garantir residência ao colono, devido ao grande número de migrantes que chegavam, porém o mesmo relata que “davam a madeira, mas não a mão de obra”, percebemos que paulatinamente foi ficando difícil o auxílio ao grande número de colonos, até ficarem à mercê de sua própria sorte. Para fornecer a residência e a madeira beneficiada aos colonos, a administração possuía uma serraria oficial, cuja função teoricamente seria também, subsidiar estes colonos, função que na prática, como veremos, não funcionou, senão a um número muito reduzido de colonos. Logo nem mais a madeira os colonos receberiam, pois a serraria não deu conta de beneficiar grande quantidade desta para estes colonos, sendo assim, conforme depoimento de Diva Soares:

O povo chegava lá fazia um ranchinho, acampava para poder receber o lote lá, era um barrerão, era uma lamera, chovia, enchia, passa água por aqui, aí meu marido era empregado federal, trouxe a madeira, o administrador mandou a madeira no caminhão, mandou ele e mais outro, para fazer a casa ali do doutor Celso “Quiri” que era o engenheiro (depoimento de Diva Soares coletado por Ponciano em 1999).

Portanto, as típicas casas de madeiras com tábuas na horizontal que eram doadas aos colonos, de acordo com Ponciano (PONCIANO, 206 p. 106), se limitaram apenas às redondezas da sede administrativa, onde atualmente ainda é possível encontrar algumas destas.

Fotografia 3: modelo de casa doada ao colono da CAND. A casa da imagem é remanescente da época e permanece como um patrimônio não tombado na atual Vila São Pedro, distrito de Dourados. Originalmente estas casas eram cobertas com telhas.



FONTE: acervo pessoal. Fotografado em 04/04/2010

A colonização da segunda zona foi quase que totalmente espontânea, portanto, quase nula a participação da administração. No tocante à construção de suas casas, não houve interferência administrativa, os colonos derrubavam as árvores menores para delas construir suas moradias. Como não tinham ajuda concreta da administração, no tocante à construção de suas habitações, construir casas de madeira era algo muito trabalhoso aos colonos, os quais precisavam se fixar rapidamente na terra, para garantirem sua posse. Dessa forma, a habitação era uma necessidade urgente.

Embora a abertura dos lotes se desse rapidamente, na primeira zona da CAND a madeira resultante das derrubadas, não foi tão abundante a ponto de obtê-la a preços baixos, tanto que a devida exploração desse produto foi um negócio que foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo, e que, contudo exigiu o desmatamento da reserva legal para atender a demanda dos compradores. Situação oposta à colonização da segunda zona onde a madeira representou uma abundância tão grande que chegou a ser empecilho nos lotes, perdendo valor comercial, como sugere a fala do padre Amadori: “a madeira era de graça, e os colonos davam graças a Deus quando iam lá e falavam, vai lá no meu lote tira aquela madeira de lá” (depoimento do padre Amadeu Amadori, coletado por Ponciano em 1999).

Assim, para os colonos que chegavam com suas famílias a opção mais rápida prática e sem tantos custos para se fixarem na terra, foi fazer os ranchos de pau a pique, mais comuns no interior da colônia. Pois assim, podiam aproveitar a madeira em seu estado bruto, uma vez que de imediato estes colonos só possuíam uma alternativa para obter madeira beneficiada: a serraria oficial. No entanto, conforme aumentava as levas de migrantes recém-chegados ficava cada vez mais difícil o acesso a esta madeira, ora por fatores como a própria distância da sede e da serraria oficial ora pela impossibilidade desta serraria em atender a todos. Com a consolidação da colonização e a fixação dos colonos, estes passam a beneficiá-la em suas rudes serrarias, como veremos adiante.

Dessa forma, no caso da segunda zona, embora houvesse grande abundância de madeira, ao mesmo tempo em que era praticamente impossível conseguir madeira beneficiada, todas as habitações, ao menos em um primeiro momento, eram constituídas por ranchos, os quais eram construídos com as madeiras do próprio desmatamento. Os colonos aproveitavam especialmente os troncos mais finos e os galhos, conforme o seguinte relato: “Antônio Vitorino relatou que seu pai contava que quando chegaram na colônia, demarcaram suas terras e ali iniciaram a derrubada de pequenas árvores para com elas construir seus ranchos de varas, tapados os buracos com barro e cobertos com sapé” (MORAIS et al, 2009 p. 34).

Fotografia 4: casa de pau a pique construída pelo próprio colono



FONTE: Revista Rainha, 1979, *apud* PONCIANO, 2006

Morando em ranchos muitas dificuldades passavam estes colonos, a cada chuva forte era uma reforma com lonas e sapé, moravam literalmente no meio do mato. Da construção da casa dependia a fixação destes colonos, daí a pressa em construí-las, pois para garantir a terra não bastava chegar primeiro e fazer a “marcação” do lote, pois em meio à efervescência de migrantes que chegavam em busca da terra ela se tornou um objeto muito disputado, era preciso pois permanecer nela para a defender dos “migrantes invasores”.

Assim, o desmatamento possibilitou o aproveitamento econômico da madeira, como afirma Foweraker: “em todas as fronteiras, literalmente centenas de serrarias ‘clandestinas’ eliminam durante o processo de ocupação, as árvores que vão sendo cortadas, sob a proteção da escuridão da noite” (1982, p. 47). De certa forma, este é um processo comum neste contexto, as madeiras são derrubadas, com a finalidade de abrir lotes, limpar o terreno para o plantio agrícola, abrir espaços para a construção de casas, dentre outros, assim conforme Figueiredo: “na fase de abertura da propriedade, a extração da madeira tem papel significativo, de onde decorre uma maior valorização das terras de matas, aliada à maior fertilidade que a matéria orgânica oferece nos primeiros anos de cultivo” (1972, p. 229).

De fato a existência de grandes matas no extremo sul de Mato Grosso foi um dos atrativos utilizados nas propagandas oficiais para atrair migrantes para esta região. Entretanto, neste caso, a valorização das matas se deu como um indicativo de terras férteis – condição natural imprescindível para o desenvolvimento da agricultura – mas não necessariamente no intento de extrair madeira para o comércio, o que ocorreu mais como uma consequência do processo de colonização.

No entanto, com a colonização da CAND, o aproveitamento da madeira pelos colonos se deu desde o início, fosse na construção de seus ranchos ou na venda para a serraria oficial, no entanto, com o acúmulo de grande quantidade de madeira em um mesmo espaço, gerou a necessidade de encontrar um fim também para estas. Nesse sentido, a madeira era um produto que possuía mercado acessível em qualquer local, o que possibilitou o desenvolvimento do comércio e na maioria dos casos da venda das madeiras aproveitadas das derrubadas, passou-se a efetuar derrubadas para fins comerciais. Dessa forma, a apropriação deste produto, como fonte de renda e lucros, se deu não só pelos colonos, mas também por outros agentes da região, como abordaremos adiante.

2.2- A inter-relação dos colonos e demais sujeitos no desmatamento deste espaço

Ao divulgar as propagandas sobre o SMT os órgãos oficiais encobriram a realidade histórica presente nesta região, apresentando-a literalmente como espaços vazios. De certa forma, isto fazia parte dos projetos estadonovistas, uma vez que não ignoravam de todo as condições históricas desta fronteira, entretanto, como já exposto ela não era nada interessante para estes projetos, sendo assim, os estrangeiros aqui presentes foram vistos como intrusos e os nativos ignorados. Todavia, ao chegar à região os migrantes se depararam com uma realidade já estabelecida e que estava prestes a se modificar com os novos sujeitos recém chegados.

Como se sabe, paraguaios e indígenas estiveram presentes no espaço social da CAND, estiveram envolvidos nas atividades econômicas dos colonos. A participação destes se deu desde o primeiro momento no trabalho de derrubada das matas, uma vez que estes sujeitos já residentes na região conheciam e tinham mais familiaridade com estes serviços do que muitos migrantes, os quais não estavam adaptados a este tipo de trabalho e encontraram muitas dificuldades nesta região de matas frondosas, mas de colonização árdua.

A transcrição abaixo demonstra a utilização de mão de obra paraguaia pelos colonos da CAND:

Aí foi quando nós mudamo para cá, e não tinha nem acabado de fazer a casa nos já entramo dentro e ai viemo e começamo a trabalhar, num sacrificio danado, meu pai no machado e não tem aquela época a história do motor serra (sic), era tudo nos braços, era no machado mesmo, era machado e foice, ai meu pai fretou aqueles paraguaio também um pouco de mato para eles derrubar, e assim foi para frente, foi derrubando, queimando (depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Ponciano em 1999).

O paraguaio, elemento bastante presente neste espaço, como já foi citado, passa neste momento, com a chegada das frentes pioneiras, a participar das atividades de abertura de lotes, tendo constante participação nas atividades dos colonos, pois adaptado ao espaço e aos trabalhos árduos da extração do mate conhecia este meio hostil, ao menos no primeiro momento, ao novo migrante. Os paraguaios de fato se destacavam nos trabalhos de derrubada na fase de abertura de novas áreas no SMT, sendo utilizados também por empreendedores particulares, conforme afirmam Pebayle e Koechlin: “a mão de obra de origem paraguaia foi arregimentada por enérgicos chefes de equipe para os duros trabalhos de desmatamento” (cf.: 1981, p. 15). Figueiredo também comenta que o paraguaio - “o todo entendido em assuntos de mate” - ficou marginalizado com o declínio do comércio exterior da erva, tendo sua influência arrefecida na fronteira sul-mato-grossense, contudo “no contexto atual do pioneirismo, ele agora participa como peão de derrubada” (cf.: FIGUEIREDO, 1972, p. 212).

Estes sujeitos sociais tiveram um papel importante nas atividades exercidas pelos recém-chegados migrantes. No caso específico da exploração madeireira, por exemplo, muitos paraguaios, por estarem fixados na região há bastante tempo, possuíam familiaridade com certas técnicas que se tornaram comuns na CAND, como foi o caso da “arte” de serrar madeira; assim considerada devido à habilidade que exigia diante da infraestrutura rústica que possuíam. Estes sujeitos possuíam maior familiaridade com a região, e conseqüentemente conheciam melhor as espécies de madeiras aqui existentes. Vários dos paraguaios moradores antigos da região, também se tornaram colonos, ganhando lotes, nos quais se dedicaram principalmente ao ramo da exploração madeireira, foi o caso, por exemplo, de Modesto Gonçalves, Natalino Benites e Policarpo Gimenes, sobre os quais se falará adiante.

A possibilidade de serrar madeiras, por meio da montagem de serrarias, significou um avanço na exploração madeireira exercida pelos colonos. O início e consolidação desta atividade, contudo pareceu depender da presença dos paraguaios, que já se dedicavam ao

negócio e, inseridos agora no processo de colonização veem uma oportunidade de ao lado dos novos colonos de aperfeiçoar o negócio.

2.3 Queimadas e prejuízos ecológicos

Como citado, o intenso e árduo trabalho de colonização realizado pelos migrantes que laboriosamente se lançaram nesta empreitada, trouxe grande abundância de madeira nas terras da CAND, a qual foi parcialmente revertida em benefício dos próprios colonos. Dessa forma a exploração da madeira foi uma atividade de grande importância na subsistência destes, uma vez que a tomaram como uma fonte alternativa de renda no início da colonização e concomitante ao desenvolvimento de outras atividades.

Diante dos obstáculos naturais, a falta de recursos materiais aumentava as dificuldades dos colonos, pois não haviam instrumentos sofisticados, não possuíam nem mesmo um motosserra, sendo a abertura da mata feita com a utilização de instrumentos simples como facões, machados, foices e o fósforo, este muito essencialmente necessário nesse contexto: “o fósforo e o machado abriam as roças fornecedoras de víveres e os primeiros cafezais” (PEBAYLE, KOECHLIN, 1981, p. 11).

No processo de limpeza dos lotes os colonos utilizavam a técnica da queimada, adaptada da coivara praticada pelos indígenas. Após as derrubadas, além da retirada das árvores inteiras, era preciso retirar as “galhadas” que cobriam o terreno. Após a secagem destas, ateava-se fogo, o qual rapidamente consumia os restos vegetais. Esta técnica é comum nestes contextos, predominante na pequena lavoura devido a sua eficácia e baixo custo. A princípio a queimada era fertilizante para o solo, pois o fogo “reduzia a substancia da planta não comestível a cinzas, enriquecendo assim temporariamente o solo, se logo viesse a chuva” (DEAN, 1997 p. 129). Entretanto, em longo prazo, esta técnica se mostra predatória ao meio, à medida que gradativamente vai causando danos irreversíveis ao solo:

A queimada danifica de modo sutil os solos e o capim. Destrói plantas que se disseminam horizontalmente formando esteiras, em favor das que formam touceiras, expondo o solo e provocando erosão. O fogo reduz a permeabilidade do solo, favorecendo plantas de raízes superficiais, menos eficientes na reciclagem de minerais lixiviados e mais rapidamente ressequidos e não comestíveis na estação seca. A saúva invade quando esses solos secam, empreendendo a ingrata tarefa de revolver sua matéria orgânica. (idem)

Embora os colonos possuíssem técnicas rústicas, o desmatamento na região ocorreu de forma indiscriminada. A maior parte dos 267.000 ha que compunham o território da CAND

era coberta por mata fechada, a qual rapidamente se transformou dando lugar à diversificada agricultura praticada pelos colonos. Outro detalhe que cabe mencionar, é que a colonização estatal no SMT foi acompanhada pela iniciativa privada, que ao entorno promovia a colonização ajudando a completar o quadro de devastação de todo o Sul de Mato Grosso. Sobre as alterações ocorridas neste extremo sul em decorrência da frente pioneira, comenta Figueiredo:

A nova fase pioneira alterou profundamente o quadro natural até então respeitado, criando um conjunto de paisagens. A eliminação das matas, a fragmentação das propriedades, a criação de novos núcleos em tempo curto, o crescimento explosivo da população pela imigração intensificada são tantas marcas que justificam o desenvolvimento regional (1972, p. 214).

O quadro natural da região só passa de fato a ser transformado mais intensamente a partir da colonização com a CAND, a exploração ervateira é vista como uma atividade que preservava a vegetação (cf. FIGUEIREDO, 1972; VICENTE, 2004 p. 15). Dessa forma, buscando contemplar suas necessidades materiais, não havia entre estes colonos uma consciência ambiental que os fizesse visualizar também os efeitos negativos da colonização sobre aquele meio, antes o viam como um meio hostil que devia ser vencido. Como afirmam Pebayle e Koechlin “a mata é floresta no sentido mais geral do termo. Para o explorador tradicional, este meio é o da colheita e da agricultura sobre terrenos queimados: ‘a roça’” (1981, p. 4). Portanto, a mata deveria ceder lugar para abundância que a agricultura lhes traria, garantindo oportunidades para aqueles que tanto a buscavam nesse Brasil a fora.

Embora os mesmos autores citados acima, tenham destacado que “os riscos de erosão parecem relativamente restritos” (cf. 1981, p. 31), nas terras da CAND um exemplo imediato das consequências da devastação, que podemos citar, foi uma erosão que causou uma imensa voçoroca³⁶ na atual cidade de Glória de Dourados, surgida a partir da CAND. A retirada da vegetação deixou o terreno exposto diretamente ao impacto das águas pluviais, o “buracão”, como era chamado pelos populares, ameaçou a pequena cidade ainda na década de 1970, de tal forma, que foi necessário grande mobilização da população contando com a ajuda das forças armadas (exército) e do governo estadual para conter seu avanço (cf. LIMA, 1982 p. 38). No Museu Municipal Américo Bricatti na cidade de Glória de Dourados, encontramos um pequeno relato narrando o fato, demonstrando sua importância para o município. Segue a reprodução do mesmo:

³⁶ Grande buraco em um terreno, tecnicamente é um desmoronamento oriundo de erosão subterrânea causada por águas pluviais que facilmente se infiltram em terrenos muito permeáveis ao atingirem regiões de menor permeabilidade.

O município de Glória de Dourados deixará em seus anais um dos episódios mais trágicos enfrentados pro sua população. Uma gigantesca erosão urbana, tida na época como a maior do país, assola nosso município ameaçando “engolir”, como divulga o jornal Folha de Londrina, 1973, toda a área urbana. Tornando-se rapidamente descontrolada, pondo em risco uma grande área urbana, por longos anos perdurou a erosão. Em 1974, em mutirão, o povo colocou 70.000 sacos de areia numa tentativa de segurar a voçoroca. O Ministro de Interior, Dr. Rangel Reiz, acompanhado do deputado João Totó Câmara, visita o município, como é vista na foto (exposta no museu), recebido pelo então vice-prefeito, Sr. Yasuo Morishita. De grande importância o fato faz com que a situação passe ao conhecimento Federal, proporcionado apoio ao combate a erosão urbana. Porém a solução definitiva somente ocorre, por volta de 1986, na administração de José de Azevedo³⁷

Assim, a interação dos colonos com este meio, em sua essência se dava como uma necessidade de garantir a sobrevivência daqueles por meio das atividades econômicas aí desenvolvidas. Entretanto, esta relação conseqüentemente ocorria de forma desarmoniosa, uma vez que para atender às necessidades de abastecimento do mercado interno, era necessário a destruição de grande parcela da vegetação do SMT, ao mesmo tempo em que estes colonos ignoravam os desequilíbrios do ecossistema natural que esta devastação poderia ocasionar.

É preciso considerar que nas décadas de 1940 e 1950, ao menos no Brasil, as questões ambientais ainda não possuíam visibilidade. Elas somente ganharam destaque algumas décadas depois. O próprio debruçar dos historiadores a estas questões se dá em virtude da extensão da crise ambiental que não pôde mais ser ignorada, atraindo assim os olhares, não só dos ambientalistas, mas de todos os cientistas, no sentido de tentar fazer algo pelo meio em que se vive, uma vez que, de acordo com Martinez, “a crise ambiental é, assim, o capítulo mais recente de uma longa história de uso e exploração dos recursos naturais pelos agrupamentos humanos em distintas partes do planeta” (cf. 2006 p. 53). Portanto, falar em conseqüências ambientais decorrentes deste contexto exige muita cautela, pois não nos cabe neste caso julgar o passado com os olhos do presente e lançar sobre estes agentes sociais - os colonos – responsabilidades as quais ignoravam completamente.

É preciso considerar que sobre a mentalidade do colono – aliada à ideia de sertão vazio e inóspito – operava ainda o discurso nacionalista do Estado Novo, que acima de tudo contemplava o desenvolvimento econômico, que, fazendo analogias entre o migrante inserido neste contexto e o bandeirante do século XVII criou representações que ficaram incutidas na memória nacional e que perpassaram e ultrapassaram o período de vigência deste regime. Estas alimentaram o sonho dos migrantes que vieram para o SMT na década de 1950.

³⁷ Relato digitado, explicando a história da Voçoroca, fato marcante na memória do povo gloriadouradense, exposto no Museu Municipal Américo Bricatti, acompanhando algumas fotografias da época

Assim rapidamente as grandes matas deram origem a um cenário de devastação. Esta por sua vez ocorreu sem limites, de tamanhas proporções que acabou se estendendo também à reserva legal da CAND, a qual de acordo com a legislação vigente previa a preservação de 25% da vegetação da área total do lote (SANTOS, 2000 p. 43; PONCIANO, 2006 p. 85). Entretanto, como a maioria da colônia foi colonizada a partir da iniciativa dos colonos, como já vimos, e também pelo fato de a administração ter perdido o controle da situação, em decorrência do grande número de migrantes que se fixavam nestas terras, não foi possível uma fiscalização no tocante às derrubadas.

Dessa forma, os lotes em sua maioria tiveram 100% de desmatamento, conforme relato do ex-colono Zé Baiano, registrado em um livro de memórias da região: “meu lote era pequeno com 12 alqueires, a administração da colônia pedia pra deixar uma reserva de mata, mas ninguém fiscaliza e derrubei tudo hoje me arrependo de ter feito isso” (ARAÚJO, DANTAS, 2009, p. 20). Seu Zé Baiano, ex-colono da CAND, afirma que tinha ciência da reserva que deveria deixar, porém o que se infere dos depoimentos é que os colonos em sua maioria não soubessem dessa exigência legal, e mesmo que a conhecessem, não tinham percepção da devastação que podiam provocar e nem tão pouco das consequências posteriores deste desmatamento. Dessa forma, ao tratar de devastação ambiental na CAND, como consequência de sua colonização, é necessário algumas cautelas, pois este desmatamento estava inserido de modo muito forte nas necessidades dos colonos (cf. CASALI, p. 31). Sendo assim, para o colono, desmatar era sinônimo de progresso, nesse processo era considerado valoroso aquele que fazia jus ao seu trabalho desmatando mais rapidamente o seu lote. Sobre o assunto fala Santos:

Os colonos adquiriam seus lotes e iam desmatando aos poucos, até desmatar tudo, e há fortes indícios de omissão da administração. Alguns colonos afirmaram nunca ter recebido a visita do administrador [...]. Havia ainda a falta de conscientização e orientação ambiental, pois a mentalidade dominante era a de quanto mais se desmatasse, mais terra haveria para se plantar (SANTOS, 2000 p. 47)

Ignorando então os possíveis danos que suas ações poderiam acarretar ao ecossistema regional, os colonos visualizavam o desenvolvimento de suas práticas agrícolas e outras atividades que assegurassem sua subsistência imediata. Assim foi diante da abundância de madeira, decorrente deste desmatamento, que os colonos viram neste produto uma das primeiras possibilidades de exploração econômica que pudesse de imediato garantir uma renda que a agricultura demandaria algum tempo para lhes oferecer. O relato das memórias do

colono Rofeleu (apelidado de “seu Roque”) registrado em um livro memorialista da região, ilustra esta realidade:

Imediatamente começou a derrubar o mato da ‘marcação’ e plantar as primeiras mudas de mandioca e outros produtos. Como a produção demorava alguns meses para a colheita, então o ‘seu’ Roque trabalhava de empregado para sustentar a família, na derrubada de matas, como carreteiro de carro de boi ou açougueiro; de tudo ele fazia. (SALOMÃO...et al, 2009 p. 51).

Este relato refere-se a um colono do interior da CAND onde atualmente situa-se o município de Jateí, local que fora colonizado tardiamente. Assim, concomitante à colonização (que se deu de forma desproporcional nas duas zonas) e paralela à agricultura, a muitas atividades se dedicaram os colonos para garantirem sua sobrevivência. Todavia, dentre estas, a exploração da madeira se sobressaiu. Com base na análise das fontes, podemos inferir que a exploração da madeira desde o início da década de 1950 foi uma atividade institucionalizada, tendo desde o início da colonização papel de destaque na economia local, bem como possuindo um papel essencial na subsistência dos colonos, uma vez que era uma das poucas atividades que ofereciam comércio local e renda imediata.

2.4- A exploração da madeira na 1ª zona da CAND

O Decreto-Lei n. 3.059 de 14/02/1941 - que criou as colônias agrícolas nacionais, no tocante à preservação ambiental trazia em seu parágrafo segundo do artigo quarto: “Tratando-se de regiões de florestas naturais, em cada lote será mantida uma reserva florestal não inferior a 25 % da sua área total”³⁸. Medida totalmente aplicável à CAND pela existência de suas grandes matas, como já demonstrado anteriormente. Sendo assim, no caso dessa colônia, oficialmente deveriam ser preservados 3,5 alqueires de cada lote, uma vez que estes eram doados na medida de 30 ha ou 12,5 alqueires. Na prática sabemos que essa exigência legal não foi respeitada, ocorrendo o desmatamento de forma indiscriminada. Na primeira zona da CAND este se deu tanto como consequência da colonização, bem como sob estímulos comerciais.

Nas matas do SMT eram abundantes as mais diversas espécies de madeira de lei. Este termo surgiu no século XVII quando, diante da possibilidade de escassez de madeira de boa

³⁸ Decreto-Lei nº 3.059 de 14/02/1941, art. 10. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=18856&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PU>
[B](#)

qualidade para a indústria naval portuguesa, começaram a ser editadas ordens reais, no sentido de proteger a madeira de valor naval, que a partir de então só poderia ser derrubada mediante permissão por lei, surgindo daí a denominação *madeira de lei*. Na época também eram chamadas de “pau real” (cf. DEAN, 1997 p. 151).

A partir de então o termo continuou sendo usado para designar madeiras resistentes e de alto valor comercial, dessa forma, assim se classifica a peroba, o cedro, o ipê, o angelim, dentre outras. No SMT reuniam-se, além destas, várias outras espécies de árvores, dentre elas a aroeira, o angico, o marinheiro, a canafístula, o amendoim, o jacarandá. Todas estas espécies possuíam valor econômico.

Os valores da madeira variavam de acordo com a dinâmica das negociações. De acordo com documento, a serraria oficial possuía os preços oficiais, para o m³ das diversas espécies, nesta ordem para o ano de 1956:

Tabela 1: preço oficial da madeira na CAND

| Espécies de madeira | Valor oficial Para o m ³ |
|---------------------|--|
| Cedro | Cr\$ 50,00 |
| Angelim | Cr\$ 250,00 |
| Peroba | Cr\$ 80,00 |
| Marinheiro | Cr\$ 80,00 |
| Canafístula | Cr\$ 80,00 |
| Tamboril | Cr\$ 80,00 |
| Amendoim | Cr\$ 80,00 |

FONTE: De Sebastião Ponte, chefe da serraria oficial à Clodomiro de Albuquerque. 04/02/1956. APE/MS, Acervo: CAND.

Estas são algumas das espécies que aparecem comercializadas pela serraria oficial, percebemos que dentre elas, o cedro e o angelim possuíam maior valor econômico. Nas fontes documentais tais espécies aparecem tabeladas, entretanto, a análise das várias fontes nos mostra que os valores reais das madeiras negociadas entre colonos e outras pessoas, em virtude da grande oferta, eram muitas vezes menores do que estes, uma vez que os colonos tinham pressa em vender, assim, muitos agentes envolvidos neste comércio viram na madeira uma fonte de lucros. Todavia, neste contexto, mesmo que houvesse certa exploração dos colonos por parte dos compradores, ainda assim foi possível àqueles obter uma renda da venda destas, uma vez que era uma atividade extrativa que não requeria muitos investimentos.

2.4.1- A ação oficial

As serrarias tiveram grande contribuição no desenvolvimento da atividade madeireira dentro da CAND. Destas dependeu em grande parte a comercialização do produto pelos colonos. Neste contexto a CAND contava com uma serraria oficial cuja finalidade teoricamente era atender a administração e, sobretudo, os colonos no tocante à construção de casas e também no fornecimento de móveis. A referida serraria foi instalada na sede da administração que atualmente corresponde ao território onde se localiza o distrito de Indápolis, local ainda hoje conhecido pela população como “serraria”. Deste local a colônia se estendia ao Leste e ao Sul com a maior parte de seu território coberto por mata virgem.

A existência de uma serraria fazia parte da infraestrutura básica, sendo neste contexto indispensável para o funcionamento da colônia. Nesse sentido, como já indicado anteriormente, a serraria oficial deixou a desejar no que toca ao atendimento imediato ao colono, isto é, no fornecimento das habitações prometidas e até mesmo da madeira beneficiada. Por outro lado, por mais que a serraria não tenha dado conta de atender às necessidades dos colonos, aliás, o atendimento deficitário foi marca da administração como um todo, ela teve um papel significativo na participação das atividades desenvolvidas por estes, se envolvendo nas relações comerciais que perpassaram a exploração madeireira.

A análise dos documentos revela o déficit no tocante aos recursos desta serraria, a qual muitas vezes se encontrou quase parada em suas atividades com muitos de seus equipamentos aguardando possibilidades de instalação, é o caso, por exemplo, de um locomóvel³⁹ encontrado abandonado na serraria da CAND em 1951, o que indica que a mesma não estava em perfeito funcionamento. A situação da máquina é descrita por um ofício de Lloyd Ubatuba, o terceiro administrador da CAND à DTC⁴⁰ (Divisão de Terras e Colonização). Segundo o documento a administração providenciaria a montagem da máquina, o mais breve possível, pois com esta seria possível instalar a “serra francesa” que se encontrava no almoxarifado. Assim, seria possível aumentar os rendimentos, pois “não é possível atender as mais comensuráveis exigências da vida administrativa sem uma serraria”.

Dessa forma, se as próprias exigências da administração não estavam sendo atendidas, muito aquém desta situação estavam os colonos, os quais já neste momento chegavam aos

³⁹ Máquina a vapor destinada a movimentar pequenas indústrias, como por exemplo, serrarias de desdobro de toras, que se instalam por determinado período de tempo em um lugar,

⁴⁰ Ofício de 1951 de Lloyd Ubatuba à Divisão de Terras e Colonização.

milhares, e iam se acomodando nas casas de parentes ou amigos até construírem seus ranchos como foi colocado acima. Na colônia encontrava-se dificuldade para tudo, a sua localização e a falta de estradas e transportes que permitissem um contato mais rápido com outras regiões dificultava até mesmo os trabalhos administrativos. No caso da serraria percebemos que sempre havia falta de equipamentos para que esta pudesse ter um bom funcionamento. Em ofício de 1952 da firma Irmãos Spengler de Campo Grande, a Ubatuba registra-se o despacho de São Paulo para a CAND de um motor elétrico pedido pela administração da colônia, onde o mesmo seria para o acionamento das máquinas da serraria. Todavia os meios de transporte até a colônia atrasavam a chegada deste:

Como o motor vem pela Empreza Matogrossense de Transportes, esperamos o recebimento para muito breve, quando então daremos ciência por telegrama a V.S. afim de mandar busca-lo com um caminhão, pois assim ele chegará com mais rapidez a essa colônia, ou, caso V. S. desejar o despacho pela Estrada de Ferro, acataremos com prazer às v./ determinações.⁴¹

Além dos equipamentos necessários para o funcionamento da serraria era necessário os recursos humanos e muitas vezes era difícil encontrar profissional qualificado para determinados serviços, o que implicava em esperar a vinda destes de fora da cidade, como indica o trecho de ofício a Ubatuba: “quanto a remodelação da instalação da oficina e serraria, temos a lamentar que o eletricitista de nossa confiança [...] foi obrigado a ausentar-se na última semana de janeiro e até o presente não regressou, o que deve acontecer a qualquer momento”. (Idem).

Se por um lado a serraria não pôde atender a todos, por outro, muitos dos próprios colonos foram empregados pela administração em serviços diversos, era uma forma de oferecer um auxílio até terem condições de iniciar o plantio, mas mais que isso era devido a necessidade de funcionários nos serviços pertencentes à administração. A serraria oficial possuía um número significativo de funcionários, em uma das listas destes, datada de maio de 1955 consta o nome de 24 funcionários⁴². Dentre estes muitos eram colonos, como foi o caso de Antônio Vicente, de nacionalidade portuguesa e de profissão carpinteiro, mas que afirma sempre ter gostado da agricultura como justificativa para ter aderido à campanha da Marcha. Antônio ganhou seu lote, mas nunca morou nele, tendo em vista que aqui chegando já começou a prestar serviços à administração:

⁴¹ Ofício de 04/02/1952 de Irmãos Spengler a Lloyd Ubatuba.

⁴² Lista manuscrita constando relação de empregados da serraria no ano de 1955.

Então eu cheguei aqui na colônia e falei com o administrador da colônia, era o Dr. Elpídio, um baiano bravo, ai eu falei com ele, tinha a serraria parada, tudo quebrado. Serraria quebrada, carpintaria, serralheira, mecânica, tudo parado, por falta de ter quem arrumasse, e eu manjava um pouco daquilo, ai ele me mostrou todo aquele maquinário quebrado e eu falei eu arrumo doutor, eu arrumo tudo isso aí [...] Ai eu fui e me empreguei aí, ganhando muito bem (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Nilton Ponciano em 1999).

O depoimento de Antônio expressa também a dificuldade já citada acima em se manter a serraria em ordem, ou seja, em bom funcionamento, com todas as máquinas funcionando e ainda a dificuldade de encontrar pessoas habilitadas a fazer este tipo de trabalho. Além do emprego de colonos, a serraria oficial também era compradora da madeira destes. De acordo com a fala da ex-colona Maria Braga, citada por Naglis, “a colônia enrolava mais a gente, às vezes levava, pagava aos poucos, seu vô era muito enfezado não gostava de ficar cobrando porque às vezes brigava” (cf. NAGLIS, 2008, p. 89).

Além dos desencontros com relação aos pagamentos da madeira comprada dos colonos, uma das cartas administrativas, registra no ano 1954 uma espécie de corte de despesas no tocante à administração, o qual poderia ter prejudicado de certa forma os colonos madeireiros no tocante à venda de madeiras à serraria oficial:

Tendo em vista as determinações do I.N.I.C. no tocante a restrição de despesas, fica de ora por diante por conta dos interessados o transporte de toras, quer em carretas quer em caminhão, dos lotes até a serraria. O serviço de desdobro e serragem permanece, até ulterior deliberação na base usual de 50%. Para melhor eficiência do recebimento e estatística das toras entradas, deverão as mesmas ser marcadas com tinta fixa, constando a citada marcação de: N° de lote e da quadra e iniciais de proprietário. As toras não identificadas na esplanada serão marcadas com as iniciais da C.A.N.D.⁴³

Com relação ao transporte de madeiras, geralmente este era de responsabilidade do comprador e neste caso a maioria dos colonos não possuíam recursos para fazer este transporte, visto que tal serviço exigia caminhões grandes cuja posse era praticamente inviável ao colono, que não podia obter nem mesmo as ferramentas básicas para seu trabalho na colonização. Dessa forma, tal medida deve ter prejudicado a venda de madeiras dos lotes à serraria.

⁴³ Carta de Clodomiro Albuquerque ao encarregado da serraria. 09/12/1954.

2.4.2- A ação dos colonos e de empresas externas à CAND

No início da década de 1950 a exploração da madeira era uma atividade que se alastrava rapidamente na CAND. Desde o início da abertura dos primeiros lotes e picadas a madeira era utilizada para fazer benfeitorias, bem como na construção de casas ou ranchos de colonos, mas logo o produto passou a ser comercializado por estes colonos com outras pessoas da região. A existência de grandes matas e a necessidade de sua derrubada para a instalação de frentes pioneiras tornava previsível a apropriação mercantil desse produto.

Nesse processo e em contradição com a serraria oficial, houve na CAND serrarias montadas pelos próprios colonos, estas são mencionadas na historiografia regional como “serrarias clandestinas”, embora todos, incluindo a administração da colônia, soubessem de sua existência; assim talvez fosse melhor falar em “irregulares”, já que funcionaram por muito tempo sem regularizar sua atuação.

Assim, concomitantemente à existência da serraria oficial, inúmeras outras serrarias surgiram. Com características e finalidades bastante diferentes daquelas, estas serrarias cumpriram um importante papel na economia local, no tocante ao comércio da madeira. Houve momentos em que estas foram alvo de disputas e de fiscalizações, todavia se multiplicaram rapidamente, por toda a extensão da colônia⁴⁴.

Diante da abundância de madeira decorrente das derrubadas, do consequente aproveitamento destas e das possibilidades de venda, estas serrarias beneficiavam madeiras que eram comercializadas tanto no local, como vendidas para outras partes da região. Eram serrarias rudes, montadas pelos próprios colonos com instrumentos muito simples, como mostra a fala do ex-colono Belmiro: “aí foi vendo essa serrariazinha pica-pau, que hoje tem pouca, e outras, era aquela que cava um buraco no chão e um ficava embaixo e outro em cima puxando a serra, assim tira angelim, cedro e a peroba” (depoimento coletado por Nilton Ponciano em 1999).

Segundo depoimento de seu Belmiro a estrutura necessária para a montagem destas serrarias exigia apenas o espaço e um buraco ao chão, este deduzimos que fosse para o armazenamento do pó de serra. A técnica para a serragem das toras de madeiras se dava com o auxílio de uma serra grande e a força de dois homens. Embora, fossem serrarias pequenas, montadas com a mínima estrutura possível, por meio delas os colonos puderam aperfeiçoar o negócio com a madeira, aumentando a oferta, pois além de vender as toras de árvores inteiras,

⁴⁴ Estas discussões são feitas com base na observação e análise de vários documentos referentes ao tema.

também podiam beneficiá-las vendendo as tábuas, o que por sua vez aumentava o mercado destes colonos, uma vez que beneficiando a madeira, isso possibilitaria vendê-las também a seus vizinhos, bem como a outras pessoas da região.

Como vimos por meio das fontes, a montagem e o bom funcionamento da serraria oficial era um trabalho que exigia grandes esforços por parte da administração. Para que esta continuasse em funcionamento era necessário um conjunto de recursos humanos e técnicos. Dessa forma, é muito pertinente o questionamento da pesquisadora Naglis, que versou sobre os colonos da CAND, a qual questiona: “como estes colonos que mal conseguiam fazer suas roças [...] conseguiram montar serrarias, com ferramentas adequadas, e com uma infraestrutura básica para serrar madeira?” (2007, p. 90).

Observando nos documentos os volumes de madeira beneficiada que os colonos se comprometiam a entregar, percebemos que era bastante para a estrutura destas serrarias, o que torna este questionamento ainda mais pertinente. Todavia, a leitura das fontes indicou que a montagem destas não exigia grandes investimentos, como se pôde ver, todo o trabalho era manual, o único equipamento que os colonos necessitavam era uma serra grande. Quanto à infraestrutura esta não passava de um buraco cavado ao chão e a força de dois homens. Até o momento, podemos afirmar que foi com esta técnica manual que os colonos serraram regulares volumes de madeiras.

Mas a autora apresenta hipóteses para sua pergunta, deixando assim brechas ou pontos de partidas para outros pesquisadores. Uma delas aponta: “uma hipótese seria a de que empresas como a citada Indústria Douradense de Madeiras Ltda., poderiam de alguma forma financiar a montagem das serrarias dos colonos” (idem). Sobre a empresa citada se comentará adiante. Quanto a esta hipótese, ainda não foi encontrada nenhuma evidência que nos permita afirmar que os colonos tiveram financiamento direto para montar suas serrarias. O que podemos falar, é que eles tiveram incentivos para rumarem nesta direção, entretanto, a própria Naglis, aponta um caminho mais conciso quando afirma que “por outro lado, a venda de madeira que estava no lote foi uma alternativa de renda que abriu um precedente para que serrarias clandestinas começassem a atuar indiretamente na CAND” (idem).

Em conformidade com esta última consideração da autora, de fato, o que inferimos das fontes foi que a renda gerada pela comercialização das toras de madeiras, impulsionou a montagem destas rústicas serrarias, uma vez que elas representavam um aperfeiçoamento deste negócio, tornando-o mais rentável, permitindo aos colonos, a venda de madeiras também para seus próprios vizinhos e não somente para outros exploradores da região. Isto

porque a maioria, senão todos os colonos possuíam madeira em árvore, isto é, em toras - madeira bruta - mas a madeira beneficiada era exclusividade de quem possuísse condições para transformá-la, e quem a possuía se sobressaía no negócio, uma vez que todos os colonos necessitavam de tábuas, pois como se sabe o atendimento da serraria oficial foi deficitário nesse sentido.

Como citado acima, as serrarias dos colonos eram muito diferentes da oficial, esta era montada com equipamentos próprios para uma serraria de um porte pelo menos médio, como os que já apareceram citados acima - o locomóvel, motores elétricos dentre outros. Mas as rudes serrarias dos colonos tiveram grande importância na economia destes, pois representaram um aperfeiçoamento na exploração madeireira garantindo, ao contrário da lavoura, renda imediata.

Encontramos registros escritos de serrarias em sete quadras da primeira zona da CAND, a saber, as quadras 5, 8, 13, 28, 30, 50 e 51. Os dois lotes vizinhos – 88 e 89 da quadra 8 possuíam serrarias manuais, o colono dono do primeiro comercializava suas madeiras com a indústria Nocera & Irmão⁴⁵.

Uma vez desenvolvida a técnica de beneficiamento da madeira, os colonos tiveram uma ampliação nos negócios, pois agora além da utilização da madeira em seu próprio lote e da venda das toras, podiam vendê-la já beneficiada em forma de tábuas, o que aumentava sua rede de clientes que agora passava a englobar também os seus vizinhos. Pois para estes não bastava ter madeira, tornava-se necessário a existência do produto beneficiado. Antes da montagem destas serrarias, estes colonos tinham na serraria oficial, a única alternativa de encontrar madeira beneficiada; mas como já dito, esta não possuía condições suficientes de atender a todos. Sendo assim, como já foi mostrado, as casas destes colonos eram constituídas por ranchos. À medida que esta madeira beneficiada foi se tornando acessível, ela foi sendo utilizada na substituição destes ranchos por moradias mais adequadas. Assim, diante das necessidades, os colonos que montaram serrarias encontraram um mercado amplo em âmbito local, ao entorno da colônia, bem como em outras partes da região.

Nesse processo, se destacaram também a ação de pessoas, bem como de empresas externas à CAND que se envolveram na exploração da madeira praticada pelos colonos. Nesse sentido se destacou também a venda da madeira em seu estado bruto, isto é, em árvores

⁴⁵ Informações obtidas com base na observação de declarações dos colonos a respeito das atividades envolvendo a exploração da madeira na CAND.

inteiras; o que implicou inclusive, em derrubadas voltadas para fins comerciais, como será abordado adiante.

Dentre as fontes analisadas, encontram-se várias declarações de colonos que foram intimados pela administração da CAND a depor a respeito de suas atividades. Estas declarações são decorrentes de uma fiscalização administrativa imposta por Lloyd Ubatuba, o terceiro administrador da colônia, no sentido de verificar possíveis irregularidades, no tocante à exploração da madeira, praticada por colonos e também agentes externos. A análise destes documentos em conjunto com outros, nos mostram as peculiaridades e complexidades a respeito da comercialização da madeira na CAND, mostram as relações sociais e econômicas que compunham este comércio e permite visualizar as atuações distintas nas quais se envolveram os colonos.

Vendo na montagem de serrarias, uma oportunidade de aumentar suas vendas, muitos colonos se dedicaram a este trabalho. Quando não era possível instalá-las em seus próprios lotes, as montavam em lotes de terceiros. Um caso interessante é o de André, um rapaz solteiro não colono, mas que trabalhava em uma serraria montada em um lote da colônia. Em seu depoimento, declarou que:

Está dirigindo os serviços de uma serraria no lote nº oitenta e nove da quadra oito pertencente a viúva Laudelina Maria de Jesus; que esta funciona há três meses, que o responsável e dono da serraria é o sr. Heitor Fernandes; que quem autorizou a instalação da referida serraria foi Faustino Pereira da Silva, companheiro de Laudelina; que serra mais ou menos tres metros cubicos de madeira (peroba) por semana; que não sabe quanto Heitor pagou a Faustino; que o declarante ganha dois cruzeiros e cinquenta centavos por metro de tabuas serradas⁴⁶.

Percebemos que a exploração da madeira na CAND compreendeu relações complexas vivenciadas neste espaço dos colonos, com o desenvolvimento de inúmeras formas de negociações com outras pessoas da região. Neste caso, a serraria no lote 89 não pertencia à viúva dona deste. O arrendamento ou aluguel de lotes para outras pessoas explorarem também eram comuns e mais uma forma de os colonos adquirirem uma renda. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso da exploração da erva-mate. Muitos colonos arrendavam seus lotes com erva-mate nativa para outras pessoas com mais conhecimento no negócio explorarem.

Muitos não colonos, também se envolveram na exploração madeireira da CAND, no caso da citação acima, não sabemos se Heitor, dono da serraria instalada no lote 89 era

⁴⁶ Termo de declaração de André Barrios, 26/07/1951.

colono. Modesto Gonçalves foi outro colono que possuía uma serraria manual em seu lote, razão pela qual também foi intimado pela administração. Em sua declaração alegou que:

Mantêm no lote do seu pai uma serraria manual; que só serra as toras aproveitadas das derrubadas; que as tabuas serradas são para serem empregadas no lote de seu pai, não sendo absolutamente para comércio, mas que no entanto se comprometeu a fornecer ao colono Horácio Diniz tabuas para construção de uma casa ao preço de quatro cruzeiros o metro linear; e que tem na serraria mais ou menos quatrocentos metros de tabuas que pertencem ao sr. Horácio; que ainda falta serrar mais duzentos metros para completar a encomenda do mesmo, a qual foi de oitocentos metros⁴⁷.

Este mesmo colono, no ano anterior (1950), havia prestado serviços nos trabalhos básicos de infraestrutura da administração da colônia, recebendo salário por empreitada, conforme consta na lista de pagamento, de R\$ 2,670,00 pela tiragem de poste e cavação⁴⁸. O conteúdo de sua declaração mostra claramente um argumento, no sentido de se defender diante da situação da fiscalização. O colono Modesto tenta justificar a existência da serraria somente para benfeitorias no próprio lote, bem como de seus familiares, sendo o negócio com o outro colono - Horácio - um caso eventual/esporádico, embora saibamos que a montagem destas serrarias se dava no sentido de ampliar o comércio da madeira.

As relações mercantis nas quais se inseriam os colonos possuem situações muito peculiares, pois a exploração madeireira perpassou por situações que envolvia diversas formas de negociação entre colonos e não colonos. O processo de colonização e a relativa abundância de madeira na primeira zona da CAND, nos leva a pensar, em um primeiro momento, que os colonos donos de serrarias, tiravam a madeira a ser beneficiada exclusivamente de seu próprio lote. Mas as fontes nos mostram que esta madeira, em muitos casos também poderia ser negociada entre colonos, para depois de beneficiada retornar a estes, num círculo que ia alimentando o processo. Foi o caso de Paulo Gonçalves, colono que mantinha no lote 33 da quadra 28 uma serraria manual, na qual se dedicou a beneficiar madeira de angelim. Em sua declaração, consta que no tocante às atividades nesta serraria:

Não utilizou as madeiras existentes no lote que recebeu; que a madeira serrada na serraria que dirige era adquirida dos outros colonos; que pagava cem cruzeiros por cada árvore de Angelim derrubada; que vende essas madeiras depois de beneficiada a 4, 00 (quatro Cruzeiros o metro linear); que tem em estoque mais ou menos duzentos metros lineares de tabuas de Angelim⁴⁹.

⁴⁷ Termo de declaração de Modesto Gonçalves, 30/07/1951

⁴⁸ Documento datilografado, folha de pagamento de pessoal, 1950

Percebemos então que eram bastante diversificadas as formas de negociações que estes colonos desenvolveram. Com base nas fontes, percebemos que o angelim e a peroba estavam entre as madeiras mais serradas. Os preços para as tábuas de angelim variavam entre Cr\$ 3,50 e Cr\$ 4,50 o metro linear. Esta madeira parecia estar na preferência dos colonos, pois após o beneficiamento grande parte desta poderia ser vendida no interior da própria colônia, uma vez que, por razões já expostas anteriormente, os colonos tinham grande necessidade de madeira beneficiada.

Policarpo Gimenes, possuidor de duas serrarias na CAND e cuja madeira para estas também eram adquiridas de outros colonos, afirma que “as tabuas de Angelim são vendidas exclusivamente nesta Colônia a razão de Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos) o metro linear⁵⁰”. Natalino Benites, também afirmou que em sua serraria: “serra mais ou menos dois metros cubicos por semana; que essa madeira é vendida não somente para os colonos, mas também para Dourados; que o declarante só serra Angelim e que vende as tabuas ao preço de Cr\$ 4,50 (quatro cruzeiros e cinquenta centavos)⁵¹”.

Se a madeira beneficiada era comercializada em sua maioria entre os próprios colonos, a venda da madeira em seu estado bruto, isto é em toras, caracterizou a ação de outros agentes externos à CAND, estes por sua vez agiam por meio de acordos e negociações com os colonos. Nesse caso algumas empresas externas à CAND se destacaram. Duas delas que aparecem constantemente nas fontes são a Indústria Douradense de Madeiras e a Nocera & Irmão. Estas eram firmas locais, de Dourados, que talvez tivessem encontrado na colônia vantagens no tocante ao acesso à madeira. Miguel Ferreira de Carvalho possuía contrato com a empresa Nocera & Irmão, para a qual vendia grandes volumes de madeira provenientes de seu próprio lote, conforme consta em sua declaração:

Por autorização do ex-administrador Tácito Pace contratou fornecer a Irmãos Nocera, estabelecido em Dourados, trezentos metros cubicos de madeira (toras de peroba); que já entregou a referida firma cento e cinquenta metros cúbicos a razão de Cr\$ 35,00 (trinta e cinco Cruzeiros) por metro cubico; que já recebeu da citada firma (Cinco mil duzentos e cinquenta Cruzeiros) Cr\$ 5.250,00 que essa madeira equivale a cento e vinte (120) toras de peroba todas derrubadas pelo declarante em seu lote⁵².

⁴⁹ Termo de declaração de Paulo Gonçalves, 27/07/1951.

⁵⁰ Termo de declaração de Policarpo Gimenes, 30/07/1951.

⁵¹ Termo de declaração de Natalino Benites, 27/07/1951.

⁵² termo de declaração de Miguel Ferreira de Carvalho, 26/07/1950

Dessa forma, enquanto vendiam tábuas e outras madeiras para seus vizinhos e outras pessoas, os colonos vendiam também grandes volumes de madeira para estas firmas. Estes volumes eram formados por árvores inteiras e toras de variadas espécies de madeira provenientes da colônia. Porém parece que a peroba era a madeira preferida da empresa Nocera & Irmão, ou talvez esta só adquirisse toras desta espécie, pois não foi encontrado nenhum registro de outras espécies dentre as compras desta firma, mas ao contrário, todas as madeiras compradas por esta, eram árvores de peroba. Basílio Nocera, sócio desta empresa, declarou que:

Comprou madeiras do colono Benjamim Nunes, que este possuía autorização para vender 100 árvores de peroba e que a firma da qual faz parte possui vários contratos com diversos colonos para aquisição de toras de peroba, sendo que todos esses colonos, foram autorizados pelo ex-administrador Tácito Pace e pelo Assistente sr. Luiz César, conforme ordem de serviço em poder da referida firma⁵³.

⁵³ Termo de declaração de Basílio Nocera, 26/07/1951

Para simplificar a redação, com base nos documentos, montamos uma tabela que demonstra a discriminação de autorizações em poder da firma Nocera & Irmão, onde podemos visualizar, além das ordens de serviço, os nomes de colonos e volumes de madeira da espécie peroba comercializados com esta empresa:

Tabela 2 – Informações referentes aos colonos autorizados a vender madeira

| Nº da ordem de serviço | Colono autorizado a fazer a venda | Volume de madeira (peroba) |
|------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| 11 | Livínio Garcia | 300 m ³ |
| 12 | Olímpio Pereira dos Santos | 20 árvores |
| 15 | Orcírio Ferreira de Carvalho | 160m ³ |
| 22 | Benjamim Nunes Ferreira | 100 árvores |
| 24 | Pacífico Costa | 65 árvores |
| 37 | Miguel Ferreira de Carvalho | 300m ³ |
| 38 | Elias Vieira Rezende | 20 árvores |
| 38 A | Noel Martins de Souza | 50 m ³ |

Fonte: declaração de Basílio Nocera, 26/07/1951, APE/MS, Acervo: CAND

Por outro lado, se entre as compras de madeira da Nocera & Irmão, só encontramos registros de toras de peroba, com relação à Indústria Douradense de Madeiras, eram diversas as espécies comercializadas com esta empresa. O colono João Cordeiro, dono do lote 67 da quadra 5 afirmou que foi autorizado a vender para esta firma “cinquenta metros cúbicos de toras de aroeira⁵⁴”. Felipe de Mattos sócio desta declarou que:

Adquiriu inúmeras toras de madeiras diversas dos colonos desta Colônia; que esses colonos traziam autorizações verbais e por escrito; que o declarante pagava toras (arvores) de Angelim a razão de Cr\$ 50, 00 a Cr\$ 100,00, conforme o porte da árvore; que pagava toras (arvores) de peroba a razão e Cr\$ 20,00 a Cr\$ 50,00 a arvore; que as toras de aroeira e ipê eram compradas ao mesmo preço que as de peroba⁵⁵.

Percebemos que diante do episódio da fiscalização durante a administração de Ubatuba, tanto os colonos como os representantes destas empresas, alegavam que suas negociações eram legalizadas, uma vez que teriam recebido do administrador anterior – Tácito Pace – autorização para as transações, o que se dava por diversas ordens de serviço.

⁵⁴ Termo de declaração de João Cordeiro. 26/07/1951.

⁵⁵ Termo de declaração de Felipe de Mattos, 04/08/1951

Nestas era estipulado o volume de madeira que fora autorizado a cada colono comercializar, conforme mostra a tabela 2. Os dados desta tabela mostram apenas algumas ordens de serviço autorizando a comercialização com a Firma Nocera & Irmão, mas muitas outras poderiam ter existido.

Contudo, analisando a exploração madeireira de uma forma mais ampla, os colonos comercializavam suas madeiras, além destas empresas, com seus vizinhos, por encomenda, com ou sem ordem de serviço, como sugere trecho da declaração do colono Paulo Gonçalves que afirma não ter sido “autorizado por ninguém a dirigir essa serraria, que acha que está certo no desenvolvimento de sua atividade porque vê todos os seus vizinhos trabalharem no mesmo ramo de negócio”⁵⁶. Ainda Lourival Muniz, também comercializava por conta própria, sendo que as toras de madeira apreendidas em seu lote haviam sido “vendidas a João Batista Matarezo por sessenta Cruzeiros cada árvore”⁵⁷.

A ação destas empresas ajudou a desenvolver e consolidar a exploração madeireira na colônia, a qual se alastrou rapidamente, pois as fontes mostram diversas relações de compra entre colonos e estas firmas e também entre outras pessoas externas à CAND. As transações realizadas pelos colonos com estas empresas também eram marcadas por distintas situações. Não descartamos a hipótese de estas firmas de alguma forma terem encontrado certas vantagens, com relação às negociações com os colonos. Por outro lado, foram diversificadas as relações entre colonos e estas. Consta na declaração de João Cordeiro que o mesmo não efetuou negócio com a Indústria Douradense de Madeiras, por “não ter chegado num acordo com o comprador quanto ao preço pois o mesmo só queria pagar oito Cruzeiros por metro cubico e o declarante queria receber quinze Cruzeiros por metro cubico”⁵⁸.

Outra situação peculiar era o adiantamento de dinheiro aos colonos madeireiros. Na primeira zona da CAND a exploração da madeira se iniciou em decorrência da colonização, porém, muitas vezes as derrubadas se davam também com vistas ao comércio. Pois muitos colonos receberam incentivos financeiros destas empresas para investirem em derrubadas. Na declaração de Felipe de Mattos, sócio da Nocera, registra-se: “o declarante já adiantou a diversos colonos Cr\$ 44.244,60 conforme relação anexa; que o declarante em boa fé, já

⁵⁶ Termo de declaração de Paulo Gonçalves, 27/07/1951

⁵⁷ Termo de declaração do colono Lourival Muniz, 31/07/1951

⁵⁸ Termo de declaração de João Cordeiro, 26/07/1951

dispendeu essa quantia, mas que, no entanto, só recebeu uma pequena parte das madeiras correspondente a esta importância em dinheiro já paga⁵⁹”.

Ao mesmo tempo em que os sócios afirmam os adiantamentos em dinheiro aos colonos para que estes pudessem investir em derrubadas, alegam mediante a fiscalização imposta por Ubatuba que receberam apenas parte da madeira encomendada, e que, portanto ainda não receberam aquelas que ainda deveriam ser derrubadas, mas somente aquelas já derrubadas em decorrência da abertura de lotes:

Além desse dinheiro, o declarante ainda gastou para tiragem, lavragem e esplanagem das madeiras; que em geral, todas essas madeiras foram adquiridas já derrubadas (árvores mortas), sendo que, a maioria desses colonos, pretendiam plantar café nos seus lotes e essas toras, caso não fossem vendidas ou queimadas, iria travancar o terreno destinado a esse plantio⁶⁰.

Esse contexto possibilitou a intensificação da exploração, pois de imediato os colonos vendiam as madeiras decorrentes das derrubadas, mas com os incentivos financeiros por parte destas empresas, passaram a investir cada vez mais em derrubadas. Por outro lado, o adiantamento de dinheiro aos colonos fazia parte das estratégias de garantir a madeira, uma vez que dessa forma, os colonos se viam comprometidos com a entrega do produto. O pagamento adiantado, por sua vez, possibilitava ao colono a contratação de mão de obra, assim era possível em pouco tempo adquirir os volumes encomendados, pois como foi falado, outros sujeitos históricos presentes na região, como era o caso dos paraguaios, possuíam maior destreza nestes trabalhos, do que os colonos.

O comércio da madeira na CAND era uma fonte de renda significativa para os colonos. Além da comercialização no interior e ao entorno da própria colônia, esta alcançou um mercado mais amplo extrapolando os limites da região, chegando até a cidade de Campo Grande. Geraldo Thronicke, comerciante na cidade de Dourados, mas também colono, tendo por posse o lote 212 da quadra 13, em seu depoimento sobre a venda de madeira, declarou que sob respaldo de ordem verbal do ex-administrador: “fez um contrato no qual está estipulado prazo e multa, com os padres franciscanos de Campo Grande para a venda de cinquenta a sessenta metros cúbicos de madeira serrada, isto é beneficiada”⁶¹.

⁵⁹ Termo de declaração de Felipe de Mattos, 04/08/1951

⁶⁰ idem

⁶¹ Termo de declaração de Victor Geraldo Thronicke, 06/08/1951

Como já foi possível perceber, o comércio da madeira constituído pelos colonos em conjunto com outros agentes da região, foi complexo e muito peculiar. Este comércio se constituiu em uma das atividades que tiveram peso na fixação dos colonos e no desenvolvimento da economia local. Possuía amplitude ultrapassando os limites da colônia, englobando parte do estado de São Paulo, como veremos adiante. Contudo, devido a diversos fatores, os caminhos e descaminhos deste comércio, em sua maior parte se limitaram ao nível local e regional.

No momento da colonização da CAND, Dourados era uma cidade em desenvolvimento, com pouco mais de 20 anos de emancipação sendo a madeira um produto muito demandado no comércio local. Algumas madeireiras locais, já citadas, encontraram na CAND e seus colonos um meio hábil de ter acesso as mais diversas madeiras, o que fez destas empresas grandes compradoras do produto extraído da colônia. Foi dessa forma, que de acordo com as fontes, a Indústria Douradense de Madeiras e a Nocera & Irmão, parecem ter sido em âmbito local, as maiores compradoras de madeira dos colonos, pois diante do contexto de colonização, estas firmas, devem ter visto nestes grandes fornecedores de madeira a um preço vantajoso. Dessa forma, no tocante a exploração madeireira, os colonos encontraram em âmbito local grande estímulo ao seu desenvolvimento, visto que possuíam um significativo mercado local para suas madeiras.

2.4.3 – Análise da política do administrador Ubatuba

No início da década de 1950 o comércio da madeira estava bastante desenvolvido. A existência de ordens de serviço autorizando os colonos a comercializar a madeira, nos leva a pensar que a exploração do produto fosse uma atividade legalizada dentro da colônia. Porém a análise das fontes nos surpreendeu ao mostrar a ação da administração na tentativa de impor fiscalizações e proibições a este comércio. Situações conflitivas apareceram no ano de 1951 durante o mandato de Lloyd Ubatuba. Por outro lado, essa fiscalização a princípio sugere a infração de alguma lei ou regulamento, mas que até o momento, não foi encontrado nenhum registro. Com base na análise das fontes, daremos um contorno a este episódio contraditório e incerto que ameaçou o comércio da madeira na CAND.

Da implantação da colônia até então, a atividade madeireira parece ter sido uma constante, sem limites, nem barreiras e se mostrava promissora, uma vez que a maior parte do território da CAND ainda estava por colonizar. O comércio da madeira ia cada vez se

aperfeiçoando mais, os colonos negociavam com grandes madeiras da região, com seus vizinhos, bem como com outras pessoas do entorno da colônia. Todavia com o mandato de Ubatuba ocorre uma situação muito particular que se configura numa espécie de tentativa de proibir a comercialização da madeira pelos colonos. Ubatuba empreendeu uma investigação, de onde decorreram várias apreensões de carregamentos de toras da CAND, bem como a intimação de vários colonos que possuíam serrarias manuais ou comercializavam madeira.

Os caminhos pelos quais giraram esta situação, em um primeiro momento geraram uma incógnita: se diante da abundância de madeira decorrente de um processo de colonização era visível a apropriação mercantil deste produto, sendo, neste momento, inclusive uma atividade já institucionalizada, qual seria o motivo de tal proibição? O que levava Ubatuba a impor proibições aos colonos madeireiros, fazendo apreensões de toras e intimando-os a declararem suas atividades?

Alguns documentos registram a apreensão de carregamentos de toras, declarações de colonos intimados a deporem sobre a venda de madeiras e manutenção de serrarias manuais em seus lotes, solicitação às empresas compradoras destas madeiras a comparecerem na administração, dentre outros. Esta fiscalização se limita ao início do mandato de Ubatuba, datando, portanto ao ano de 1951 com meses e dias muito próximos, mostrando que de fato foi instituída uma vigilância no tocante aos caminhos da madeira. Desta resultaram vários flagrantes de carregamentos de madeira da colônia, bem como a verificação institucional dos lotes em que havia serrarias. No caso destes lotes, foram intimados os colonos ou funcionários que nestas trabalhavam, a comparecerem à administração para declararem suas atividades.

Se compreender o motivo da proibição da venda da madeira foi uma incógnita, por outro lado, estas fontes nos permitiram identificar e compreender muitos aspectos das complexas relações do desenvolvimento deste comércio na CAND, como foi mostrado no item anterior. Dessa forma, talvez nunca saibamos as respostas corretas sobre a proibição, porém das fontes que registram estes fatos podemos absorver muito sobre a exploração da madeira nesta colônia.

Percebemos que os colonos, quando intimados, estavam munidos de argumentos para legitimar seus atos. Uma das mais comuns justificativas que aparece em seus depoimentos é a de que possuíam ordem verbal do administrador anterior - Tácito Pace - para que as comercializassem. A existência de serrarias manuais em seus lotes também foi motivo das intimações. Sobre estas usavam várias estratégias, alegavam que as possuíam, mas que, entretanto, não as utilizavam para a venda de madeira, mas sim para o beneficiamento destas

para seu próprio uso e também dos parentes e vizinhos. As fontes mostram que todas as madeiras beneficiadas em lotes de colonos eram comercializadas, nesse caso, não sabendo das consequências que seus atos podem acarretar diante destas fiscalizações, os colonos tentam criar formas de se esquivar da venda e de justificar a existência das serrarias.

Dessa forma, o monitoramento feito por Ubatuba se mostrou inconsistente diante da própria realidade que possibilitava a exploração madeireira, e continuava possibilitando, mesmo que de fato houvesse quaisquer exigências. E mais ainda porque os colonos estavam munidos de fatores a seu favor, que lhes davam respaldo para continuar com suas atividades.

Embora com todas as dificuldades de infraestrutura o comércio foi amplo, a exploração ocorreu sem limites. Na verdade, com exceção da legislação sobre a colonização que exigia a preservação dos 25% da reserva legal de cada lote, não foi encontrado qualquer outro dispositivo legal que impusesse critérios, exigências ou punições à derrubada ou comercialização desenfreada da madeira na CAND.

Uma hipótese seria de que este episódio estivesse ligado a contendas políticas entre os vários sujeitos que compunham a administração da colônia. Uma vez que estas proibições se deram no momento em que um novo administrador assumiu o controle da CAND. As fontes mostram que a administração de Ubatuba por sua vez foi caracterizada por insatisfações por parte dos colonos, sendo marcada por vários momentos conturbados. Várias situações conflitivas ocorreram durante os primeiros anos do mandato deste administrador, houve grande movimentação e reações por parte dos colonos no sentido de pressionar o novo administrador a deixar o cargo.

Tais episódios eram divulgados pelo jornal *O Progresso*: “queremos relatar os acontecimentos ocorridos nesta cidade, com respeito ao movimento dos colonos pela retirada do Sr. Lloyd Ubatuba da administração da Colônia Federal” (*O Progresso*, 08 jun. 1952). Segundo registros, um grande grupo de colonos chegou a invadir a residência de Ubatuba e dar-lhe voz de prisão:

Imediatamente, saltando alguns deles deram voz de prisão ao sr. Ubatuba, dizendo: esteja preso em nome da lei...[...] Assim, com os dois prisioneiros vieram os colonos, na mais completa ordem a esta cidade, entregando-os na Delegacia de Polícia e informando que exigiam a demissão do Administrador em virtude de perseguições que estaria fazendo, não atendendo as reclamações dos colonos e sendo um homem intratável e imoral perante as famílias⁶²

⁶² idem

Fontes escritas da época também registram esse episódio, dando uma melhor visualização dos interesses e conflitos que perpassaram esta administração. No trecho transcrito temos a versão do próprio Lloyd Ubatuba sobre as situações desfavoráveis que marcaram sua administração:

Levo ao vosso conhecimento alguns colonos promoveram levante pacífico efetuando minha prisão e de uma moça que tentou alcançar-me uma arma para reagir no momento em que era preso PT previno ilustre amigo contra telegramas teriam sido passados por Armando Campos Belo VG interessado VG para sr. Presidente e deputado Licio Borralho VG pois duvido da sua sinceridade [...] Muita gente está interessada meu afastamento⁶³

Fica claro assim, que estes conflitos envolviam questões políticas e interesses pessoais, podendo até mesmo os colonos terem sido influenciados por terceiros a se rebelarem contra administração. Dessa forma, as fiscalizações no tocante à exploração madeireira poderiam estar relacionadas a estes interesses.

Impor barreiras ao comércio livre de madeira implicaria em prejuízos ao comércio local no geral e não somente aos colonos, pois nesse momento (1951), somente a primeira zona da CAND estava sendo colonizada, sendo, portanto, esta primeira zona da colônia uma grande fornecedora de madeira para a região de Dourados. Esta ideia tentavam defender os sócios destas empresas, no sentido de garantirem suas compras. Felipe de Mattos, sócio da Indústria Douradense de Madeiras, quando intimado, dá o seu parecer sobre a atitude da administração: “essa proibição de saída de madeiras da Colônia, virá afetar grandemente o município de Dourados, pois, sem essa fonte produtora de madeiras, que é a colônia, Dourados ficará praticamente sem tábuas de madeiras diversas para suas construções”⁶⁴.

Até o momento, Ubatuba parece não ter tido amparo legal em suas decisões de impor barreiras à exploração madeireira, o que por um lado reforça a hipótese de que a mesma talvez tenha sido motivada por contendas políticas. Por outro lado uma situação contraditória aparece em um telegrama enviado por este administrador à Agriterrras⁶⁵, onde o mesmo fala em contravenção e ao mesmo tempo não sabe que destino dar às madeiras apreendidas:

⁶³ Telegrama de Ubatuba para Dr. Arquimedes Manhães palácio Catete Rio D. Federal. 02/06/1952

⁶⁴ Termo de declaração de Felipe de Mattos, 04/8/1951

⁶⁵ Não foi possível descobrir a instituição. Talvez se tratasse de algum endereço telegráfico de algum órgão do governo federal.

Comunico-vos acabo de receber telegrama oficial gabinete ministro recomendando atender entrega madeiras apreendidas Industria Douradense Ltda PT face vosso numero 40 cujos termos refletem defesa patrimônio nacional esta administração pede vossa urgente interferência junto senhor ministro sentido seja esclarecida situação caótica importaria sérios gravames impedindo medidas moralizadoras para futuro PT tendo já apresentado relatório ilustrado presidente República serei forçado tornar sem efeito exposição feita naquele documento PT peço portanto confirmação sobre se devo ou não liberar todas madeiras apreendidas contravenção Lei PT⁶⁶

Embora não encontramos ainda, dispositivos legais que aplicasse exigências sobre a exploração madeireira na CAND, Ubatuba menciona, que estaria havendo infração de alguma lei, quando fala em “contravenção lei”, mas não a cita. Para, além disso, percebemos também a preocupação em fazer valer sua decisão em aplicar medidas moralizadoras. Pois mesmo, diante da sugestão do ministro, de liberar as madeiras aos exploradores, Ubatuba não cede, reforçando sua posição e preocupação em manter a ordem. Assim faz com que as madeiras provenientes das apreensões fiquem na serraria oficial, para serem serradas em benefício dos próprios colonos, segundo consta em telegrama à Agriteras:

Levo vosso conhecimento que esta administração resolveu serrar todas as toras apreendidas aos colonos e exploradores que comerciavam com madeiras pertencentes união PT muitos colonos desta CAND estão necessitados de residências e esta resolução atende perfeitamente reclamos de milhares de brasileiros sem uma habitação condigna⁶⁷

Além da intimação de colonos, neste mesmo período houve a apreensão de toras provenientes dos lotes da CAND que eram transportadas por caminhões das empresas locais citadas acima (a Indústria Douradense de Madeiras e a Nocera & Irmão). Dessa forma, como vimos representantes destas empresas também foram solicitados a comparecer à administração para prestar depoimento a respeito destas compras. Os sócios destas apresentaram argumentos na tentativa de justificar a compra, mas, sobretudo, de garantir as madeiras já encomendadas.

Vários documentos mostram que os colonos possuíam ordem de serviços para as vendas, expedidas pela administração anterior, o que de fato legitima a exploração da madeira praticada por estes e nos intrigam mais ainda no tocante às respostas que nos permitam compreender as ações da administração de Ubatuba.

⁶⁶ Telegrama de 15/08/1951 de Ubatuba a AGRITERRAS Rio D. Federal.

⁶⁷ Telegrama de 23/02/1952 de Ubatuba a AGRITERRAS

Dentre dúvidas e incertezas, o que se pode afirmar com certeza é que a tentativa de monitoramento de Ubatuba no tocante à exploração da madeira dentro da colônia se mostrou inaplicável diante da realidade. Pois com a colonização da segunda zona o volume de madeira disponível foi muito maior diante das intensivas derrubadas da maior parte da CAND. Com tamanha abundância, a retirada da madeira dos lotes era uma condição necessária ao colono agricultor e a abundância do produto exigia um destino rápido.

2.5- A exploração da madeira na 2ª zona da CAND

Em 1954 iniciou-se a colonização da segunda zona da CAND e à medida que esta avançava a madeira se tornava cada vez mais abundante. Para dissertar sobre a exploração da madeira nesta parte da colônia nos baseamos, sobretudo, nas fontes orais e memorialísticas, uma vez que foram mínimas as fontes escritas encontradas.

Com a consolidação da colonização, o comércio madeireiro alcançou seu auge, todavia a atividade com a madeira nesta parte da colônia possuiu uma história específica. Para os colonos da primeira zona era viável o comércio com a região. Já no caso da segunda zona uma situação muito particular dificultava o acesso até mesmo com a primeira zona da colônia, como veremos adiante. No tocante à colonização desta segunda zona da CAND, Naglis afirma que “a madeira se tornou um problema na ocupação dos lotes” (cf.: 2008 p. 87), isto porque esta, decorrente do desmatamento ficava exposta no terreno não podendo, ao menos de imediato, ter a mesma destinação que a madeira derrubada da primeira zona, ou seja, ser comercializada. No início da colonização esta madeira foi sendo aproveitada pelos colonos, sendo úteis na construção de suas casas simples, como já foi falado. Porém as grandes árvores que caíam sob os golpes dos machados foram se acumulando em um mesmo espaço, a tal ponto que chegaram a representar um estorvo aos colonos, que necessitavam limpar os lotes. Literalmente todos possuíam madeira para “dar e vender” (porém neste caso, dependia das condições de escoamento). O Pe. Amadori relatou que “a madeira era de graça, e os colonos davam graças a Deus quando iam lá e falavam, vai lá no meu lote tira aquela madeira de lá eu quero é plantar feijão ou queimar, mas aquele tempo tinha pouca queimada, então o que podia, aproveitava só a flor de madeira, o resto...” (depoimento do Pe. Amadeu Amadori, coletado por Ponciano em 1999).

Dessa forma a madeira que ia sendo cortada nas derrubadas ia se acumulada nos lotes, ao mesmo tempo em que os colonos a queriam tirar para iniciar os trabalhos agrícolas. Assim,

no início da colonização os colonos desta parte ficaram sem alternativas sobre o que fazer com esta madeira, pois as dificuldades de escoamento dificultavam o comércio:

As primeiras serrarias também enfrentaram muitas dificuldades principalmente falta de estradas, pois não havia como exportar a madeira para São Paulo. Ou se vendia o que produzisse por aqui mesmo ou se enfrentava recessão, o que veio a ocorrer com o aumento do número de serrarias, que não tinham como comercializar no local, toda sua produção (AZEVEDO, 1994 p. 14).

Dessa forma, ao contrário da primeira zona, os colonos do interior não tinham de imediato um destino comercial para a madeira decorrente do desmatamento, o que implicava em seu acúmulo nos lotes e em consequência dificultava a limpeza deste. Nesta segunda zona, se comparada à primeira aonde os colonos chegaram a receber incentivos para investir em derrubadas, ocorreu uma disparidade muito grande, que pode ser explicada, também pelo fator distância, pois ainda que a abundância acarretasse certa desvalorização da madeira o comércio deste produto no entorno da CAND, como já vimos, era significativo e conseguiria absorver parte desta, não fossem as dificuldades de escoamento.

A ligação desta região com a primeira zona era de difícil acesso, dependendo muitas vezes das condições naturais de tempo; em época de chuva ficava impossibilitada a passagem de um lado ao outro. No tocante ao escoamento da madeira, esta segunda zona da CAND nos primeiros anos de colonização sofreu os mesmos prejuízos da lavoura, uma vez que os transportes e estradas eram precários. Da margem direita do rio Dourados, onde foi fundada Vila Brasil, até a sede do núcleo colonial a distância era de mais ou menos 30 km, distância significativa se visualizarmos que a ligação entre as duas localidades se dava por uma estrada boiadeira ou picada e cujo tráfego por sua vez dependia em grande parte do bom tempo, uma vez que parte deste percurso era formado por várzea.

No entanto, mesmo sob imensas dificuldades, esta madeira não continuou acumulada nos lotes, os caminhões carregados com toras continuaram em trânsito levando o produto da devastação, transformando a exploração madeireira nesta parte da colônia numa atividade bastante promissora.

Por outro lado, se era difícil o transporte de madeira até Dourados, à medida que se iam aperfeiçoando as condições de escoamento na colônia, logo esta abundante madeira encontra mercado dentro e fora da colônia, chegando a outras regiões. Na década de 1960 se deu a primeira ligação do interior da CAND com a região de Presidente Prudente, por meio de uma estrada aberta a Leste com o apoio dos próprios colonos. Esta estrada, ainda que precária, representou um grande avanço para a economia local, haja vista que por meio dela estava

concretizado o transporte, não só das madeiras, mas de toda a produção dos colonos para o tão almejado mercado paulista, mais precisamente a região de Presidente Prudente. À medida que era possibilitado o escoamento destes produtos o comércio da madeira na segunda zona se consolida na região. As serrarias manuais, assim como na primeira zona, também foram constantes, pois neste local as dificuldades de encontrar madeira beneficiada eram muito maiores que aos colonos da primeira zona. Dessa forma, estes colonos também viram em seus próprios vizinhos importantes compradores desta madeira. Estas serrarias manuais foram se aperfeiçoando e rapidamente surgiram diversas outras. Sobre as serrarias relatam os memorialistas:

No início do ano de 1958, também ele montou a primeira serraria, [...] Na sequência, aí por volta de 1960, montaram também, uma grande serraria, o Paulo Nakamura, ali na saída da 5ª linha, e os sócios Diogo Ayala e José Moretti, que também montaram uma grande serraria, as margens do córrego 2 de Junho, na divisa do perímetro urbano com o 1ª lote. Depois disto, chegaram ainda o “Sebastião Gravata”, que montou uma bela serraria (AZEVEDO, 1994, p.14).

A atividade madeireira perpassou toda a história da CAND e à medida que ia se aperfeiçoando, ao lado das serrarias rústicas foram surgindo grandes serrarias e companhias madeireiras, cuja produção possuía comércio local, bem como podia ser exportada para o mercado paulista, como vimos. Todavia, nesta atividade, as serrarias manuais, por mais rústicas que fosse tiveram grande significância na economia local, pois dessa atividade dependeu a renda de muitas famílias de colonos. Além de ter rendido muitos empregos provisórios proporcionando ao colono os meios para sua sobrevivência. Sobre a atividade madeireira relata o ex colono:

Então o pessoal tem que trabalha! E como vai trabalhá? Não tem serviço, aquela época tinha muito trabalho braçal, roça mato, derruba, carpi, tira madeira, aroeira, tirei muita aroeira aqui, poste de aroeira, tudo tirava aqui. Antonces o pessoal dava serviço, outro pessoal empreiteiro chegava, aqui tinha 5 ou 6 caminhão carregando aroeira (depoimento de Belmiro Oliveira coletado por Ponciano em 1999)

Dessa forma, no interior da CAND, de uma região que não possuía destino para suas madeiras que eram empecilhos nos lotes, rapidamente, a exploração deste produto se configurou num duradouro comércio, com o surgimento posteriormente de muitas madeireiras, como fala a autora Capilé:

No setor industrial, imperava o comércio de madeira com instalações crescentes de serrarias, o que se explica pela abundância de madeira nativa então existente. Destaca-se no ano de 1960, a implantação da serraria de propriedade do Sr. Lázaro Berto Gonçalves. Logo em seguida, no mesmo ano, instalou-se a Madeireira São

Paulo, que deteve a hegemonia comercial e industrial no ramo durante muitos anos (CAPILÉ, 1999, p. 41).

Como sabemos no tocante à colonização, os colonos eram obrigados a deixar uma reserva legal de 25% de mata, o que em todo o território da CAND, em grande parte não foi respeitado. Com relação a esta segunda zona, encontramos registros que impunham algumas regras e restrições à exploração madeireira, sobre as árvores derrubadas, decretava um documento administrativo de 1955: “as toras que forem explanadas pelos colonos deverão ficar fora do leito da estrada, a administração mandará recolher todas as que estiverem a menos de um metro para fora da linha do marco”⁶⁸. Quanto à venda de madeiras pelos colonos o mesmo documento adverte: “as toras ao lado da estrada, em destoca feita pelo N.C.D. (Núcleo Colonial de Dourados) não poderão ser vendidas pelos colonos, embora estejam na frente de seus lotes. O colono que as vender responderá perante a administração”⁶⁹.

Por fim, a análise das fontes, especialmente os depoimentos e documentos escritos, possibilitou enxergar as complexidades das relações econômicas e sociais nas quais estavam envolvidos os colonos. E perceber as diversas formas da exploração da madeira na CAND. As relações comerciais se deram tanto no âmbito interno, isto é, dentro da colônia, entre os próprios colonos, como no âmbito externo, ou seja, da CAND para outras regiões, entre os colonos e comerciantes de regiões que englobavam Campo Grande e Presidente Prudente.

Ao lado de outras atividades e estratégias de sobrevivência, a exploração madeireira possibilitou uma significativa alternativa a estes colonos, pois evitou que, diante de suas dificuldades, fossem trabalhar em outras propriedades da região, vendendo ou mesmo abandonando o lote e com ele o sonho de se tornar um produtor-proprietário.

⁶⁸ De Clodomiro de Albuquerque aos colonos da segunda zona. 21/01/1955.

⁶⁹ Idem

CAPÍTULO 3

O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NA CAND: o sonho tornou-se realidade

3.1-O desenvolvimento da “agricultura de toco”⁷⁰ na CAND

Em face do novo momento que vivia a economia brasileira, a disciplina, como foi mostrado, seria o elo necessário para fazer do cidadão pobre, que aderiu à Campanha da Marcha, um bom trabalhador, aquele que pudesse com sua própria força fazer de sua pequena propriedade uma grande produtora de gêneros de primeira necessidade, mas principalmente daqueles, que serviriam como matéria prima na indústria nacional.

“A agricultura, segundo Michel Augé-Laribé, designa acima de tudo as técnicas, o trabalho agrícola recompensado pelas colheitas e os agricultores com suas maneiras próprias de viver, o que a distingue da vida urbana e industrial” (Linhares, 1997 p. 167). No SMT, logo após a construção da NOB a agricultura teve um bom desenvolvimento, no entanto este não se deu em todas as localidades, abrangendo, sobretudo o município de Campo Grande, que na década de 1920 já cultivava lavouras comerciais de café (cf.: QUEIROZ, 2004, p. 423). Dessa forma, no extremo sul de Mato Grosso no SMT a agricultura passa a ser intensificada somente a partir da CAND, momento em que a região consolida sua inserção no mercado nacional. Na verdade durante o século XVIII essa região já possuía uma fraca integração com o resto da América Portuguesa, uma vez que, com a descoberta do ouro em Cuiabá, a mesma ficou na condição de “área de passagem” entre as regiões auríferas (QUEIROZ, 2008 p. 17). No entanto o vínculo econômico com as regiões centrais do país viria no século XIX com o desenvolvimento da pecuária bovina, visto que o mercado consumidor do gado sul-mato-grossense era o Sudeste brasileiro. Ao contrário da economia ervateira (que como já foi dito vinculava-se, em sua maior parte à economia platina), para o SMT a pecuária foi uma atividade econômica que grandemente contribuiu para o início “de uma efetiva inserção, consistente e duradoura, nos circuitos econômicos nacionais” (idem, p. 22). Por outro lado, tal vinculação propiciada pela pecuária era ainda muito fraca, pois o transporte de semoventes não exigia um sistema viário que representasse uma via de escoamento efetiva, mas apenas

⁷⁰A expressão foi utilizada por Alzira Saete Menegat, porém segundo a mesma, originalmente foi usada por Santos (1991) para explicar a tecnologia rudimentar empregada durante a colonização de novas áreas agrícolas nas regiões de cerrados e Mata Atlântica. (cf.: MENEGAT, 2002, p. 269)

precários caminhos. Assim, até a implantação da CAND a ligação da região em questão com o Sudeste se dava por meio das estradas boiadeiras. Ainda de acordo com Queiroz, apesar de neste momento a pecuária constituir a principal atividade econômica da região, havia certa “diversificação produtiva”. Existia, por exemplo, a extração do sal e a cultura canavieira, isto mesmo sendo uma produção efetuada “mediante os processos mais primitivos de agricultura e fabricação” (2008, p. 26).

Sobre a agricultura, antes do século XX, tudo leva a crer que havia apenas uma fraca economia agrícola de subsistência, pois de acordo com Salsa Corrêa “no sul mato-grossense, todavia, foram precárias e insuficientes as culturas de abastecimento interno, inexistindo, na prática, a pequena lavoura” (1997, p. 108). O estudo da autora abarca a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, dessa forma, diante da falta de registros somos levados a supor que uma agricultura com vistas ao comércio fosse quase inexistente no extremo sul de MT vindo a se desenvolver somente a partir da CAND. Pois ainda de acordo com a mesma autora, o perfil econômico do SMT era caracterizado pela criação extensiva de gado, bem como pela exploração de erva-mate nativa, a partir de um modelo extensivo, de baixo nível técnico e, por isso mesmo, predatório no uso dos recursos do solo (cf. 1997, p. 108). A implantação da CAND, no entanto, em meados do século XX, contribuiu grandemente para que a realidade econômica (e não só a econômica, como foi mostrado nos capítulos anteriores) do SMT começasse a mudar, mudanças estas que formariam a base econômica do futuro estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Figueiredo, “de uma fase de indústria extrativa ervateira e pecuária dominantes, onde a própria agricultura de subsistência era insuficiente, o Extremo Sul de Mato Grosso passou a área de grande participação na produção agrícola estadual ao lado de uma pecuária renovada” (1972, p. 255).

Dessa forma, em pouco tempo e também por relativamente pouco tempo os colonos fizeram das terras da CAND o maior celeiro de uma produção diversificada, com capacidade para abastecer o mercado paulista, como notou Campos: “Mato Grosso cumpre sua capacidade de autossuficiência no domínio da alimentação” (1955, p. 45), bem como também Carmello: “a CAND constitui hoje a viga mestra da nossa economia” (CARMELLO, [s.d.], p. 19) e ainda Pompeu: “a CAND foi a porta que se abriu para o desenvolvimento e grandeza de Dourados. O progresso chegou com os milhares de colonos que estão tirando da terra a transformação que hoje constitui o slogan: Dourados cidade que mais cresce em Mato Grosso” (Ercília Pompeu, apud NAGLIS, 2008, p. 37).

Sendo assim, a agricultura na CAND organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, assim o ecossistema no qual se inseriu a Colônia era bastante propício para o desenvolvimento agrícola tão almejado pelos idealizadores do projeto. A região era privilegiada por diversos fatores, dentre eles, o relevo caracterizado em sua grande parte por terrenos planos e pelo tipo de solo: terra vermelha ou roxa, o que configurava fatores favoráveis ao desenvolvimento de uma lavoura de baixo custo, pois não era preciso correção dos solos e outras benfeitorias necessárias em áreas de cerrado. Em carta apresentando informações sobre a CAND, um de seus administradores destacou estas qualidades, afirmando: “a Colônia Federal de Dourados compõe-se de matas virgens, de terras planas, resistentes a erosão. São solos de rara fertilidade, que, pelo seu clima e altitude superior a 400 metros, se prestam a culturas variadas desde frutas europeias até o café⁷¹. A riqueza e fertilidade das terras são destacadas por vários autores. Mais uma vez Campos as destaca, considerando-as entre as melhores do mundo: “uma das maiores reservas de terras virgens de alto padrão, existentes atualmente no mundo” (CAMPOS, 1955, p. 24). Portanto, com um alto padrão de qualidade, estas terras eram “apropriadas especialmente para o café, algodão e cereais” (*O Progresso*, 21 ab. 1951 apud GRESSLER e SWENSSON, p. 96). De fato, como veremos adiante, foi significativa a lavoura de algodão e café, porém a lavoura de alimentos como milho, arroz e feijão predominou entre a cultura dos colonos.

Após o processo de preparação da terra, que consistiu, como vimos anteriormente, na retirada da vegetação e limpeza do terreno, a maioria dos colonos da CAND, mesmo aqueles que haviam buscado outras formas de subsistência, como já foi mostrado, iniciaram então os trabalhos agrícolas em terras que outrora sustentavam a mata virgem. Solos estes que ofereciam, como indicado pelas grandes matas, os nutrientes necessários para o crescimento da lavoura. Segundo Linhares a agricultura, como processo produtivo, engloba três fatores: a terra (meio ambiente natural), os homens (a população, peso da demografia) e as técnicas (as forças produtivas, no sentido restrito) (1997, p.168). Na CAND, apesar de os colonos terem desenvolvido técnicas simples, a harmonia entre estes fatores garantiu o sucesso no desenvolvimento agrícola, representado pela diversificada e abundante produção. Com técnicas rudimentares, os instrumentos utilizados pelos colonos são bastante destacados na historiografia, dentre eles os mais comuns eram a enxada, o arado manual e a matraca (informação verbal do antigo colono Cassemiro Ferro). Esta última é uma plantadeira manual, por meio da qual o colono lançava, sobre o solo já preparado, as sementes. A sua utilização

⁷¹ Carta do administrador da CAND ao Sr. N.T.C. Chin, contendo informações sobre a colônia. 26/10/1951. Arquivo Público Estadual - Campo Grande, MS. Acervo: CAND

era um grande auxílio, uma vez que por meio dela se podia controlar a quantidade de semente a ser semeada.

Quanto aos auxílios oferecidos pela administração, assim como se deu no tocante à fixação e habitação, estes se limitaram às primeiras levas de agricultores, portanto os da primeira zona da Colônia, e aos primeiros anos de plantio. As condições naturais propícias somadas às técnicas rudimentares adotadas pelos colonos, tal como a coivara, foram fatores responsáveis pelo surgimento das primeiras lavouras. Entre os auxílios oferecidos, podem-se enumerar alguns dos instrumentos extremamente necessários na agricultura de baixo nível, como era o caso da foice, do machado e da enxada, como consta em telegrama de 1951: “peço informar urgente preço de enxada vg foice vg machado pt pretendo fazer encomenda de 200 de cada mês fevereiro para distribuição aos colonos pt Saudações Tácito pace vg administrador da C.A.N.D.”⁷². As entrevistas também mostram a doação destes instrumentos no início da Colônia: “aqui era colônia, era Colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a cooperativa que hoje é a Vila São Pedro, o governo dava, quando começou, um machado, uma foice, uma enxada” (depoimento de Belmiro de Oliveira, coletado por Ponciano em 1999).

A foice e o machado eram muito utilizados na fase de abertura dos lotes, derrubada da vegetação, como mostrado em capítulo anterior. Mas a enxada, dentre estes instrumentos, talvez fosse o principal, pois era o mais utilizado na agricultura para revolver a terra, portanto indispensável nesse processo. Embora se referindo à Colônia Municipal de Dourados, existente na mesma época, Carli efetua considerações que se aplicam também ao caso da CAND:

Mesmo usando o sistema de coivara e organizando a terra adequadamente, era impossível usar outro instrumento de trabalho que não a enxada, pois permaneciam sobre a terra madeiras que não eram vendidas, os tocos e os galhos mais pesados. Portanto, a enxada se fazia necessária depois de um certo tempo, para ‘remover as ervas daninhas’. (CARLI, 2005 p. 108)

Além destes instrumentos básicos aos agricultores iniciantes, a distribuição de sementes também foi comum no início do desenvolvimento agrícola. As fontes mostraram que em meio à insuficiência de recursos da administração, a mesma, no início, distribuiu sementes diversas a seus colonos. Em ofício de 1949 encontramos pedido junto à Divisão de Fomento Vegetal de 300 kg de milho, 400 kg de arroz, 100 kg de algodão, 80 kg de alfafa e

⁷² Telegrama de Tácito Pace, administrador da CAND a Sadalla, Campo Grande – MT. 19/01/1951

80 kg de trigo para serem distribuídas aos colonos⁷³. Estas variedades de sementes mostram que na CAND se desenvolveu uma economia policultora, desde os primeiros anos de seu desenvolvimento.

Várias requisições de passagens de agrônomos e assistentes da CAND em viagem para a compra de sementes mostram os esforços da administração para impulsionar o desenvolvimento das primeiras lavouras. Um exemplo destas é a passagem requisitada ao agente da NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – para o sr. Luiz Egydio de Cerqueira Cesar, assistente da Colônia, o qual viajaria de Maracaju a Araçatuba com o objetivo de adquirir sementes para distribuição aos colonos⁷⁴. Em outro documento, Jorge Coutinho Aguirre, administrador da CAND, pedia o transporte, por meio da mesma ferrovia, de 20 sacos de sementes de trigo de Campo Grande até Maracaju⁷⁵.

Os depoimentos dos ex-colonos também mostraram os esforços da administração, ao menos de início, no sentido de atender aos colonos em suas necessidades iniciais. Dona Diva afirmou: “quando começou entrar esse povo lá na serraria, ali o governo [...] dava semente, dava de tudo e dava dois anos para comer de graça”. (depoimento de Diva soares, coletado por Ponciano em 1999). Embora já comentado em capítulo anterior, vale lembrar aqui, que “serraria” é o lugar onde se iniciou o desenvolvimento da Colônia, tendo recebido essa denominação na memória dos colonos, devido à instalação da serraria oficial. Atualmente trata-se do distrito de Indápolis.

Analisando as fontes, inferimos que a doação de sementes era o mínimo que a administração podia fazer para impulsionar o desenvolvimento da agricultura na Colônia, uma vez que os colonos, de imediato, não contavam com recursos para comprá-las. Por outro lado, percebemos que a administração não contava com recursos suficientes para atender a todos os colonos e nem para atendê-los por muito tempo. Vários são os documentos que demonstram uma situação financeira desfavorável à aquisição de sementes e implementos necessários, com uma verba insuficiente, além de várias dívidas para com os fornecedores: “comunico-vos que, até o dia 15 do corrente mês, esta administração terá saldado todas as suas dívidas, com a

⁷³ Ofício nº 63 “Pedido de material”. Do administrador da CAND ao Diretor da D.T.C. 11/06/1949

⁷⁴ De Jorge Coutinho Aguirre, administrador da CAND, ao Agente da NOB. Requisição de uma passagem de ida em primeira classe de Maracaju a Araçatuba. 01/09/1949

⁷⁵ Aguirre ao agente da NOB. Requisição de transporte de sementes de trigo de Campo Grande a Maracaju. 16/03/1949

verba do primeiro semestre, havendo assim, normalizado a sua situação financeira perante os fornecedores da Colônia”⁷⁶.

Pelas fontes consultadas, sabe-se que, de fato, a maioria dos colonos se dedicou à agricultura. No entanto, muitos não tinham, na verdade, prática no trabalho agrícola, conforme a fala do ex-colono: “eu não trabalhava na terra, eu era carpinteiro, mas eu sempre admirei a agricultura, então eu vim parar aqui” (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). Além disso, a maioria não tinha conhecimento das peculiaridades da região, no tocante, por exemplo, às características climáticas, tipos de pragas etc. Por outro lado, supõe-se que para a pequena lavoura, como era o caso da CAND, não fosse necessário grandes experiências, pois não se utilizavam técnicas avançadas, com métodos mecanizados e outros, mas o contrário, o processo utilizado para o cultivo era simples. Por outro lado, o cultivo de qualquer produto requer do agricultor um mínimo de experiência.

A falta de maiores recursos, somada à falta de experiência do agricultor, implicava em certa queda da produção, como publicado em matéria do jornal *O Progresso*, onde a mesma apontava como um dos fatores negativos, “a falta de prática do agricultor de Dourados, que não usava os venenos adequados e acabava perdendo terreno, por não deixar a distância correta entre as plantas” (cf.: *O Progresso* 10 jun. 1951). Na agricultura mecanizada, as máquinas fazem muito daquilo que os agricultores teriam de fazer, como é o caso de medir a distância entre as plantas e também a distância entre as ruas, ou a quantidade de semente a semear, mas no caso da região em estudo, a agricultura só alcançou tal estágio na década de 1970, visto que tal método é utilizável na agricultura em grande escala (sendo justificável, neste novo período, pois nele tivemos a parcial substituição da policultura pela monocultura). No caso da CAND, a agricultura contava com baixo nível técnico, o que exigiria mais experiência por parte do agricultor.

Com uma técnica de preparação do solo de baixo nível e uma ajuda imediata por parte da administração, se desenvolveram as primeiras lavouras dos colonos. Mas na agricultura não são só os aspectos relacionados à fertilidade da terra e a plantação que são considerados; mas uma série de fatores se fazem necessários até a colheita e para uma boa safra. Pois o trabalho maior se tem quando as sementes germinam fazendo nascer assim as pequenas plantas que mesmo em terras férteis dependem de cuidados específicos para crescerem. Dentre estes, destaca-se a prevenção e tratamento com defensivos agrícolas, que incluem os

⁷⁶ Ofício s/n de Lloyd Ubatuba, administrador da CAND a D.T.C. 06/11/1951

agrotóxicos: inseticidas, fungicidas, formicidas e outros. No tocante a estes defensivos a CAND parece ter vivido um grande problema, muitas vezes ficando as lavouras sem os cuidados necessários, pois o colono pobre não contava com recurso para investir em sua própria lavoura, necessitando que esta fosse financiada para reembolso na colheita. No entanto, devido aos problemas já citados a administração não tinha condições para financiar a produção dos colonos, e nem contava com sistemas de créditos para este fim.

Se por um lado a terra era fértil e “dava de tudo”⁷⁷, por outro lado, inúmeras foram as dificuldades destes colonos para manter suas roças. Diante desse quadro de insuficiência de recursos, alguns fatores específicos foram cruciais para aumentar as dificuldades dos colonos e os prejuízos às suas lavouras. Dentre estes fatores, as diversas pragas que atacavam as lavouras e a impossibilidade de adquirir os agrotóxicos corretos e em quantidades suficientes foram alguns dentre os grandes problemas enfrentados pelos colonos. Vários são os telegramas que registram pedidos de inseticidas, formicidas e fungicidas extremamente necessários à prevenção e ao combate às pragas das culturas dos colonos. No tocante a infestações, a cultura do algodão parece ter sido a mais prejudicada como mostram as diversas fontes: “dentro em breve prazo, será iniciado o combate às pragas dos algodoads que estão sendo plantados em grande escala nesta CAND”⁷⁸. O jornal *O Progresso*, um dos grandes divulgadores da CAND e que sempre fazia a cobertura de seus acontecimentos, registrou a grande safra de algodão no ano de 1951, chamando-o de “ouro branco”, destacando certo prejuízo na lavoura devido à falta de combate às pragas: “fomos informados de que a colheita poderia ter sido maior, se os lavradores tivessem dado combate ao percevejo rajado e a lagarta rosada” (jornal *O Progresso* 10 jun. 1951).

Entre os documentos da época, foram encontradas várias notas e pedidos de inseticidas para combaterem as pragas dos algodoads, o que mostra a ampla dimensão do problema. Ao lado dos percevejos e lagartas que atacavam as plantações de algodão, vinha também o ataque das formigas, que também comprometiam a lavoura, conforme registrado em ofício da época: “acrescento, com este ofício, outro pedido de veneno para o combate às formigas, sem o qual talvez fosse inútil o emprego de pulverizações contra lagartas. Isto porque se não

⁷⁷ Assim se referiu Ubatuba a respeito da CAND em carta a E.T.C. Chin, Cx. Postal 50, Sta. Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. 26/10/1951.

⁷⁸ Ofício nº 239 “Combate às pragas dos algodoads”. Do administrador da CAND ao diretor do D.T.C. 19/10/1951

combatermos imediatamente o ataque de formigas às plantas novas, não encontraremos o que pulverizar”⁷⁹.

Somado a este quadro preocupante, no ano de 1953 os colonos enfrentaram uma situação específica e bastante desfavorável à lavoura do algodão, trata-se da infestação de gafanhotos sofrida pela região. Várias fontes registram a constante presença destes insetos, conforme telegrama da época: “nuvem gafanhotos devastam culturas colonos, já prejudicados recente geadas PT não dispondo recursos técnicos e materiais necessários combate praga VG solicitamos providências urgentes PT”⁸⁰. Com relação às pragas, a infestação de gafanhotos parece ter sido a mais preocupante, cujo combate tornou necessária verdadeiras mobilizações e campanhas para que juntos os colonos salvassem as suas lavouras. As fontes mostram uma situação bastante alarmante, bem como a preocupação de todos – administração e colonos – no tocante ao combate aos insetos. Chamam atenção as quantidades de venenos registradas nas fontes, as quais chegavam a toneladas e eram aplicados com a cooperação voluntária dos próprios colonos⁸¹.

Não se sabe ao certo os fatores de tão grande infestação, todavia, segundo Pebayle e Koechlin, a intensificação do desmatamento pode “manifestar graves desequilíbrios também na fauna, com possíveis repercussões econômicas consideráveis” (1981, p. 30-31). Os autores prosseguem explicando: “com efeito, a destruição das formações vegetais que abrigam numerosas espécies de predadores (aves de rapina, carnívoros, insetos) pode provocar a multiplicação, sem possibilidade de controle natural, de espécies danosas à agricultura (roedores, pássaros granívoros, insetos fitófagos)” (idem, p. 31). Além desse desequilíbrio que pode ocorrer em consequência da alteração da flora, na colonização das terras da CAND tivemos exemplos diretos de destruição de algumas espécies, fato que pode ser observado pelas frequentes matanças de onças pintadas, conforme mostrado no capítulo primeiro.

Esta situação caótica, que englobava as constantes ameaças de perdas da lavoura e a falta de recursos suficientes para a prevenção, somada à falta de experiência do agricultor, acabava favorecendo a prática de rituais ligados à religiosidade popular, que, aliás, era bastante forte na região. Assim, era comum os colonos recorrerem ao benzimento – muito difundido nas regiões interioranas do Brasil – na esperança de salvarem suas roças. Sobre o

⁷⁹ Ofício nº 247. Do administrador da CAND ao diretor do D.T.C. 23/10/1951

⁸⁰ Telegrama da CAND à AGRITERRAS – Rio. 29/09/1953

⁸¹ Telegramas de Clodomiro de Albuquerque, administrador da CAND à AGRITERRAS – Rio. 27/10/1953; 03/11/1953; 04/11/1953

fato, em matéria intitulada: *algodão e Superstição*, registrou *O Progresso*: “mandam benzer a lavoura para livrá-la das pragas. O benzedor apresenta-se como um salvador. Lança os olhos sobre a lavoura e pronuncia palavras cabalísticas. Mas o resultado não aparece” (cf.: *O Progresso*, 17 fev. 1952).

Além destes fatores que exigem prevenção por parte do agricultor, a lavoura depende em parte da própria natureza, em nada podendo aquele interferir, quando se trata de secas, chuvas e de geadas. Na região da grande Dourados, a julgar pelas fontes, pelo menos na década de 1950 eram constantes e intensas as geadas, somando mais um agravante ao lado dos fatores que prejudicaram a lavoura dos colonos. As geadas prejudicavam, sobretudo a cultura do café, como se verá adiante. No entanto, mesmo com todos estes problemas que acarretavam perdas sensíveis, os índices de produção eram elevados e havia estímulos comerciais, como se falará adiante, o que gerava boas expectativas aos agricultores iniciantes.

Embora com informações limitadas, as fontes indicam a existência de uma cooperativa na Colônia, tratava-se da Cooperativa Mixta da CAND. No entanto, pela limitação de fontes, não conhecemos a dinâmica dessa cooperativa. De acordo com notícia de *O Progresso* a mesma destinava-se a “abrigar os colonos da Colônia Federal, vendendo seus produtos e oferecendo-lhes os gêneros de primeira necessidade a preços mais baixos” (*O Progresso*, 09 março 1952). De fato o Sr. Abdias Lima da Silva, gerente da cooperativa, em entrevista ao mesmo jornal em 1952 afirmou: “já foram vendidos 9.800 sacos de feijão e esperamos uma grande produção de arroz e feijão na safra da seca” (idem). No entanto, as informações são insuficientes e não sabemos ao certo em que medida esta cooperativa auxiliou os colonos no tocante ao armazenamento e venda de sua produção. Sabemos que a mesma era responsável pela distribuição de instrumentos agrícolas e ferramentas necessárias à pequena propriedade, como era o caso de foices, machados, arames farpados e enxadas, como já citados acima.

A análise das fontes, especialmente das entrevistas, nos induzem a pensar que no tocante ao armazenamento os colonos não puderam contar com a ajuda da administração, pois constantemente afirmam que a falta de armazéns também acarretava perda na safra: “ali eu via descarregar diversos caminhões de feijão, desamarrava o saco, carregavam na sacaria e despejava na beira da rua, na beira da estrada, lá o feijão ficava, jogavam porque o feijão não tinha preço” (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). Não tinha preço devido à grande oferta e nem armazéns nos quais os grãos pudessem ser estocados, dessa forma, os colonos muitas vezes perdiam boa parte das safras de gêneros alimentícios. Portanto percebemos que a ação da cooperativa no tocante à venda da produção

dos colonos foi bastante limitada, se restringindo aos primeiros anos de desenvolvimento da CAND. No início da década de 1950 a mesma cooperativa contava com apenas 700 membros, os quais receberiam ainda suas cadernetas de associados, no entanto diversos documentos da época registram relação nominal de colonos requerendo a inclusão de seus nomes na lista de associados desta cooperativa⁸², o que reflete a necessidade destes em poder contar com um auxílio nos negócios da lavoura.

O início da agricultura para os colonos da CAND, como vimos, foi marcado por grandes dificuldades que incluíram a falta de armazéns para estocagem dos grãos, a falta de recurso financeiro para manutenção da lavoura, a falta de implementos agrícolas para o plantio e colheita, sendo estes, feitos por um processo manual. Contudo, tais dificuldades não impediram o pequeno produtor rural de concretizar o seu sonho, pois o principal estímulo para estes colonos desprovidos de qualquer recurso era a terra, tão almejada e pela qual enfrentaram a epopeia da migração; uma vez nela fixados, o restante se ajeitava. E assim, se “ajeitando”, contando com a pouca ajuda inicial por parte da administração, ganhando a semente ou comprando-a com a renda de outras atividades temporárias, as lavouras iam tomando corpo, se desenvolvendo de forma rápida tomando o lugar outrora coberto por mata.

3.2 - Produção e comercialização: destaque para os gêneros comerciais do café e algodão

A forma tradicional e rudimentar com a qual os colonos se relacionavam com a terra representava um baixo custo na produção. Mesmo em meio às muitas dificuldades a CAND produziu grandemente diversificados gêneros alimentícios e matérias primas industriais. Dentre os produtos cultivados, houve aqueles que tipicamente são conhecidos como gêneros de subsistência: trata-se do arroz, do milho, da mandioca e do feijão. Por outro lado, os gêneros tipicamente comerciais, são aqueles que, supostamente, seriam plantados tendo em vista, prioritariamente, não o consumo próprio, mas a colocação no mercado. Trata-se, no caso, principalmente do *algodão* e do *amendoim* (matérias-primas demandadas pela indústria do sudeste), além do *café*, o qual segundo Queiroz, apesar da queda sofrida em 1929, desempenhava ainda um importante papel na economia brasileira (2008, p. 57). A CAND não só produziu todos estes gêneros como também, em menor quantidade, muitos outros como a alfafa, o trigo, o alho e a cana.

⁸² Diversos requerimentos manuscritos de colonos à Cooperativa Mixta da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Dourados – MT. 1951.

Todavia, a maior parte da produção dos colonos era de gêneros alimentícios básicos ou lavoura de cereais, dentre eles os tais produtos de subsistência citados acima, como bem relata Lima, um memorialista da região de Glória de Dourados, município surgido da segunda zona da CAND: “dentro de poucos anos, a produção agrícola aumentou de maneira espetacular, principalmente em milho, arroz e feijão, em quantidade tamanha, que se tornou o maior celeiro deste e de outros estados, como São Paulo” (LIMA, 1982 p. 11).

Por outro lado, apesar da produção em menor quantidade, alguns produtos típicos de uma agricultura comercial tiveram presença significativa entre a produção dos colonos. Tratava-se, principalmente do algodão, do café e do amendoim, este último mais frequente na segunda zona. De imediato, a produção destes gêneros cultivados exclusivamente para o comércio se fizeram presentes em quantidade maior na primeira zona, o que se explica pelas condições de escoamento, precária em toda a Colônia, mas mais grave em seu interior.

Desta forma, o café, apesar de ter sido um dos produtos mais prejudicados com as geadas da década de 1950, foi um dos primeiros produtos com vistas ao comércio cultivado pelos colonos, conforme fala de D. Lair, ex-colona: “aí então meu pai plantou café até uma época, quando ele perdeu todo o dinheirinho que ele trouxe, plantando esse café e a geada queimando, aí ele resolveu passar para outro plantio, deixou um pouquinho de café e ficou plantando milho e feijão” (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999).

Como já pôde ser observado, a existência desta Colônia, que era um projeto governamental, foi um estímulo para o surgimento de empreendimentos particulares voltados à agricultura. Dentre estes empreendimentos se destaca um que muito investiu na cultura do café, trata-se do empreendedor Geremias Lunardelli, conhecido como o “rei do café”. Estudando a região do SMT, Campos afirma: “grandes blocos dessas matas são de terras apropriadas para a cultura do café. Vimos cafezais em produção no município de Dourados. Plantas com idade de três anos, mais ou menos, apresentam aspecto impressionante” (1955, p. 23). Dessa forma, estamos de acordo com os memorialistas, quando afirmam que a CAND veio despertar a riqueza adormecida de Dourados, atraindo diversos empreendimentos particulares que ajudavam a desenvolver economicamente a região.

Ainda no tocante ao café, as fontes mostraram grandes quantidades de sementes do produto plantadas no início da década de 1950. Ainda no ano de 1949, quando a Colônia passava a receber migrantes de forma mais intensa, o agrônomo Rafael Lino Souto Maior foi

designado a orientar a plantação de café sombreado na CAND⁸³. É importante também frisar que a esta cultura se dedicaram especialmente os japoneses, conforme se constata na fala de “seu” Antônio:

Então aí veio aqueles japoneses que vieram para a terceira linha, que vieram diretamente do Japão para a terceira linha cuidar de umas terras e transformar em terras de café ali e aí formaram café. Aí na terceira linha, aquela japonezada que hoje ainda tem muitos lá, eles vieram do Japão, direto do Japão para cultivar o café (depoimento de seu Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999).

“Seu” Antônio Vicente se refere aos colonos japoneses da Colônia Matsubara, localizada próximo ao atual município de Vicentina e já citada no primeiro capítulo. As geadas, que a julgar pelas fontes eram intensas durante a década de 1950, parecem ter sido um grande problema à cultura do café, acarretando inúmeros prejuízos aos agricultores. De acordo com D. Lair: “a geada de 55 que deu aqui, foi uma enorme geada e nós perdemos muito cafezal, e aí vem vindo, depois ele cansou de plantar café porque a geada vinha e queimava, porque não é igual agora, que a gente vê a geada fica até assustado, aqui geava todo ano, maio e junho” (depoimento de Lair Nunes Araujo, coletado por Ponciano em 1999).

Na CAND, por ser o café uma cultura perene, foi muito mais cultivado do que o algodão, uma vez que durante toda a existência da Colônia cultivava-se café, produto demandado no mercado regional e nacional, enquanto que o algodão, por ser cultura temporária, teve maior produção no início da década de 1950. Na segunda metade da década de 1960 o produto, juntamente com o amendoim, também foi bastante cultivado na segunda zona, como veremos adiante.

Concomitante à cultura do café, as fontes mostram que o cultivo do algodão em Dourados alimentou boas expectativas nos colonos, o que fez com que estes se dedicassem a essa cultura. O jornal *O Progresso* trazia como manchete, em 1951, a seguinte notícia: “empolga Dourados a grande safra de algodão”, acrescentando ainda: “a falta de combate às pragas impediu que a produção atingisse cifras ainda maiores” (cf.: *O Progresso*, 10 jun. 1951).

O mesmo jornal divulgava ainda a existência, na região, de firmas compradoras do produto, como era o caso da Mercantil Dourados Ltda. que comprava grande quantidade de algodão pagando um preço vantajoso, e ainda da Anderson Clayton, conforme registrado na

⁸³ Ofício nº 97 “dispensa de função”, do administrador da CAND - Jorge Coutinho Aguirre - ao diretor da Divisão de Terras e Colonização, 25/11/ 1949.

matéria: “indiscutivelmente a mais poderosa compradora da praça, que espera comprar mais 80.000 arrobas da presente safra” (idem).

A existência destas firmas, bem como a divulgação positiva mediante as propagandas jornalísticas, geravam um clima de otimismo no tocante à lavoura do algodão. Este quadro aparentemente favorável ao comércio estimulou o fomento desta cultura entre os colonos, impulso este que se deu por meio da distribuição de sementes do produto por parte da administração da Colônia. Dessa forma, mesmo sob a falta de estradas e de transportes foi intenso o cultivo de algodão na CAND. Em outubro do ano de 1951 o plantio já chegava a mil sacos de sementes⁸⁴, dois meses após, esta quantidade havia dobrado, conforme registrado em telegrama da época: “aproveito comunicarmos-vos já foram plantados 2.200 sacos sementes algodão campineiro PT esta administração assim procedendo atende patrióticos objetivos dessa chefia a quem pede todo apoio para garantir desenvolvimento trabalho salvando promissoras colheitas PT”⁸⁵.

As ligações entre o SMT e a região de Presidente Prudente, destino do algodão produzido na CAND, eram bastante dificultosas, pois ainda não havia estradas em boas condições. Sobre a precariedade das estradas, Inagaki observa que “no Estado de São Paulo elas eram razoavelmente conservadas, porém, após atravessar o Porto XV, no Estado de Mato Grosso, eram precárias ou, como se dizia na época, estavam sendo ‘abertas no peito’. Eram estradas chamadas de carreteiras ou boiadeiras, sem qualquer sinalização ou avisos” (2002, p. 116). Mesmo com estas dificuldades o algodão foi cultivado em grande escala na CAND, principalmente no início da década de 1950. Na década seguinte, com todo o interior da Colônia praticando a agricultura, os colonos passaram a investir mais nesta cultura em decorrência da melhoria das vias de escoamento, como veremos adiante.

Em meio à insuficiência de auxílio por parte da administração, os colonos iam encontrando formas de desenvolver e negociar suas lavouras, mesmo que para isto fosse necessário se sujeitar aos intermediários. Assim fizeram grande parte dos colonos, principalmente no que toca à lavoura do algodão. Sem condições de escoar o produto, os colonos se envolveram em transações com agentes externos à Colônia, os quais compravam as suas safras.

⁸⁴ Ofício nº 238. “Máscaras contra tóxicos”. Do administrador da CAND Lloyd Ubatuba ao Ministro da Agricultura 19/10/1951

⁸⁵ Telegrama de Lloyd Ubatuba a AGRITERRAS, Rio. 15/12/1951

As empresas da região citadas acima, principalmente a Anderson Clayton, não só compravam a produção dos colonos, como também chegaram a financiar alguns deles, oferecendo os implementos necessários à garantia de uma boa produção. Tais transações, todavia, não contavam com o apoio da administração da CAND, a qual sempre reagia à ação destes, conforme mostra a transcrição abaixo:

Gerente firma Anderson Clayton desta praça sem consentimento desta administração financiando alguns colonos possuidores de plantações de algodoads PT tal procedimento revela interesse garantir aquisição produção envolvendo colono simples vg trabalhador vg honesto e inexperiente sobretudo em transações com as quais esta administração vg vigilante contra os tubarões vg não concorda por um princípio de decência e responsabilidade⁸⁶.

Ubatuba, administrador da Colônia, reage à ação dos intermediários que buscam lucrar com o trabalho dos colonos. Por outro lado, a Colônia não possuía recursos suficientes para garantir uma boa produção, bem como o seu escoamento. Embora frequentemente os colonos tivessem sucesso em suas colheitas, as lavouras exigiam investimentos, o plantio de algodão, como vimos, exigiu muitos cuidados e recursos, principalmente na aquisição de agrotóxicos contra os pulgões, lagartas, gafanhotos etc. Portanto, a fertilidade das terras e o bom tempo eram suficientes para garantir a germinação e o crescimento da lavoura, mas nem sempre era o bastante para garantir uma boa colheita, exigindo investimentos que por sua vez demandavam recursos financeiros que os colonos não possuíam. Dessa forma, ainda que houvesse especulação por parte destas empresas, aceitar o financiamento era uma alternativa para que muitos colonos pudessem obter sucesso em sua produção garantindo a venda de suas safras.

Por ser o algodão um produto exclusivamente comercial, o escoamento era um fator crucial nesse contexto, sendo seu destino unicamente as áreas industriais do Sudeste, conforme assinalou Aguirre: “o sucesso da Colônia estava em sua ligação com a região oeste do Estado de São Paulo”⁸⁷. Esta ligação se tornava mais urgente em se tratando de matérias primas industriais, as quais não possuíam comércio local. Dessa forma, ter uma boa colheita nada significava se não houvesse condições de escoá-la. Como se sabe, com exceção das “estradas boiadeiras”, a estação de Itahum era até então a única via de escoamento para a produção da CAND. Todavia, mesmo o caminho entre as duas localidades não se fazia sem

⁸⁶ Telegrama de Ubatuba a AGRITERRAS, Rio, D. Federal. 18/03/1951

⁸⁷ Relatório do primeiro administrador da CAND – Jorge Coutinho Aguirre – apud GRESSLER E SWENSSON, 1988, p. 85)

grandes dificuldades. A estrada que ligava Dourados a Itahum não possuía boas condições, eram 60 km que se prolongavam por sua precariedade, tornando o transporte mais difícil e custoso.

Em telegrama de 1951, Ubatuba informa ao governador do estado de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, o início e término dos trabalhos de “raspagem” nessa estrada⁸⁸. A melhoria desta era fator crucial para possibilitar o tráfego dos caminhões que, à época das colheitas, principalmente do algodão, “viajam ininterruptamente levando o produto até a estação de Itahum, a cerca de dez léguas” (cf. *O Progresso* 10 jun. 1951). Apesar de todas estas dificuldades, ao menos no início da década de 1950 a citada estação foi importante para o escoamento de grandes safras da produção da CAND, sendo necessário, somente no ano de 1951, “5.000 viagens só para o escoamento da safra de algodão” (*O Progresso*, 21 de abr. 1951 apud GRESSLER e SWENSSON p. 96).

A Colônia não possuía condições de atender a todos os colonos, restando-lhes como alternativa os intermediários. Ao que tudo indica, a CAND atendia apenas os colonos associados na Cooperativa Mixta, é o que podemos apreender da fala de Abdias Lima, gerente da mesma, publicada em *O Progresso* no ano de 1952:

A nossa organização foi presidida por um técnico especializado e hoje a cooperativa está devidamente registrada no Rio de Janeiro, em condições de obter os favores que a lei faculta a essas instituições, como isenção de impostos e redução de 50% nos fretes das estradas de ferro. Por outro lado a produção da Colônia está cada vez mais animadora estamos esperando agora uma produção de 150.000 arrobas de algodão [...] A nossa produção está sendo transportada por caminhões que o administrador da Colônia pôs a nossa disposição para esse serviço reduzindo a nossa despesa e ao mesmo tempo, podemos colocar os produtos compensadores eliminando os intermediários (*O Progresso*, 9 mar. 1952).

A CAND não possuía caminhões suficientes para fazer o transporte de todos os colonos, dessa forma, possuindo melhores condições, se destacam os intermediários, surgindo em meio às dificuldades, como única solução aos colonos, no que toca ao comércio de seus produtos. Estes atravessadores, por sua vez, viram neste contexto uma forma de lucrar, mediante a especulação com a volumosa produção dos colonos.

Estas firmas atuavam à medida que a administração deixava a desejar. A atuação da cooperativa oficial da Colônia parece ter sido bastante limitada, uma vez que já em 1952

⁸⁸ Telegrama de Lloyd Ubatuba administrador da CAND a Fernando Corrêa da Costa. 12/06/1951.

contava com pouco mais de 700 membros (cf. *O Progresso*, 9 marc. 1952). A falta de maior assistência ao colono abriu espaço para o investimento especulativo de outros agentes. As fontes mostraram que, mesmo sob a reação administrativa, a rede de comércio formada pelos colonos e os atravessadores foi uma alternativa para que os agricultores pobres sem recursos pudessem, além de garantir boas colheitas, também vender a sua produção. Nesse sentido, diante da falta de opção e sob “iminente perda” das colheitas, parece ter havido certa cooperação entre a própria CAND e as firmas compradoras das lavouras comerciais dos colonos, conforme sugere telegrama de 1952:

Colonos comparecem diariamente solicitando sacaria de algodão VG visto firma Anderson Clayton VG autorizada Banco Brasil receber produtos VG não dispor sacos necessários atender volume produção solicitamos D.T.C. interceder junto banco sentido providenciar urgente iminente perda produção VG queda chuvas VG trazendo graves prejuízos colonos assinado AGRITERRAS Dourados⁸⁹.

A transcrição mostra ainda outros problemas enfrentados pelos colonos, como a falta de armazéns para estocagem dos produtos, tornando urgente a comercialização. Esta urgência implicava na desvalorização e no aumento da especulação.

Muitas vezes a própria administração, que tentou combater a ação dos intermediários, acabava por se submeter à sua atuação quando lhe era conveniente. Algumas vezes a administração aceitava o fornecimento de implementos das firmas locais, por um preço supostamente vantajoso. Foi o caso da compra de inseticida da firma Anderson Clayton, a um preço mais vantajoso que a D.T.C., como foi o caso do inseticida Fenatox 40%, oferecido pelo D.T.C. a Cr\$ 20.00 e pela Anderson a Cr\$ 18,74⁹⁰.

Embora os colonos não estivessem inseridos nos moldes predominantemente capitalistas de produção, o capitalismo não fica de fora nesse processo, mas faz-se presente ainda que de longe, extraíndo o lucro do produto do camponês. Ele se faz presente, sobretudo, pela presença e atuação dos intermediários, os quais oferecem os produtos industrializados aos colonos, certamente a preços elevados, na mesma medida que compram a sua produção agrícola a preços desfavoráveis. Martins comenta que, no mundo do camponês da fronteira,

O mercado é constituído pelos precários terminais de uma rede de aquisição de produtos agrícolas ou extrativos, adquiridos basicamente em trocas de outros

⁸⁹ Rádio AGRITERRAS, Dourados a AGRITERRAS, Rio D. Federal. 26/07/1952

⁹⁰ Ofício nº 257 “Aquisição de sementes”. Do administrador da CAND a D.T.C. 06/11/1951.

produtos, sobretudo industrializados, que chegam ao camponês por preços várias vezes multiplicados em relação aos grandes centros urbanos (2009, p. 161).

3.2.1- Consumo e comercialização: destaque para a “lavoura branca”

Como podemos ver, o fator escoamento foi responsável por grande parte dos prejuízos no tocante à exportação dos produtos cultivados na CAND. Além destas culturas aqui consideradas comerciais, os colonos cultivaram em grande quantidade as culturas tipicamente conhecidas como de subsistência, também chamadas pelos colonos de “lavouras brancas”: milho, arroz, feijão, mandioca e outros, conforme diz D. Lair: “milho e feijão, a lavoura branca como o povo fala, milho, feijão, essas coisas assim” (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999). Apesar da produção significativa do algodão e do café nos primeiros anos da década de 1950, foram os gêneros alimentícios que predominaram na produção da Colônia. Diante das dificuldades enfrentadas pelos colonos, aqueles gêneros se destacam por serem destinados tanto ao consumo como à venda, por meio do excedente. A grande colheita de feijão no ano de 1952 foi manchete de *O Progresso*: “calculada em 6.000 sacas a safra de feijão” (cf. *O Progresso*, 4 maio 1952); na safra de arroz e milho de 1953 registra-se em telegrama da época a colheita de noventa e seis mil sacos de arroz com casca e cento e cinquenta mil sacos de milho⁹¹.

Estes gêneros alimentícios, ao contrário dos produtos essencialmente comerciais, foram cultivados em grandes quantidades em toda a Colônia, ao passo que o algodão e o café, a princípio, eram cultivados em maiores proporções apenas na primeira zona, vindo a serem cultivados na segunda zona, juntamente com o amendoim, somente na década de 1960, como se verá adiante. Todos esses gêneros, tanto as matérias primas industriais quanto os alimentos, eram cultivados concomitantemente pelos colonos da CAND. Em matéria intitulada: *Otimista a lavoura douradense neste ano*, foram expostas as boas expectativas para o ano de 1953, no tocante à produção dos colonos: “Dourados terá uma ótima colheita, quer seja do arroz, do milho, do feijão, quer seja do algodão e já do prometedor Rei Café” (*O Progresso*, 3 mar. 1953).

Os gêneros agrícolas alimentícios, ao contrário das matérias primas industriais, possuíam duas destinações: a própria subsistência das famílias de colonos, como também a colocação no mercado, o que tornou vantajoso o investimento nestes produtos, os quais,

⁹¹ Telegrama Rádio Lloyd Ubatuba para AGRITERRAS, Rio. 11/02/1953

diante da impossibilidade ou dificuldade de escoamento, poderiam ser comercializados na região, conforme fala do Sr. Abdias Lima da Silva, gerente da cooperativa da colônia, publicada em jornal no ano de 1952: “acabo de regressar de Campo Grande, onde fui vender produtos da colônia tendo conseguido vender o feijão a Cr\$ 210.00 a saca e o milho a razão de 95,00 a saca” (cf.: *O Progresso*, 09 mar. 1952).

Todavia, devido à grande oferta, bem como a outros fatores já citados, como era o caso da falta de estradas e de transportes e conseqüentemente a dependência dos intermediários, os colonos enfrentaram maiores dificuldades na venda destes gêneros. Havia constantemente uma superprodução que se perdia devido à impossibilidade de estoque. Na época de chuvas era o momento mais crítico, pois causava grandes prejuízos aos agricultores, pois o comércio ficava impossibilitado pelas estradas intransitáveis; os intermediários com seus caminhões não conseguiam chegar até a produção, que estragava devido à umidade e outros fatores, como afirma o ex-colono Ivo: “precisavam jogar fora, estragava tudo, milho, você via aquele tanto de milho na roça, sem ninguém querer aquilo, ninguém comprava não, era uma fartura terrível, perdia demais, e aqui todo mundo tinha aquilo, ninguém queria, e também não tinha estrada para vim para cá buscar nada”. (depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Ponciano em 1999). “Seu” Ivo se refere ao interior da Colônia, onde estes problemas se agravavam, conforme também relata Azevedo: “as lavouras que colhiam tinham pouco valor, principalmente pelas longas distâncias e dificuldades de escoamento, pois não havia estradas” (cf.: 1994, p. 32).

Diante desse quadro de instabilidade quanto à comercialização da produção de alimentos da colônia, bem como das iminentes ameaças de perdas, a venda na própria região mais próxima era uma alternativa, conforme mostra documento da época, onde um dos administradores propôs à D.T.C. um entrelaçamento da CAND com a 9ª Região Militar a fim de que esta pudesse adquirir os gêneros alimentícios dos colonos; ao mesmo tempo frisava a vantagem no negócio, uma vez que estavam dispensados os serviços dos intermediários: “não será necessário aqui expor os benefícios para ambas as partes, visto que está implícita a grande vantagem do desaparecimento dos intermediários”⁹².

Embora os colonos possuíssem mercado local para seus alimentos, este não conseguia absorver toda a farta produção. No caso das matérias primas industriais, a forte demanda do Sudeste compensava as grandes dificuldades no tocante às vias de escoamento para exportá-las, como vimos acima. Porém o mesmo não se dava no tocante aos alimentos, uma vez que,

⁹² Carta de um dos administradores à D.T.C. sem data.

segundo os depoimentos, o Estado de São Paulo poderia adquirir estes produtos de outros estados mais próximos e que possuíam melhores sistemas viários: “daqui para São Paulo o frete ficava muito mais caro; São Paulo comprava feijão que vinha do Paraná, que ficava mais perto, estradas melhor, daqui para chegar no Porto XV⁹³ era um absurdo” (depoimento de Antônio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). Assim como Inagaki e tantos outros autores, os relatos de memorialistas e os depoimentos, também destacam a precariedade das estradas da região de Dourados até o Porto XV. Estas dificuldades foram sentidas em maior proporção à medida que a CAND se desenvolvia ao interior e se distanciava da estação de Itahum.

Além dos produtos já apontados aqui, na CAND foram cultivados, em menor quantidade, vários outros que também se destinavam tanto ao consumo quanto ao comércio. Tratava-se da mandioca, (da qual se fazia a farinha) do alho, da alfafa e da cana de açúcar. Sobre a alfafa, as fontes mostraram uma pequena frequência do produto nos lotes da primeira zona e nenhum registro do mesmo nos lotes da segunda zona, (cf. MENEZES, 2008) o que nos leva a supor que, por ser um gênero pouco demandado no comércio regional, os colonos do interior da CAND não a tenham cultivado, ao menos em valores significativos. Já na primeira zona encontramos alguns registros da produção comercial de alfafa, todavia a análise das fontes nos leva a crer que este gênero tenha sido cultivado em poucas quantidades, insignificante se comparado à de outros produtos destinados exclusivamente ao comércio, como o café e o algodão. Pelo que entendemos, a cultura da alfafa foi cogitada a partir do interesse em atender a uma demanda específica da 9ª Região Militar, que também era compradora da produção dos colonos, como sugere documento da época:

Ainda uma cultura de real interesse para as autoridades militares, é a da alfafa, que neste local dá em média 8 (oito) cortes anuais, produzindo abundantemente, mas que não temos nos interessado em seu fomento, dado a falta de mercado aqui, porém a região militar, consome anualmente quantidades enormes e que vêm de outros estados por preços mais elevados. Poderíamos fomentá-la caso haja interesse, de modo que ficassem os regimentos abastecidos e com vantagem econômica⁹⁴

⁹³ O Porto XV de Novembro foi fundado às margens dos rios Paraná e Pardo, ainda no início do século XX, quando se buscava uma ligação entre o antigo sul de Mato Grosso e o estado de São Paulo. Teria sido fundado por Manuel da Costa Lima e seus companheiros, os quais no dia 15 de Novembro encontraram o local apropriado para o porto pluvial. Com a fundação (1941) e emancipação (1953) de Bataguassu, a localidade se torna distrito deste município.

⁹⁴ Carta do administrador da CAND ao Ministério da Agricultura. Sem data.

Embora com frequência muito limitada, há indícios da presença do produto desde os anos iniciais do desenvolvimento agrícola da Colônia. Em meio a outros pedidos de materiais agrícolas e sementes à D.T.C. registra-se em ofício de 1949 o pedido de 80 kg de sementes de alfafa⁹⁵. Em pesquisa anterior o produto aparece com uma frequência de fato insignificante com relação aos demais gêneros, sendo cultivado em apenas 13% dos lotes, de um total de 774 lotes recenseados (MENEZES, 2008).

Outro produto que teve uma presença significativa na CAND foi a mandioca, da qual os colonos fabricavam a farinha. Embora considerada um produto tipicamente para a subsistência, na Colônia a sua destinação contemplou de forma significativa tanto o consumo como a venda. Ao mesmo tempo em que a farinha de mandioca foi bastante consumida pelos colonos também foi comercializada, juntamente com outros derivados. O grande consumo de farinha explica o significativo cultivo da mandioca em toda a colônia. Na mesma pesquisa citada acima, ao contrário da alfafa a mandioca era cultivada em mais 60% no mesmo total de lotes (idem). Segundo Azevedo, no interior da Colônia, durante os primeiros anos agrícolas “dentre outras culturas a da mandioca para o fabrico de farinha foi uma das que mais se destacaram com elevado número de produtores. Em todas as linhas havia grande número de farinheiras”⁹⁶ (1994, p. 32).

A análise das fontes sugere que além do consumo a farinha de mandioca possuía mercado garantido: “as farinheiras naquele tempo não davam grande lucro, mas era uma das poucas opções econômicas para o pequeno produtor” (idem, p. 33). Azevedo fala especificamente do interior da CAND, o que sugere que o mercado para esta farinha girava internamente e no entorno da própria colônia. Pois se comparado ao café, ao amendoim e ao algodão, o cultivo de mandioca nos lotes apresenta uma baixa frequência para um gênero comercial em grande escala. Por outro lado, esse mesmo cultivo se torna elevado se destinado apenas à subsistência. Portanto essas observações acrescentadas ao grande número de farinheiras espalhadas pelo interior da CAND sugerem um comércio local bastante significativo. A própria origem da maioria dos colonos talvez seja um dos fatores que

⁹⁵ Ofício nº 63 “Pedido de material”. Administrador da CAND ao Diretor da D.T.C. 11/061949

⁹⁶ Farinheiras eram os lugares onde se fabricavam produtos derivados da mandioca, dentre eles a farinha e a fécula, ou polvilho. Eram fábricas rudes, movidas a braços ou animais cavaleares. Segundo Azevedo eram montadas em um grande galpão onde havia uma roda de grande circunferência, presa a um eixo vertical enorme, tudo em madeira. Os animais trabalhavam em circunferência, fazendo girar este eixo, que por sua vez, através de uma correia de couro cru torcido, movia o “bolinete” que era provido de serrilhas que ralavam as raízes de mandioca (cf.: Azevedo, 2004, p. 32-33).

explicam o grande consumo da farinha, uma vez que esta era bastante consumida pelos nordestinos em geral.

Com base nas fontes já trabalhadas anteriormente (MENEZES, 2008) é interessante notar que nem todos os lotes da CAND produziam gêneros que pudessem também ser destinados à subsistência. Em muitos lotes, por exemplo, aparecia o milho, mas não havia o arroz ou o feijão. Estes dados, somados a outros indícios, como o grande número de farinheiras no interior da CAND, a dificuldade de escoamento, nos permitem supor que houvesse entre os próprios colonos um comércio local representado por trocas de produtos agrícolas. Pois chama a atenção o fato de uma boa quantidade de lotes não apresentar produção de gêneros de subsistência. No entanto, ainda não encontramos fontes que nos permitam maiores aferições.

3.3- A agricultura na 2ª zona da CAND

Como já vimos no início deste trabalho, a CAND, por ter ficado dividida em duas zonas, apresentou desenvolvimento desigual e específico em cada uma delas. Assim como as demais atividades, a agricultura também apresenta suas particularidades com relação a estas duas áreas. Tendo sido colonizada a partir de 1954, quando a primeira zona já estava em avançado estágio de desenvolvimento, esta segunda zona sofreu em maiores proporções a falta de auxílios por parte da administração. Estendendo-se à margem direita do rio Dourados, esta área apresentou problemas bem mais graves de estradas e transportes, não havendo vias de escoamento diretas, isto é sem precisar retornar a Dourados e desta encaminhar a produção à estação de Itahum. Como citado anteriormente, é nesta área que se encontra a maior parte da colônia, ou seja, os 199.000 ha de terras localizados à margem direita do rio Dourados.

Os colonos da primeira zona, de imediato, receberam muitos estímulos para que se dedicassem às culturas tipicamente comerciais, o que não ocorreu no caso da segunda zona, onde as maiores dificuldades de escoamento nos primeiros anos de desenvolvimento agrícola fizeram com que a produção dos colonos fosse caracterizada, em sua maior parte, pelos gêneros alimentícios já citados, os quais, além do comércio, supriam também as necessidades de consumo das famílias de colonos.

No tocante às vias de escoamento, a NOB (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil), por meio da estação de Itahum, ainda era a melhor alternativa no que toca ao escoamento da produção de Dourados. De fato, da mesma forma que desembarcaram na CAND muitos

migrantes, a estação, por relativamente pouco tempo, acabou servindo como uma via de escoamento da volumosa produção da colônia.

No entanto, se a NOB favoreceu o transporte da produção dos colonos da primeira zona, não podemos dizer o mesmo com relação à segunda, cujas distâncias inviabilizavam esse transporte, pois a citada estação ficou muito distante dessa área. É nesse sentido que Queiroz assinala a “situação relativamente desfavorável desse ramal, um tanto excêntrico em relação ao núcleo agrícola constituído pela CAND”. O autor explica: “essa colônia, de fato, estendeu-se a leste da cidade de Dourados, enquanto a estação de Itahum foi estabelecida cerca de 60 km a oeste da cidade” (2004, p. 453). Dessa forma, quanto mais ao interior mais distante da principal via de escoamento mais próxima de Dourados. A própria ligação entre estas duas áreas, isto é, a primeira e a segunda zona, apresentava grandes dificuldades, sendo em parte caracterizada por várzea, comumente chamado pelos colonos de *varjão*. Enfim, no tocante a estradas, transportes e escoamento, os colonos da segunda zona enfrentaram uma situação muito mais grave como registram os memorialistas: “a única e precaríssima ligação que tínhamos era com Dourados, através de caminho aberto a braços humanos onde havia terríveis atoleiros, dentre os quais, os famosos travessão da Onça, o do Guassu e o varjão de Vila Brasil” (AZEVEDO, 1994, p. 59).

No entanto, quando havia bom tempo, isto é, com chuvas regulares, era possível, ainda que sob muitos obstáculos, o transporte de produtos até Dourados de onde eram encaminhados para os compradores. Muitos desses colonos negociaram a produção entre pessoas de Dourados e também na região como, por exemplo, em Campo Grande a um preço relativamente baixo com relação aos preços oficiais. O baixo custo de investimento, as boas colheitas e a falta de armazéns para estocagem possibilitaram a estes colonos oferecer o produto a um preço baixo, fator que garantia alguma venda no comércio local evitando que perdessem boa parte da safra.

As fontes indicam que, ao contrário dos colonos da primeira zona, estes não puderam contar com a ajuda da administração, no tocante a sementes e defensivos agrícolas necessários, até porque o processo se deu tardiamente em relação à implantação da CAND e sabemos que a ajuda oficial, fosse ela de qualquer natureza, se limitou às primeiras levas de migrantes. Os colonos da segunda zona fazem parte das últimas levas de migrantes (PONCIANO, 2006, p. 89).

Mesmo diante desse quadro de insuficiência de recursos, os colonos puderam desenvolver uma grande produção de alimentos, da qual acabavam perdendo grande parte

devido aos problemas já citados e que agora se agravavam com as maiores distâncias. Diante da dificuldade de escoamento, a estocagem dos grãos seria uma alternativa de manter os produtos por mais tempo, até que houvesse condições de comercializá-los, todavia a falta de armazéns ou de qualquer condição de armazenamento comprometia as colheitas, que expostas à umidade e até mesmo às chuvas pereciam mais rapidamente.

Em meio a este quadro de dificuldades, nesta segunda zona uma das instâncias que chama atenção e que constitui uma especificidade desta área está relacionada à sociabilidade dos colonos, os quais, relativamente isolados e sem alternativas, puderam desenvolver sua lavoura contando com uma cooperação mútua. Dessa forma, a reciprocidade era característica marcante entre esses colonos. Esta característica foi importante para a sobrevivência do grupo enquanto pequenos produtores rurais. Talvez a cooperação no trabalho dos colonos se desse em virtude do baixo nível técnico adotado por esses agricultores, que, desde o plantio até a colheita, contavam com um processo manual, possibilitando assim a interdependência entre eles. Essa característica pôde ser apreendida, principalmente, da observação e análise das fontes orais, as quais permitem visualizar certas subjetividades com relação ao modo de vida destes colonos. Essas qualidades do agricultor simples da pequena propriedade podem ser melhor visualizadas por meio da fala da ex-colona Lair Nunes, que relata qual era a estratégia dos colonos, nos momentos de necessidade, como por exemplo, na época da colheita do milho e do feijão:

Aí plantamos milho e feijão, o milho nós mesmo que batia ele, não é igual hoje com batedeira, o milho a gente quebrava todo o milho, na hora de bater tinha feito de madeira, chamava cabrita, feito de madeira, era duas forquilha, fechado de tábua de um lado e de outro, botava o milho ali dentro, descascado o milho, e ali batia de lá e de cá, batendo com um pau, e o milho descia para baixo, e o sabugo ficava dentro, e era assim. Nós fazia mutirão, reunia a vizinhança, cada um ajudava o outro sabe, na época da bateção do milho [...] Feijão também naquela época não tinha máquina de bater feijão (depoimento de Lair Nunes, coletado por Ponciano em 1999).

O sistema de mutirão, contando com a união de todos em torno de um objetivo comum, era uma alternativa diante da necessidade da colheita, da falta de sistemas mecanizados e das inúmeras dificuldades para desenvolver a agricultura. Percebemos que essa cooperação entre os colonos era necessária para assegurar o produto do trabalho destes, uma vez que estavam todos na mesma condição de pequenos produtores, dividindo as mesmas dificuldades.

No início da preparação do terreno, como vimos em capítulos anteriores, o trabalho era feito exclusivamente pelos homens, por se tratar de um trabalho mais pesado: queimada da vegetação, a destoca (retirada dos tocos das árvores derrubadas) e etc. No entanto, a partir da roça já formada, entrava o trabalho conjunto da força familiar, onde esposa e filhos se uniam em torno da lavoura que representava a continuidade da fartura da vida no campo. Azevedo comenta que, na fabricação da farinha para ser comercializada, “um grande número de mulheres, moças e crianças, trabalhavam nos serviços de raspar mandioca; prensar a massa, extrair o polvilho” (1994, p. 33). Os filhos de colonos, ao entrar na pré-adolescência já eram contados como força de trabalho na roça. Era na época da colheita que essa força de trabalho era mais requisitada.

Outra característica desses pequenos agricultores foi a criação de pequenos animais que ajudavam na alimentação da casa. Era comum a criação de suínos e aves, dentre elas as galinhas. A criação destes pequenos animais é chamada de “miunça”⁹⁷ e ajudava muito na providência da casa. Assim como em toda economia camponesa, foi constante em toda a extensão da CAND, porém talvez tenha sido mais significativa na segunda zona, em virtude da maior dificuldade no acesso a produtos industrializados. Dessa forma, com a criação desses animais, os colonos tinham a carne para a “mistura” da refeição, a banha de porco que, além de substituir o óleo, era utilizada para fazer sabão e que também poderia ser comercializada entre os vizinhos. A própria venda de galinhas e porcos era uma alternativa para suprir algumas pequenas necessidades da casa nos momentos de urgência. Sobre a criação desses pequenos animais e a “fartura” que eles representavam comenta o ex-colono Ivo:

Tinha muita fartura, minha mãe mesmo na época que eu era criança, nessa época que nós viemos para cá, que eu tinha 8 anos, minha mãe teve tempo de ter 400 cabeças de galinha no terreno, aquilo era ovo dentro de casa, que a gente não ligava para aquilo não, as galinhas chocava para lá e chegava com os pintos, não tinha doença, esse negócio de ficar pondo remedinho para pintinho, as galinhas chegava com tonelada de pintinho e criava tudo, porco? Meu pai tinha uma porcada que não tinha essa história de remédio não, era uma água lá no cocho de madeira, era feito de madeira o cocho, de cedro (depoimento de Ivo de Araújo, coletado por Ponciano em 1999)

Dessa forma os colonos iam encontrando formas de transpor as dificuldades impostas pela falta de recursos e de infraestrutura. Todavia, as dificuldades na comercialização e no

⁹⁷ Que significa criação de pouco valor, genericamente engloba caprinos, ovinos, suínos e aves. cf.: GONÇALVES JÚNIOR, Osvaldo. *Entre bois e cabras: uma visão histórica sobre mentalidades e valores nos sertões*. Artigo publicado em *Estud. hist.* vol.24 no.47 Rio de Janeiro Jan./Jun 2011. ISSN: 0103-2186. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862011000100003&script=sci_arttext. Consultado em 18/02/2012

próprio desenvolvimento da lavoura na segunda zona não se estenderam por muito tempo. Logo surgiriam novas estradas que ligassem o interior da CAND diretamente ao sudeste, aumentando assim as expectativas dos colonos diante das novas possibilidades de escoamento. Dessa forma, a ausência de gêneros essencialmente comerciais não predominou por muito tempo, a partir da década de 1960 os colonos começaram a investir em culturas exclusivamente destinadas ao mercado, como foi o caso do algodão, do café e também do amendoim. Isto foi possível devido às transformações no que tange aos sistemas viários brasileiros. A partir dessa década têm-se certa melhora nas rodovias, enquanto as ferrovias vão perdendo sua importância. Desse modo, como já foi demonstrado por outros trabalhos, logo o transporte rodoviário assumiria o papel principal no que tange à economia da CAND (CASALI, 2002). Pois como vimos, a colônia possuía capacidade de investir grandemente nas culturas comerciais demandadas pelo Sudeste brasileiro, porém não o fazia devido à precariedade no sistema de escoamento.

A melhora das estradas de rodagem, bem como a construção de novas estradas, possibilitou um menor custo no transporte da produção da colônia, principalmente quando esta foi se expandindo para o interior (isto é, no rumo leste, em direção a São Paulo), pois assim não mais compensava o transporte da carga até Itahum se poderiam fazê-lo por outra via mais curta e mais rápida e, portanto, menos custosa (CASALI, 2002).

Quando a colonização atingiu a altura dos atuais municípios de Glória de Dourados e Jateí, ficou praticamente impossível qualquer escoamento por meio da NOB, pois as distâncias e dificuldades eram desanimadoras, uma vez que estas regiões estavam mais próximas da região oeste de São Paulo. Iniciaram-se então mobilizações para uma ligação urgente com São Paulo, de acordo com a fala do Pe. Amadeu:

Começou Glória também, e Jatei, e aí veio e começou a se interessar a ligar com São Paulo por aqui, em vez de ir por lá, que era tudo terra, buraco e natureza, vamos por aqui que era mais fácil, a gente mesmo abria passagem, tinha uma pequena passagem no lombo de burro, depois veio a terra, mais ainda, cascalhada (depoimento do padre Amadeu Amadori, coletado por Ponciano).

O Pe. Amadeu diz “por aqui” se referindo a um caminho direto dessas localidades com o estado São Paulo, ao invés de “ir por lá”, ou seja, retornar a Dourados e utilizar a estação de Itahum. A abertura de um caminho com condições relativamente boas era a única solução para o escoamento da produção destes colonos, mesmo que ainda tivessem que se sujeitar ao trabalho dos intermediários. De acordo com as fontes, a abertura desta estrada era um sonho para os colonos e uma necessidade não só para estes, mas para todos os envolvidos nas

colonizações particulares da região. A atual cidade de Nova Andradina, na época, estava em plena colonização pela Cia. Moura Andrade, dessa forma as fontes indicam que uma estrada foi aberta, depois de muita mobilização e reuniões, por parte de todos os interessados. Esta mesma estrada corresponde atualmente à rodovia 376, sobre a mesma, comenta mais uma vez o Pe. Amadori: “essa estrada aqui (linha do Barreirão) foi aberta para poder comercializar com o estado de São Paulo, em vez de ir lá, pela cooperativa, vila São Pedro, pela estrada ruim, então vamos abrir aqui” (depoimento de Pe. Amadeu Amadori, coletado por Ponciano em 1999).

A tão sonhada estrada, por sua vez, teria sido aberta com a ajuda da companhia Moura Andrade, bem como também dos colonos da CAND, conforme relata Azevedo, memorialista da região de Glória de Dourados, e que, segundo suas memórias, teria participado ativamente na abertura da estrada, conforme relata:

Na ponta de lá, o Moura Andrade comandou, com seus homens e máquinas, pois ele era muito poderoso. Na margem direita do Rio Ivinhema, o Ruy de Toledo Pizza, a que veio logo se juntar o grande Reynaldo Massí dono da SOMECO. Na ponta de cá, nós, com 1.500 colonos, armados de enxadões, foices e machados, ajudados pelo prefeito Vivaldi de Oliveira, com 1 trator e 1 motoniveladora (1994, p. 60).

Dessa forma esta estrada, ainda que bastante precária inicialmente, representou para os colonos da CAND um grande progresso em seu desenvolvimento agrícola, conforme registra o mesmo autor memorialista: “na colheita de algodão de 1962, isto é no mês de março, iniciamos o transporte de algodão para São Paulo, por esta estrada, apesar das dificuldades de uma rudimentar balsa de madeira, para transpor o Rio Ivinhema” (idem, p. 61). Complementando a fala de Azevedo, o Pe. Amadeu relata: “primeiro eles plantavam feijão, milho, depois começou a plantar algodão, era muito algodão, que ia para São Paulo” (depoimento do padre Amadeu Amadori, coletado por Ponciano em 1999).

A partir de então, os colonos passam a produzir em maior quantidade, o algodão. Sobre a produção da colônia, D. Diva diz que inicialmente “plantar algodão eles não plantavam, eles plantavam arroz, feijão, milho, café, começaram a plantar café, depois é que começaram a plantar o algodão” (depoimento de Diva Soares, coletado por Nilton Ponciano em 1999). Segundo Belmiro, “antigamente aqui o negócio que trabalhava mais aqui era arroz, era gado, muito pouquinho algodão, muito pouquinho, depois o algodão plantou bastante, plantou até agora quando veio a soja, aquela soja grande primeiro, cortava de facão, aí depois

que veio a máquina”. (depoimento de Belmiro, coletado por Nilton Ponciano em 1999). O fato de os colonos apontarem os gêneros alimentícios, como os primeiros produtos cultivados e só depois se dedicarem a outras culturas, de fato se explica pelas condições precárias de escoamento. No entanto, com a melhora destas, por meio da abertura de novas estradas, os colonos passaram a investir em culturas essencialmente comerciais, além do algodão teve grande impulso a cultura do amendoim.

Não encontramos registros da produção de amendoim na primeira zona da colônia, por outro lado, sabemos do cultivo em proporções significativas desse produto na segunda zona, conforme relata seu Antônio: “naquela época era plantado muito amendoim, naquela época ninguém sabia o que era soja, plantava muito amendoim” (depoimento de Antonio Vicente Rodrigues, coletado por Ponciano em 1999). De acordo com o jornal *O Candango*, publicado em Glória de Dourados, o amendoim poderia ser plantado duas vezes ao ano, em setembro e fevereiro – época mais crítica: “na primeira época, denominada ‘das águas’ o plantio é feito em setembro. O plantio da seca, realizado na primeira quinzena de fevereiro, oferece grandes riscos, quando as chuvas se tornam escassas, por conseguinte, com reflexos negativos na produção” (*O Candango*, 18 jul. 1970).

FOTOGRAFIA 5: Colheita de amendoim, interior da CAND, década de 1960.



FONTE: Museu Virtual, Prefeitura Municipal de Fátima do Sul. Disponível em: <http://www.fatimadosul.ms.gov.br/museu.php>

José de Azevedo, em suas memórias, destaca a produção de amendoim no interior da CAND a partir da década de 1960:

Dentre outros produtos que produzíamos, fomos muito destacados em amendoim, de cuja oleaginosa, fomos os maiores produtores do estado. Em épocas de colheita, muitas vezes tivemos o belo e majestoso espetáculo de caminhões carregados com altas cargas de amendoim, formando uma fila ininterrupta (AZEVEDO, 1994, p. 84).

Segundo o mesmo autor, no ano de 1971 somente o município de Glória de Dourados produziu 1.630.000 sacas de 25 kg de amendoim (idem). A lavoura do amendoim, embora fosse um gênero essencialmente comercial, contou com as mesmas técnicas manuais, do plantio até a sua colheita. Assim como no cultivo dos gêneros também destinados à subsistência, a participação da família, inclusive dos jovens e das crianças, foi importante para o sucesso das lavouras.

FOTOGRAFIA 6: Colonos colhendo amendoim, década de 1960, interior da CAND



FONTE: Museu Virtual da Prefeitura de Fátima do Sul. Disponível em <http://www.fatimadosul.ms.gov.br/museu.php>

Mesmo após a emancipação do Núcleo Colonial em 1968, na prática a colônia continuou existindo, a policultura se prolonga até a década de 1980, quando a diversificada produção das pequenas propriedades passa a concorrer com a agricultura mecanizada que avança em todo o SMT.

3.4-Agricultura de subsistência, agricultura familiar, agricultura do excedente: algumas considerações teóricas

Embora a expressão “agricultura familiar” seja usada para um contexto mais recente, mais especificamente a partir dos anos 1990, com a implantação do Pronaf (cf.: GARCIA Jr; HEREDIA, 2009 p. 215), a sua prática é antiga, à medida que pode ser usada como sinônimo de agricultura camponesa, no sentido de que tanto uma como outra designam pequenos produtores agrícolas que usam a força de trabalho da família, produzindo para um mercado local e regional, além de retirar da produção a sua própria subsistência. Para Castro et al: “por pequena produção, campesinato, produção de subsistência, produção familiar, etc. (termos usados muitas vezes na literatura como conceitos similares), entende-se o seguinte fenômeno social: unidades de produção organizadas com base no trabalho familiar”. (2002, p. 20).

Estas e outras expressões são usadas constantemente para caracterizar a agricultura da CAND, uma vez que a mesma exigiu o trabalho de toda a unidade familiar. Todavia, são comuns alguns equívocos e generalizações com relação às economias camponesas. Com relação à agricultura desenvolvida na CAND ela frequentemente tem sido classificada como de subsistência, isto porque, como dito anteriormente, a maioria de sua produção era de produtos tipicamente destinados à subsistência. Embora seja apenas uma questão conceitual, não raro faz-se uma visão equivocada da prática, vendo-a como uma agricultura na qual os colonos produziam somente para sua subsistência, vendendo esporadicamente aquilo que sobrasse da produção. Desta forma, ela pode ser confundida com produção para o autoconsumo, embora Grisa e Schneider afirmem que as duas concepções não são termos sinônimos, como costumeiramente são utilizados: “produção para a subsistência é mais ampla que autoconsumo. Enquanto este pressupõe somente o que é consumido pela família, aquela envolve ainda a produção destinada à circulação mercantil, a partir da qual são adquiridos recursos igualmente importantes para a reprodução social” (2008).

Nesse sentido, as economias camponesas nos mais diversos contextos históricos possuem suas especificidades e diversificações, dessa forma, o termo subsistência é um tanto problemático, uma vez que dá margem a equívocos e generalizações. Garcia Jr. e Heredia, em seu estudo sobre *campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil*, denominaram de “lavouras com alternatividade autoconsumo/venda” (cf.: GARCIA JÚNIOR; HEREDIA, 2009 p. 234) as culturas que em seus mais variados aspectos são produzidas para a subsistência e também para o comércio. A “alternatividade” seria a preferência por culturas que sejam destinadas tanto ao consumo quanto ao comércio. Grisa e Schneider dizem que “faz parte das estratégias dos camponeses aproveitarem esta característica em situações de preços favoráveis ou tratando-se de alimentos perecíveis” (2008).

Martins, por sua vez, denomina de “economia do excedente” as economias camponesas de área de fronteira que não estão totalmente inseridas na economia de mercado, mas que também não são destinados somente e exclusivamente à subsistência. Na prática a agricultura do excedente seria o que costumeiramente chamam de agricultura de subsistência. Este tipo de agricultura é comum na frente de expansão; como já dito no capítulo 1 a CAND possuía muitos aspectos típicos dessa frente, um destes relaciona-se às relações de produção, constituídas sob as dificuldades decorrentes das vias de escoamento, pois de acordo com Martins:

Onde a distância do mercado não viabiliza a extração da renda capitalista da terra, o camponês terá que organizar sua economia em outras bases. Ele terá que produzir e assegurar seus próprios meios de vida. Com isso, poderá vender seus produtos como excedentes, e não como produtos cujo preço de venda pelo produtor esteja eventualmente baseado numa contabilidade de custos, como ocorre na atividade organizada em bases empresariais (2009, p. 158).

Vendendo seus produtos como excedentes, os colonos não estariam simplesmente vendendo o que sobrou da produção que supostamente seria destinada à sua subsistência, mas estavam comercializando um produto que foi cultivado também para tal fim, ou seja, o excedente era calculado pelos produtores, pois de acordo com o mesmo autor:

O excedente não é o resto ou a sobra. Não se trata de que o agricultor assegure para si e sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou, embora isso possa ocorrer. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e, sobretudo, **quanto plantar** e até onde plantar, está organizado a partir da idéia de que, do que planta, uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente **deveria ser produzido** para troca ou comércio (2009, p. 159-160; destaques meus).

Dessa forma, por meio de uma agricultura que possuía vultosos excedentes comercializáveis, a CAND obteve sucesso no tocante à concretização dos ideais do projeto que a criou, no sentido de desenvolver a pequena propriedade. A colônia e seus colonos de fato intensificaram a agricultura na região e mesmo que ainda não estivessem inseridos em uma economia de mercado, pois a comercialização das matérias primas industriais foram prejudicadas pela falta de escoamento, sem dúvida lançaram as bases para esta.

Por outro lado, a menor presença de gêneros comerciais na CAND não significa que não tenha havido, em certa medida, uma agricultura comercial, tendo em vista que, embora houvesse dificuldade de encaminhar produtos para a região de São Paulo, os satisfatórios excedentes foram comercializados também na região. As fontes comprovam que os gêneros alimentícios foram produzidos em grande escala, isto é, muito além das necessidades dos colonos e suas famílias, conforme relatam os colonos e memorialistas: “produzia-se em grande quantidade milho, feijão, arroz, mamona e principalmente farinha de mandioca” (AZEVEDO, p. 59). “Lá meu pai trabalhava com lavoura, ele plantava arroz, feijão, plantava um bananal e vendia uma carrada de banana, tinha cana, tinha fartura que só vendo, plantava feijão, não tinha preço, era jogado na estrada, tinha muito alimento, tinha fartura, hoje não tem mais” (depoimento de Dulce Fernandes de Oliveira, coletado em 1999 por Ponciano).

Nesse sentido é revelador também um documento da época registrando estatística em que consta índice de produção vendida na primeira zona da CAND, no início da década de 1950: “milho: 4.440.000 kg; feijão: 690.000 kg; arroz: 750.000 kg e farinha de mandioca: 840.000 kg”⁹⁸. Observando que estes valores excluem a produção consumida no local.

Gressler e Swensson também afirmam: “a queda dos preços do café em 1962 e a grande geada de 1965 forçam a erradicação de grande parte dos cafezais, proporcionando o desenvolvimento intensivo de uma agricultura comercial, representada principalmente pelo cultivo de arroz, milho, amendoim, feijão, algodão e mandioca, tendo em vista o abastecimento do mercado da região sudeste” (1988, p. 97). A geada de 1965 de fato parece ter sido decisiva para o comprometimento da cultura do café no SMT. Todavia, outros fatores parecem ter colaborado para o quadro. Pebayle e Koechlin destacam uma queda nos preços do café já “a partir de 1952, bem como uma série de adversidades climáticas que culminaram na forte geada de 1965” (cf. 1981, p. 15). Desta forma a agricultura comercial na CAND não foi formada somente pela produção dos gêneros *tipicamente* considerados comerciais, mas por todos os que eram cultivados e vendidos na região. Mesmo sabendo das difíceis ligações da Colônia com o seu principal mercado (o Sudeste), com base nas informações referentes à produção pode-se afirmar que a CAND produzia excedentes que poderiam, em princípio, ser encaminhados para atender à demanda do mercado do Sudeste. Mesmo em meio às grandes dificuldades de transportes no início da década de 1950 volumosas sacas de algodão foram encaminhadas à região de Presidente Prudente. No entanto, os problemas de escoamento, a dependência dos intermediários, estão entre os principais fatores que impediram que a agricultura na CAND se inserisse de forma mais intensa em uma economia de mercado.

⁹⁸ Carta de um dos administradores da CAND ao D.T.C. sem data.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o Estado Novo brasileiro a colonização dirigida parecia ser a solução para resolver vários problemas e também para se alcançar o desenvolvimento capitalista, típico dos governos nacionalistas. Assim, iniciou-se a Campanha da Marcha para Oeste, projeto de colonização que conjugava fatores políticos, como as preocupações com o território nacional, e fatores econômicos, como o movimento das frentes pioneiras, decorrentes do desenvolvimento industrial acelerado na região Sudeste. A CAND no SMT foi reflexo desse processo, o grande fluxo migratório para a região, ocorrido durante a Marcha para Oeste, garantiu de fato a implantação da Colônia, em fins da década de 1940 e início da seguinte. Nesse contexto, este trabalho abordou a vivência dos colonos, sobretudo os aspectos ligados à sua subsistência, às atividades econômicas que lhes garantiram uma renda evitando que houvesse evasão dos lotes.

Embora o Estado projetasse as Colônias Agrícolas visando ao abastecimento do mercado interno - passo importante para o desenvolvimento industrial - vimos que na CAND não foi possível a montagem de uma infraestrutura básica que possibilitasse o seu desenvolvimento da forma como se tinha visualizado pelo Estado. Considerando a insuficiência de recursos por parte do governo federal, a precária infraestrutura, e conseqüentemente a iniciativa por conta própria dos migrantes (no caso da segunda zona), vimos que a Colônia teve um bom desenvolvimento, alcançado quase que unicamente pelo esforço dos colonos.

Outros autores, como Naglis, já haviam destacado o fato de o governo Vargas não ser o único responsável pela implantação da Colônia (cf.:2007, p. 36). Pois mesmo a intervenção governamental, em dimensão mais ampla, não seria capaz de garantir o sucesso dos projetos criados. A implantação da CAND se fez pela adesão dos migrantes, não fosse estes, o Decreto-lei nada teria em seus efeitos; uma vez que a história vivida e sua dinâmica são construídas por sujeitos históricos reais em movimento dentro da conjuntura nacional, pois a história não é fruto de vontades individuais, mas de processos históricos que reúnem fatores de longa data. Isto nos permite evidenciar parte da história distorcida pela memória popular local e regional, ao incorporar na personagem de Getúlio Vargas a responsabilidade por este processo de desenvolvimento do SMT. Diversos fatores da realidade nacional, na qual se inseriam milhares de cidadãos, possibilitaram que os projetos estadonovistas tivessem grande adesão por parte dos brasileiros, porque ao se projetar tais políticas já se visualizavam as possibilidades de aceitação, em face dos problemas sociais e políticos que possibilitavam

mudanças. Nesse processo, destaca-se a propaganda governamental, somada à não oficial, como um aliado à adesão de milhares de pessoas à Marcha.

Nesse contexto, ao término deste trabalho percebe-se que, ao contrário de outras colônias implantadas com a Marcha para Oeste, (cf.: ESTERCI, 1972, p. 97) a CAND obteve êxito em seu desenvolvimento. Apesar das dificuldades iniciais, como as matas e a necessidade de derrubá-las, os migrantes não tiveram grandes problemas de adaptação, uma vez que a realidade natural era favorável no que toca ao desenvolvimento da lavoura, o que possibilitou a estes colonos o desenvolvimento de técnicas simples de exploração da terra.

O desenvolvimento na CAND foi muito particular. Embora emancipada em 1968, esta década marcou também o momento em que a agricultura na segunda zona tomou corpo, com a possibilidade de escoamento ao Sudeste. Neste momento, houve então um impulso à agricultura comercial, tão prejudicada até então pela falta de estradas. É nesse sentido que, mesmo após a emancipação, a Colônia não perdeu de imediato as suas características, mas manteve-se por algum tempo, principalmente na segunda zona, onde a pequena lavoura era calcada em gêneros alimentícios, como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca, bem como em matérias primas industriais, como o algodão e o amendoim. O beneficiamento de madeira também continuava nas serrarias que se aperfeiçoavam cada vez mais. Estes produtos, tanto os gêneros agrícolas como a madeira beneficiada, continuaram sendo comercializados com a região de Presidente Prudente e também com os consumidores regionais.

A realidade começou a mudar de fato, em toda a extensão da Colônia, a partir da década de 1980, com a presença de agricultores do sul do país, principalmente os sul-rio-grandenses e paranaenses, investindo capital e introduzindo novas técnicas, estas só acessíveis aos que possuíam maiores recursos financeiros. Com o aumento da produtividade das terras em decorrência desse processo, os colonos, proprietários de pequenos lotes, se viram pressionados a vendê-los, o que acarretou certa concentração fundiária na região e, em conseqüência, a parcial substituição da policultura pela monocultura, pouco tempo depois representada pela grande lavoura do milho e da soja.

Verificamos que na CAND o colono superou as dificuldades iniciais, encontrou formas alternativas de sobrevivência e, a partir do esforço coletivo, formou uma nova sociedade. A exploração da madeira, como vimos, foi uma atividade crucial na obtenção da renda de muitas famílias. O desenvolvimento desta atividade esbarrou em diversos entraves burocráticos, que envolviam proibições por parte da administração, bem como também em aspirações especulativas, como a ação de pequenos empresários da região, os quais buscavam

lucrar mediante exploração dos colonos. Nesse contexto, verificamos ainda que as questões burocráticas, com relação à exploração da madeira, no entanto, tiveram a ver mais com questões políticas e interesses pessoais, do que de fato, com questões ambientais, tendo em vista a ausência de consciência ambiental dos moradores da fronteira, naquele momento. A exploração da madeira foi uma das atividades que não terminaram com a emancipação da colônia, mas ao contrário foi se expandindo cada vez mais, multiplicando serrarias pelo interior da Colônia. Muitos colonos, ao aperfeiçoar suas serrarias manuais, se tornaram verdadeiros empresários do ramo madeireiro.

O desenvolvimento agrícola, principal objetivo dos colonos, por sua vez foi garantido por meio da soma de fatores favoráveis e da união dos migrantes. Na segunda zona, onde as dificuldades eram mais acentuadas, o esforço coletivo foi fundamental para a constituição e desenvolvimento da pequena propriedade, isso pode ser percebido nas relações de reciprocidade, mostradas no capítulo 3.

De fato, o trabalho com a terra foi predominante, a agricultura tomou corpo e uma produção em larga medida foi verificada nos lotes da CAND. As lavouras de gêneros alimentícios predominaram, embora se tenha verificado grande produção também de gêneros comerciais, como o café, o algodão e o amendoim. O comércio esteve presente desde o início da década de 1950, embora se enfrentasse neste momento inúmeras dificuldades, devido às más condições de escoamento; todavia, a partir da década de 1960, com a melhora das estradas, a agricultura, bem como a atividade madeireira no interior da Colônia, se intensificou devido à possibilidade de comércio com a região de Presidente Prudente.

Enfim, este trabalho não esgotou as possibilidades de estudo e muitos outros aspectos ainda estão por serem abordadas, no entanto, espero que a presente pesquisa possa ter efetivamente trazido novas contribuições para o conhecimento desse processo histórico tão rico e que envolveu, durante tanto tempo, tantas pessoas.

FONTES PRIMÁRIAS

Depoimentos de ex-colonos coletados por Nilton Ponciano, em 1999. Disponíveis no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD

Ofícios, cartas, telegramas, declarações, planilhas, requerimentos, abaixo-assinados e outros documentos relativos à CAND, encontrados no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul – APE/MS. Acervo: CAND

REFERÊNCIAS E FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

ALGODÃO e Superstição. *O Progresso*. 17 fev. 1952

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: a igreja Católica na região de Dourados (1943-1971)*. 2005. 125 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

ANDRADE, Claudete Soares de. *Aspectos da colonização contemporânea no antigo Sul de Mato Grosso: Vila Brasil e o sonho do migrante*. 2004. 70 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina, Ed. UEL, 1997

AZEVEDO, José de. *Histórias que vivi*. Associação de Novos Escritores de MS, 1994

ARAÚJO, Vilma Maria de. DANTAS, Ronaldo. “Zé Baiano”: memórias de um assentado. In: AMARILHA, Carlos Mieres. SERAFIN, Luciano (org.) *Mato Grosso do Sul - poder, memórias e identidades*. Dourados: Ed. Nicanor Coelho, 2009. p. 19 - 21.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro Oeste do Brasil*. Brasília: Codeplan; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1988.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1996.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de mato Grosso*. São Paulo, 1955.

CAPILÉ, Cláudia Coutinho. *História de Fátima do Sul*. [S.l]: Graf. Caiuás, 1999.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida: esboço histórico de Dourados, MT*. Campo Grande: Alvorada, [s.d.]. 75 p.

CARLI, Maria Aparecida F. *A Colônia Municipal de Dourados: colonização e povoamento (1946 – 1956)*. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

CASALI, Rodrigo [2002]. *O transporte rodoviário nas relações comerciais da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1950-1970)*. 2002. 34 f. Monografia (Iniciação Científica) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

CASTRO, Sueli Pereira...[et all]. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá. Ed. UFMT, 2002.

COOPERATIVA mixta da CAND - uma instituição para bem servir aos colonos - *O Progresso* 09 mar. 1952

COSTA, Damarci Olivi da. *Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a aldeia Panambi*. 1998. 45 f. Monografia (Especialização em História do Brasil). Centro Universitário de Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na História Regional: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)*, 1997. 327 f. Tese (Doutorado em História econômica). FFLC/USP, São Paulo.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manoel Cabral de. *A Colonização Oficial no Brasil: Erros e Acertos na Fronteira Agrícola*. São Paulo, IPE/USP (Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), 1986.

ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras: análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo*. 1972. 118 p. Dissertação (mestrado em Antropologia). Museu Nacional, Rio de Janeiro.

EMPOLGA Dourados a grande safra de algodão. *O Progresso*, Dourados, 10 jun. 1951.

FERNANDES, José Antônio. *Relações entre as frentes pioneiras e a economia ervateira no Antigo Sul de Mato Grosso*. 2008. Relatório (Iniciação científica). UFGD. Dourados.

FIGUEIREDO, Alvanir. *O extremo sul de Mato Grosso*. Guia de excursões. Org. A.G.B. Presidente Prudente. Julho, 1972

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

FRANÇOIS, Etienne. Os tesouros da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean, JULIA Dominique (orgs). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, Ed.: UFRJ: FGV, 1998.

GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato grosso do Sul* (destaque especial ao município de Dourados). Dag: Dourados. 1988

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

INAGAKI, Edna Mtsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (1940 a 1960)* 2002. 165 f. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados.

JESUS, Laércio Cardoso de. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores Independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. F'. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

KMITTA, Ilsyane do Rocio. *Experiências vividas, naturezas construídas: enchentes no pantanal (Porto Murtinho 1970 - 1990)* 2010. 238 f. Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 6, n. 12, p. 47-64, mar/ago.1986.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LIMA, Alexandrino Ferreira de. *Glória de Dourados: datas e fatos*. [Glória de Dourados]: [s.n], [1982].

MARTINS, José de Souza. *Tradicionalismo e Capitalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006.

MENEZES, Ana Paula. *A Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND - nas décadas de 1950 e 1960*. 2008. Relatório (Iniciação científica). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados.

MORAIS, Edileuza Lima dos Santos...[et al]. Relatos da fundação de Deodópolis. In: AMARILHA, Carlos Mieres. SERAFIN, Luciano (org.) *Mato grosso do Sul - poder, memórias e identidades*. Dourados: Ed. Nicanor Coelho. 2009. p. 34 - 46.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. “*Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto*”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943-1960). 2007. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado. Dourados.

OLIVEIRA, Benícia C. de. *A política de colonização em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

O MOVIMENTO dos colonos pela demissão do Snr. Lloyd Ubatuba. *O Progresso*, 8 de jun. de 1952.

PEBAYLE, Raymond. KOEHLIN, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: Abordagem geográfica e ecológica*. Trad. Antônio de Pádua Danesi; ver. Por Aziz Nacib Ab'Saber e José Laerte Tetila. São Paulo: Universidade de São Paulo. Instituto de Geografia, 1981. 42 p. (Espaço e Conjuntura 4).

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONCIANO, Nilton P. *Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)*. 2006. 248 F. Tese (Doutorado em História) – FCL/UNESP, Assis.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (org.): *transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul*. DOURADOS, Ed. UFGD. 2008 p. 15 - 75

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*, Bauru, SP: EDUSC; Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

SALOMÃO, Dioclécia Souza...[et all]. *Jateí: memórias e homenagens* In: AMARILHA, Carlos Mieres. SERAFIN, Luciano (org.) *Mato Grosso do Sul – poder, memórias e identidades*. Dourados, Ed. Nicanor Coelho. 2009

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. 2007. 100 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados

SANTOS, Vivência Deusdete Gomes dos. *A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso Meridional*. 2000. 80 f. Monografia (Especialização em Geografia), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dourados.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, Trajetórias e viveres: A experiência de ser nordestino em Dourados - MS (1940-2002)*. 2003. 162 f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

SALOMÃO, Dioclécia Souza...[et all]. *Jateí: memórias e homenagens* In: AMARILHA, Carlos Mieres. SERAFIN, Luciano (org.) *Mato Grosso do Sul – Poder, Memórias e Identidades*. Dourados, Ed. Nicanor Coelho. 2009

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*. In: *HISTÒRIA geral da civilização brasileira*. Dirigida por Boris Fausto. V. 4, t. 3, p. 209-245. São Paulo: Difel, 1984.

SOUZA, Roney Salina. *A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)*. 2003. Monografia (Iniciação científica). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VERTIGINOSA. *A marcha de Dourados para o progresso*. *O Progresso*, Dourados, 21 abr. 1951.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957 - 1970)*. 1986. 145 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

VIETTA, Kátia. *Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiwa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não-indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2007. 512 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFCL/USP, São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 21 de agosto de 2012.

Ana Paula Menezes